

Simeci Santos Andrade
Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco
Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior
Organizadores

ESTUDOS DA INFÂNCIA:

PESQUISAS NA AMAZÔNIA



EDITORA
Paka-Tatu

Simei Santos Andrade
Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco
Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior
Organizadores

ESTUDOS DA INFÂNCIA:

PESQUISAS NA AMAZÔNIA

Copyright © Simei Santos Andrade, Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco e Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior (Organizadores)

Elaboração da capa

Luciano Silva (RL2 PP Design)

Projeto Editorial

Editora Paka-Tatu

Imagens das capas

As imagens da capa e contracapa fazem parte dos artigos que compõem este livro, os quais indicam, em suas respectivas referências, onde estão localizadas na Web e/ou na bibliografia consultada pelos autores.

Editor Geral

Armando Alves Filho

Editor-adjunto

Lucival Lobato

Arte-finalista, produção e edição da capa

Luciano Silva (RL2 PP Design)

Conselho editorial

Aldrin Moura de Figueiredo
Ernani Pinheiro Chaves
Gutemberg Armando Diniz Guerra
José Alves de Souza Júnior
José Maia Bezerra Neto
Josebel Akel Fares (Bel Fares)
Maria de Nazaré Sarges
Paulo Jorge Martins Nunes
Paulo Maués Corrêa
Vânia Maria Torres Costa

Diagramação

Luciano Silva (RL2 PP Design)

Revisão

Otávia Feio Castro

Tradução para Língua Espanhola

Douglas Rodrigues Pinheiro da Costa

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

E85

Estudos da infância [recurso eletrônico] : pesquisas na Amazônia / organização Simei Santos Andrade, Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco, Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior. - 1. ed. - Belém [PA] : Paka-Tatu, 2024.
204 p., recurso digital ; 1623 MB

Formato: epdf
Requisitos do sistema: adobe acrobat reader
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-85-7803-616-4 (recurso eletrônico)

1. Infância - Indígenas - Amazônia. 2. Indígenas - História - Amazônia. 3. Crianças indígenas - Amazônia. 4. Indígenas - Aspectos sociais. 5. Livros eletrônicos. I. Andrade, Simei Santos. II. Pacheco, Tatiana do Socorro Corrêa. III. Silva Júnior, Romeu do Carmo Amorim da.

24-91727

CDD: 371.8298115
CDU: 376.7(811.5)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

09/05/2024 14/05/2024

Simei Santos Andrade
Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco
Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior
Organizadores

Ana Paula Vieira e Souza. Antonio Valdir Monteiro Duarte.
Elianne Barreto Sabino. Jane Elisa Otomar Buecke. Ketno Lucas
Santiago. Liliane da Silva França Carrilho. Maria Betânia B.
Albuquerque. Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior.
Simei Santos Andrade. Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco.

ESTUDOS DA INFÂNCIA:

PESQUISAS NA AMAZÔNIA



Belém, 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Reitor

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva

Vice-Reitor

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP

Profa. Dra. Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitora

**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL – PROPLAN**

Cristina Kazumi Nakata Yoshino

Pró-Reitora

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX

Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitor

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEG

Profa. Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

Pró-Reitora

PRÓ-REITORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – PROINTER

Prof. Dr. Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitor

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD

Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitor

**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO DE PESSOAL – PROGEP**

Ícaro Duarte Pastana

Pró-Reitor

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE – ICA

Profa. Dra. Adriana Valente Azulay

Diretora Geral

Prof. Dr. Joel Cardoso da Silva

Diretor Adjunto

FACULDADE DE DANÇA – FADAN
Profª. Dra. Maria Ana Azevedo de Oliveira
Diretora

Profª. Ma. Daísa Gomes do Rosário
Vice-Diretora

NÚCLEO DE PESQUISA INFÂNCIAS AMAZÔNICAS: ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS EM DIFERENTES CONTEXTOS – NUPEIA

Profª. Dra. Simeí Santos Andrade
Coordenadora

EMÍLI@ - REDE INTERDISCIPLINAR, IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E POLÍTICAS PARA O BEM-ESTAR INTEGRAL DE CRIANÇAS E JOVENS

Profª. Dra. Magali Reis
Coordenadora Lusófona

SAMAÚMA – REDE DE ESTUDOS E PESQUISAS COM E SOBRE INFÂNCIAS E CRIANÇAS DA AMAZÔNIA

Profª. Dra. Celi da Costa Silva Bahia
Profª. Dra. Tânia Regina Lobato dos Santos
Profª. Dra. Angela do Céu Ubaiara Brito
Coordenadoras

PROJETO DE PESQUISA PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA E PEDAGÓGICA DA AMAZÔNIA: ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO

Profª. Dra. Simeí Santos Andrade
Coordenadora

FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP

Roberto Ferraz Barreto
Diretor Executivo
Alcebíades Negrão Macêdo
Diretor Adjunto

OBRA PRODUZIDA COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 41820005/2020, TED SIMEC Nº 9301

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

9

A história e a luta das infâncias da

Amazônia: introdução

Simeí Santos Andrade

Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco

Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior

13

PARTE I:

História da Infância

Infância e história: concepções, reflexões e contribuições para a educação de crianças

Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco

Simeí Santos Andrade

23

A infância na Amazônia brasileira: história e resistência de crianças, do período colonial à contemporaneidade

Simeí Santos Andrade

Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior

47

O olhar dos cronistas sobre a infância na Amazônia seiscentista

Jane Elisa Otomar Buecke

Maria Betânia B. Albuquerque

79

PARTE II:

Instituições, práticas e experiências educativas

-
- Estudo polifônico sobre o processo judicial do menor Joaquim Manoel da Silva em Belém do Pará (1895)**
Liliane da Silva França Carrilho 101
- Infâncias da Amazônia bragantina no Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão de 1876**
Ketno Lucas Santiago
Ana Paula Vieira e Souza 117
- O Juízo de Órfão e a infância e/imigrante na “Francesinha do Norte” de 1870 a 1910**
Elianne Barreto Sabino 145
- Orfanato Municipal de Belém: amparar, cuidar e instruir meninas órfãs (1893-1910)**
Antonio Valdir Monteiro Duarte 165
- História da infância: experiências educativas de crianças que viveram o isolamento compulsório no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980)**
Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco 179

_____ ● _____

[PREFÁCIO]

O livro “**Estudos da Infância: Pesquisas na Amazônia**”, organizado pelas pesquisadoras Simei Santos Andrade, da Universidade Federal do Pará, Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco, da Universidade Federal Rural da Amazônia e pelo pesquisador Romeu do Carmo da Silva Júnior, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, reúne um número significativo de produções que tratam sobre a história e a educação de crianças indígenas, negras, mulatas, mestiças, órfãs e pobres. Os referenciais teóricos e metodológicos diversificados e fontes documentais ainda pouco exploradas pela historiografia demarcam a originalidade das discussões que circulam nas páginas deste livro, tendo como protagonistas as crianças: sujeitos históricos que criam e recriam suas experiências de vida e educação.

As autoras Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco e Simei Santos Andrade, no texto “Infância e História: concepções, reflexões e contribuições para a educação de crianças”, apoiadas em estudiosos da infância e da criança, destacam que as crianças são sujeitos sociais e culturais que muito têm a dizer sobre o seu cotidiano, suas experiências de vida e aprendizagem.

No texto “A Infância na Amazônia Brasileira: história e resistência de crianças, do período colonial à contemporaneidade”, Simei Santos Andrade e Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior buscam compreender o lugar ocupado pelas crianças nessa região do país do período colonial à contemporaneidade. Assim, apontam a existência de uma pluralidade de crianças que habitam os campos, as florestas e as cidades, muitas delas ainda não atendidas pelas políticas públicas voltadas à infância.

Jane Elisa Otomar Buecke e Maria Betânia B. Albuquerque, no texto “O olhar dos cronistas sobre a infância na Amazônia Seiscentista”, fundamentadas em crônicas de viajantes, analisam a história da infância na Amazônia Colonial. Destacam que o sentimento de infância marcava o cotidiano dos Tupinambás. Destacam as autoras que as crianças aprendiam por meio da observação, imitação, silêncio e atenção, atribuindo novos sentidos às suas aprendizagens.

Liliane da Silva França Carrilho, no trabalho “Estudo polifônico sobre o processo judicial do menor Joaquim Manoel da Silva em Belém do Pará (1895)”, tendo como referência esse documento e a literatura sobre infância e criminalidade, destaca que o menor foi condenado ao crime de furto e denúncia, discutindo o descaso com a infância pobre e a exploração do trabalho infantil no regime republicano.

Em “Infâncias da Amazônia Bragantina no Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão de 1876”, Ketno Lucas Santiago e Ana Paula Vieira e Souza trazem para discussão com base no referido livro, presente no Arquivo Público da Cidade de Bragança, o perfil sócio-histórico de crianças negras e escravas no contexto da Lei do Ventre Livre de 1871. As crianças escravas nascidas depois da aprovação dessa lei, mesmo sendo legalmente livres, foram submetidas aos mais diferentes tipos de trabalhos na lavoura e no serviço doméstico.

Elianne Barreto Sabino, no texto “O Juízo de Órfão e a infância e/imigrante na ‘Francesinha do Norte’ de 1870 a 1910”, trata sobre a intervenção do Juiz de Órfão na proteção e assistência à infância pobre no final do século XIX e início do século XX. Utilizando como fontes documentais

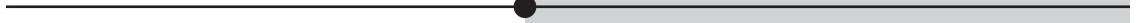
os processos de tutelas de órfãos no Pará, destaca que uma rede de relações foi criada para determinar a tutela pelo juiz de órfão. Dessa maneira, a tutela funcionava como um dispositivo legal voltado à formação de cidadãos morigerados, onde crianças órfãs e imigrantes tiveram que viver sob a tutela de famílias com as quais não tinham parentesco.


O texto de Antonio Valdir Monteiro Duarte, “Orfanato Municipal de Belém: amparar, cuidar e instruir meninas órfãs (1893-1910)”, tem por objetivo analisar as práticas educativas que marcaram a educação de meninas que viveram em regime de internato nessa instituição asilar. Em um momento de formação de um projeto modernizador para a cidade de Belém, fomentado pela exportação da borracha, as meninas dividiam seu tempo entre orações, aprendizagem das letras e atividades manuais.

Por fim, Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco, no texto “História da Infância: experiências educativas de crianças que viveram o isolamento compulsório no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980)”, analisa a infância e as experiências educativas de crianças filhas de hansenianos que viveram no sistema de isolamento compulsório no Educandário Eunice Weaver, em Belém do Pará, nos anos de 1942-1980. Separadas dos pais e de vínculos afetivos com seus familiares, essas crianças criaram diversas estratégias para sobreviverem àquela situação.

Trata-se de um livro primoroso sobre a história da educação da criança, e que deve ser lido na graduação e na pós-graduação.

**Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino
de França**
Universidade do Estado do Pará, 2022.





A HISTÓRIA E A LUTA DAS INFÂNCIAS DA AMAZÔNIA: INTRODUÇÃO

Os indicadores sociais mostram que as crianças na Amazônia têm maior risco de morrer antes de 1 ano de idade e de não completar o ensino fundamental. Além disso, a taxa de gravidez na adolescência é alta, e as meninas e os meninos na região estão vulneráveis às mais variadas formas de violência, incluindo o abuso, a exploração sexual, o trabalho infantil e o homicídio.

Quando todas essas variáveis são avaliadas a partir de um recorte de raça e etnia, percebe-se que entre os grupos minoritários, como indígenas e quilombolas, o quadro é ainda mais grave.

(UNICEF, 2019)^[1].

Iniciamos estas linhas trazendo um fragmento dos estudos desenvolvidos pelo UNICEF sobre a Amazônia, que mostra a situação das crianças deste espaço geográfico, embora os estudos sejam recentes, 2019, traz uma reflexão muito dura e cara para os povos que aqui estão estabelecidos, em pleno século XXI vivemos a mais dura realidade que agride as crianças e jovens, as violências físicas, sexuais, morais, éticas, psicológicas, emocionais e cognitivas, uma realidade também vivenciada pelas crianças do passado conforme demonstram os estudos percorridos nas páginas

^[1] UNICEF. **Dia da Amazônia – Conheça a situação da infância na Amazônia Legal**: Análise do UNICEF mostra os principais desafios para as crianças e os adolescentes que vivem na região. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dia-da-amazonia-conheca-situacao-da-infancia-na-amazonia-legal>. Acesso em: 14 jul. 2022.

deste livro. As crianças sempre sofreram e ainda sofrem as consequências de um sistema que promove extremas desigualdades, um sistema repugnante e perverso que as isola, colocando-as à margem da sociedade e impedindo-as de exercerem a sua cidadania.

Estudos da Infância: Pesquisas na Amazônia é uma obra que trata da História das Infâncias da Amazônia paraense, com foco na historicidade, instituições, práticas e experiências educativas. São estudos que congregam, de maneira singular, como crianças e adolescentes eram cuidados nas instituições públicas e, também, como eram concebidos nos documentos encontrados nos acervos e em referências bibliográficas. Os esforços dos pesquisadores em buscarem nas variadas e ricas fontes investigadas, pistas e aproximações sobre as histórias das infâncias no Pará, são evidenciados ao recorrerem aos diferentes tipos de documentos, como crônicas, relatos, cartas de religiosos, processos judiciais, processos de tutela de órfãos, relatórios, mensagens governamentais, narrativas de memórias, dentre outros, possibilitando aos leitores conhecer particularidades das infâncias em diferentes tempos e espaços de um Estado caracterizado por uma grande extensão geográfica e que é atravessado por rios, igarapés, matas, constituindo contextos e identidades múltiplas para as crianças que aqui viveram e vivem.

Esta obra nos convida a refletir sobre o passado, sobre o lugar destinado às crianças na sociedade, sobre como o trabalho, o rigor disciplinar, o isolamento institucional, as diferentes formas de violência também atravessam as histórias das infâncias reunidas nesta coletânea de artigos, em que a presença de diferentes práticas educativas e formas de aprendizagem vivenciadas pelas crianças possui relação com as ideologias, os significados, tradições e rituais dos grupos a que pertenciam. São estudos que trazem experiências, práticas e perspectivas sobre as diferentes infâncias situadas na Amazônia paraense,

infâncias que são estudadas considerando os seus contextos culturais, ideológicos e políticos, nos quais a presença da compreensão adulta do que é o melhor para a criança conduziu muitas práticas e experiências educativas em que o cuidado foi substituído pela violência e as brincadeiras entre as crianças foram utilizadas como forma de resistência ao trabalho e à violência.

A obra traz estudos e pesquisas que foram discutidas em rodas de conversas, lives, reuniões científicas do Núcleo de Pesquisa Infâncias Amazônicas: Arte, Cultura e Educação de crianças em diferentes contextos – NUPEIA (UFPA/FADAN/CNPq), coordenado pela Profa. Dra. Simei Santos Andrade, integrante da Rede Interdisciplinar, Ibero-Americana de estudos e pesquisas sobre Direitos Fundamentais e Políticas para o bem-estar integral de Crianças e Jovens, denominada de Rede Emíli@. O livro foi viabilizado por meio da Emenda Parlamentar nº 41820005/2020, TED SIMEC nº 9301, que deu origem ao Projeto de Pesquisa *Produção, organização e publicação científica e pedagógica da Amazônia: Arte, Cultura e Educação*. O Projeto teve por objetivo organizar e publicar os resultados de pesquisas realizadas na Amazônia, sobretudo na Amazônia brasileira, destacando-se as da Amazônia paraense nas áreas da Arte, Cultura e Educação.

A obra está organizada em duas partes, a primeira trata da História da Infância na Amazônia, iniciando com o estudo de Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco e Simei Santos Andrade, *INFÂNCIA E HISTÓRIA: CONCEPÇÕES, REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS* apresenta um estudo teórico sobre as concepções históricas da criança nos estudos da infância, com o intuito de apontar a necessidade e importância de considerar a criança como ator social e como sujeito histórico-cultural nos diálogos, nas práticas e processos educativos para a sua efetiva participação, reconhecimento e valorização como sujeito social ativo, como cidadã.

O estudo *A INFÂNCIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: HISTÓRIA E RESISTÊNCIA DE CRIANÇAS, DO PERÍODO COLONIAL À CONTEMPORANEIDADE*, de Simei Santos Andrade e Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior, busca compreender como as infâncias e as crianças foram se estabelecendo nesse espaço geográfico singular de água e floresta a partir do advento das grandes navegações que chegaram à região no século XVI e foram modificando a história dos povos amazônicos e, conseqüentemente, suas culturas.

O OLHAR DOS CRONISTAS SOBRE A INFÂNCIA NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA, de Jane Elisa Otomar Buecke e Maria Betânia B. Albuquerque, aborda a história da infância na Amazônia Colonial, em particular o século XVII, voltando-se para as práticas educativas em que essas crianças estavam imbricadas. Como fontes principais estão as crônicas de Abbeville (1874) e Évreux (2007), as quais incluem relatos envolvendo as experiências dos religiosos com os meninos e meninas e sua visão sobre as relações das crianças índias em suas tribos.

A segunda parte trata das pesquisas em instituições, práticas e experiências educativas, principiando com a produção *ESTUDO POLIFÔNICO SOBRE O PROCESSO JUDICIAL DO MENOR JOAQUIM MANOEL DA SILVA EM BELÉM DO PARÁ (1895)*, de Liliane da Silva França Carrilho, que tem como objetivo analisar os discursos polifônicos no processo judicial do menor Joaquim Manoel da Silva em Belém do Pará, no ano de 1895. O processo está inserido no contexto das transformações socioeconômicas da história da infância em Belém, onde se constituiu, oficialmente, o menor criminoso. Historicamente, a criminalidade infantil está atrelada à pobreza e à explosão demográfica no país pelo processo de industrialização e pela política de modernização da cidade de Belém em decorrência do ciclo da borracha.

O estudo *INFÂNCIAS DA AMAZÔNIA BRAGANTINA NO LIVRO DO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO DA*

ESCRavidÃO DE 1876, de Ketno Lucas Santiago e Ana Paula Vieira e Souza, trata da análise da situação e do perfil sócio-histórico de crianças negras e escravas classificadas para o trabalho no Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão de 1876, do século XIX, como possibilidade de serem libertas, do acervo público municipal de Bragança, estado do Pará. O objetivo principal da pesquisa foi caracterizar as crianças aptas ao trabalho considerando os critérios de classificação: nome, cor, idade, sexo, profissão, família, aptidão para o trabalho, valor de venda e nome da família do senhor escravista.

O JUÍZO DE ÓRFÃO E A INFÂNCIA E/IMIGRANTE NA "FRANCESINHA DO NORTE" DE 1870 A 1910, de Elianne Barreto Sabino, versa sobre a intervenção do Juízo de Órfão na proteção e assistência à infância a partir da disciplina da família pobre de 1870 a 1910. O estudo mostrou que as ações do poder judiciário, pela instituição de Juízo de Órfão do Pará foram se modificando no sentido de criar mecanismos para controlar e organizar, até certo ponto, atender com eficiência a família e a criança da camada mais pobre da sociedade paraense no final do século XIX e início do século XX. Essa instituição zelava pelos direitos das crianças que se encontrassem em situação de dismantelamento familiar decorrentes de abandono moral e físico, maus-tratos e incapacidade dos pais ou responsável.

ORFANATO MUNICIPAL DE BELÉM: AMPARAR, CUIDAR E INSTRUIR MENINAS ÓRFÃS (1893-1910), de Antonio Valdir Monteiro Duarte, procurou analisar as práticas educativas aplicadas a centenas de meninas que viveram em condição asilar em um período marcado por grandes transformações políticas, econômicas e sociais, alavancado pelo projeto reformador da capital em virtude do bom momento econômico proporcionado pela exportação da borracha. Ficou evidenciado que as habilidades práticas, como trabalhos manuais, trabalhos de agulha, e mesmo as prendas domésticas, tinham prioridade e ocupavam

grande parte do tempo das internas, que viviam sob constante vigilância e disciplina, sendo dirigidas internamente pelas missionárias da ordem religiosa italiana “Filhas de Sant’Anna”, que chega ao Pará no final do século XIX.

HISTÓRIA DA INFÂNCIA: EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DE CRIANÇAS QUE VIVERAM O ISOLAMENTO COMPULSÓRIO NO EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER EM BELÉM DO PARÁ (1942-1980), de Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco, teve por objetivo central explicitar a infância e as experiências educativas de crianças que não possuíam hanseníase, mas viveram isoladas no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará no período de 1942 a 1980. A singularidade do grupo que frequentou a instituição os tornou atores centrais nesse processo de isolamento, nos direcionando para um estudo histórico que nos possibilitasse apreender e registrar as experiências dos sujeitos que vivenciaram as suas infâncias naquele espaço e tempo.

São oito estudos que marcam a História da Infância na Amazônia e que revelam como as crianças, tão invisibilizadas, reconstroem e dão um novo ou outro sentido para as suas tramas sociais, a partir das análises de pesquisadores que junto com as crianças mostram uma outra história, agora contada pelos amazônidas.

Os pesquisadores que compõem esta obra tentam se aproximar da vida das crianças do passado e nos convidam a conhecer as infâncias aqui investigadas para que possamos vislumbrar outras perspectivas para as crianças do presente, é uma obra que contribui para a visibilidade histórica da infância em diferentes espaços e contextos e que acena

para partirmos da infância para falarmos de educação, história, instituições, experiências e práticas educativas. Estudos que nos fazem conhecer a constituição histórica de espaços destinados à infância na Amazônia paraense e que também se dedicam em ressaltar a importância de pesquisas que consideram a infância como categoria integrante da sociedade, em uma enfática valorização de um grupo que foi colocado à margem da história – as crianças.

Assim, convidamos você leitor, a ler as páginas deste livro que traduzem não somente a história das infâncias da Amazônia, mas a história de pessoas que já estavam aqui antes dos colonizadores aportarem, as quais foram invisibilizadas e esquecidas nos escritos feitos a respeito dos povos nativos, e também foram deixadas de lado nos relatos dos colonizadores e pelas gestões governamentais em todas as instâncias ao longo da história, deixando pouca, ou nenhuma, chance às crianças de serem vistas e reconhecidas como cidadãos deste chão – a Amazônia.

Simei Santos Andrade

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)


Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior

*Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Amapá (IFAP)*

● PARTE I:

[História da Infância]





Infância e história: concepções, reflexões e contribuições para a educação de crianças

Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco^[1]
Simei Santos Andrade^[2]

Resumo: Este artigo apresenta um estudo teórico sobre as concepções históricas a respeito da criança nos estudos da infância, com o intuito de apontar a necessidade e importância de considerar a criança como ator social e como sujeito histórico-cultural nos diálogos, nas práticas e processos educativos para a sua efetiva participação, reconhecimento e valorização como sujeito social ativo, como cidadão. Elegemos as teorizações de Philippe Ariès, Colin Heywood e de estudio-

[1] Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. Mestre e Doutora em Educação pelo Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA. É professora da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. E-mail: tatianacpacheco@gmail.com

[2] Pós-Doutora em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará (2020). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2018). Mestra em Educação pela Universidade Adventista de São Paulo (2005). É professora efetiva da Universidade Federal do Pará/Instituto de Ciências da Arte, atuando no curso de Licenciatura em Dança, da Faculdade de Dança – FADAN e no Programa de Mestrado Profissional em Artes – PROF-ARTES. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Infâncias Amazônicas: Arte, Cultura e Educação de crianças em diferentes contextos – NUPEIA (UFPA/CNPq), associado à Rede Emíli@ de Pesquisa. É membro da Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS. E-mail: simeandrade@ufpa.br

dos da Sociologia da Infância, para apresentar o movimento histórico de construção social da infância e da necessidade de se considerar a participação e a escuta das vozes infantis como elemento norteador do trabalho com crianças, e para promover a sua inclusão nos processos de participação social.

Palavras-chave: história da infância; concepções de infância; criança.

INFANCIA E HISTÓRIA: CONCEPCIONES, REFLEXIONES Y CONTRIBUCIONES PARA LA EDUCACIÓN DE NIÑOS

Resumen: Este artículo presenta un estudio teórico sobre las concepciones históricas sobre el niño en los estudios de infancia, con el objetivo de señalar la necesidad e importancia de considerar al niño como actor social y como sujeto histórico-cultural en los diálogos, prácticas y procesos educativos para su efectiva participación, reconocimiento y valoración como sujeto social activo, como ciudadano. Elegimos las teorías de Philippe Ariès, Colin Heywood y estudiosos de la Sociología de la Infancia, para presentar el movimiento histórico de construcción social de la infancia y la necesidad de considerar la participación y la escucha de las voces infantiles como elemento orientador del trabajo con niños, y promover su inclusión en los procesos de participación social.

Palabras clave: historia de la infancia; concepciones de infancia; niño.

1. INTRODUÇÃO

A modernidade trouxe à tona a discussão que considera a criança como sujeito de direitos, que possui características específicas que precisam ser valorizadas, como a imaginação, a criação e a fantasia. Essas características são enfatizadas por todos/as pesquisadores/as que estudam a criança no Brasil, e que a consideram como um sujeito histórico, social e produtora de cultura. Dentre estes/as autores/as podemos destacar Kramer (1996), Souza (1996), Smolka (2002), Quinteiro (2002), Demartini (2002) e Müller (2003).

Decerto que as ideias sobre a criança não foram e não são sempre as mesmas. Philippe Ariès (1981) e Colin Heywood (2004) são autores que apresentam importantes estudos sobre a história da infância. Ariès colocou à disposição dos/as estudiosos/as no assunto uma visão histórica e cultural da criança a partir da Idade Média, informando que até esse período não havia um interesse pela infância e nem por seus estudos. Colin Heywood (2004) apresenta um importante estudo sobre a infância e argumenta, também, que na Idade Média não havia interesse pela criança e em estudar a infância culturalmente, psicologicamente e sociologicamente, pois a imagem que a sociedade tinha de infância era diferente da que temos hoje, como veremos a seguir.

Foi somente no século XIX que o interesse de se estudar a infância cresceu em diversas áreas que deram destaque à evolução e à socialização da criança. Desde então, muito se diz sobre elas, todos e todas falam por elas, ilustrativamente, a família, a escola, as inúmeras áreas do conhecimento científico e, com estas, os/as seus respectivos autores e autoras, sendo muitos os sujeitos e instituições que as estudam, informam, ditam as regras de conduta, as suas necessidades, enfim, todos/as falam e se interessam pela criança. No entanto, são poucos os que não a consideram apenas como objeto de estudo, de absorção de normas, mas, também, como sujeito social, um sujeito situado e datado historicamente, que traz consigo as marcas do seu tempo, tempo este de muitas indagações, questionamentos e de muitas teorizações.

Assim, faremos um breve percurso nos conceitos e ideias sobre a criança, com a finalidade de compreendermos o complexo movimento histórico da construção social da infância e suas repercussões nas diversas áreas que a estudam, nos arranjos sociais e nas relações que estes sujeitos estabelecem com os adultos.

2. A INFÂNCIA NA IDADE MÉDIA: DA INDIFERENÇA À SENSIBILIZAÇÃO PELA CRIANÇA

Incursionar na história da infância é exercer um olhar curioso nas formas como as crianças foram e são percebidas na cultura ocidental. O primeiro olhar atento neste sentido é direcionado a Philippe Ariès (1981) e Colin Heywood (2004), autores que nos convidam a

compreender as mentalidades das sociedades Medieval e Moderna europeia acerca da criança.

Ariès (1981), em sua primeira tese apresentada na obra *História Social da Criança e da Família*, afirma que na Idade Média não havia um sentimento de infância, pois nesse período a duração da infância estava associada ao período de dependência que esta tinha do adulto. Este período durava aproximadamente até os 5 ou 7 anos de idade e promovia no adulto uma percepção da criança como diferente deste somente na força e no tamanho.

A convivência das crianças com os adultos, neste período, era realizada em todos os ambientes a partir dos 5 anos de idade, e contribuiu, segundo Ariès (1981), para a ausência de um sentimento de infância. A inserção precoce da criança no mundo dos adultos caracterizou a infância, na Idade Média, como um período de curta duração, e interferiu na não consolidação de um sentimento que tocasse a sensibilidade adulta e pudesse retirar a insignificância que o adulto chegou a ter pela criança.

A brevidade da infância não estava somente associada ao curto período em que estas permaneciam entre seus pares ou isoladas do mundo adulto, mas, também, à sua pequena expectativa de vida, em função dos números elevados de mortalidade infantil que gerou na sociedade da época um sentimento de indiferença tanto à criança quanto à sua morte, que era vista como algo natural e necessário.

[...] as pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual. Isso explica algumas palavras que chocam nossa sensibilidade moderna, como estas de Montaigne: “Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero” (ARIÈS, 1981, p. 22).

O grande índice de crianças que morriam nos primeiros anos de vida na Idade Média propagou uma crença de que a perda de um filho era iminente. As condições demográficas da época também permitiram a propagação desse tipo de pensamento. Assim, a criança era considerada sem importância para que pudesse ser recordada ou ser fonte de sentimentos intensos por parte de suas famílias, pois a morte já era esperada e não se apegavam a ela para não sentir a sua falta.

Os séculos X e XI foram, para Ariès (1981), um período que a infância foi vista como um momento de passagem na vida do homem, um período tão curto que não dava para guardar na lembrança. A postura da sociedade medieval para com as crianças revela a pouca consideração que era dada a estes sujeitos até o século XIII, onde as crianças não eram representadas por suas características específicas, mas vistas como adultos menores. Essas imagens iriam perdurar até o século XIII, período considerado por Ariès como o da descoberta da infância.

Segundo Ariès (1981), a criança na Idade Média circulava e interagia com uma diversidade de sujeitos nos mais diversos meios sociais, o que revela uma não preocupação dos adultos em controlar as relações infantis e direcionar a sua educação. Este era o modelo de educação em que a aprendizagem se dava num espaço que a criança era misturada aos adultos para aprender as coisas. Era uma inserção direta na realidade da vida.

Como a educação se dava pela aprendizagem^[3] não havia preocupação com a separação por idade, pois a mistura de idades era comum neste período, assim como as brincadeiras e a socialização, trazendo um tom de liberdade nas relações sociais, em que aspectos, como a vigilância e o controle, não eram ainda utilizados como mecanismos educacionais.

A liberdade em que se davam as relações entre adultos e crianças reforça a ideia de indiferença às características e especificidades infantis. Tudo era permitido diante delas, das brincadeiras sexuais à linguagem grosseira, não havia reservas diante de práticas que faziam parte dos costumes da época. A liberdade com que se tratavam os diversos temas, inclusive os sexuais, era considerada natural, pois qualquer linguagem, gestos ou situações do adulto diante da criança eram comuns, em função da convivência e da mentalidade da época.

O convívio entre todos não era considerado como algo negativo para a criança, que pudesse desviá-la da sua inocência, ou que pudesse suscitar nesta desejos ou atitudes sexuais, principalmente, porque a infância era um período muito curto, que seria logo superado e traria a criança desde cedo para conviver com os adultos. Até o período da descoberta da

[3] Ariès (1981) chama de educação pela aprendizagem o tipo de ensino que se realiza a partir da ajuda que a criança dava aos adultos nas atividades diárias ou na aprendizagem de um ofício.

infância essa atitude era considerada normal, posteriormente é que ficou vista como um costume anárquico, sem pudores e sem reputação.

A partir do século XIII, uma nova tomada de consciência sobre a criança começa a se desenvolver, é o período em que Ariès (1981) anuncia a descoberta da infância e com esta o delineamento de novos modos de tratar, agir e educar estes sujeitos.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (ARIÈS, 1981, p. 28).

Ariès (1981) associa tal descoberta às novas maneiras da arte olhar e representar a criança^[4], que nesse momento estava direcionada a algumas especificidades deste sujeito, como o seu corpo, alguns hábitos e a sua fala, que passaram a ser fonte de gracejos e encantamento para os adultos. Muitos sentimentos surgiram, como o da paparicação, e, com estes, novas imagens sobre a criança surgiram a partir do século XIV, como as imagens do anjo e do menino Jesus, acompanhados do sentimento de encantamento pela infância, ligadas à infância sagrada. Também neste período a representação da criança, pelos pintores, enfocou a graça infantil e resultou no sentimento da infância engraçadinha.

As diversas maneiras de se perceber a criança vão a partir do século XVI tomar proporções cada vez maiores, colocando-as mais distanciadas do adulto. A percepção das especificidades infantis caracterizou a criança como um ser diferente do adulto e a criança começa a assumir um lugar de destaque, pois gradualmente a infância passaria de uma fase sem importância e interesse para um período particular, com especificidades que a diferenciavam do adulto.

A construção de um novo sentimento de infância vem acompanhada da distinção e separação da criança do mundo dos adultos e da compre-

[4] É importante registrar as inúmeras críticas tecidas a Ariès referentes às fontes históricas que utilizou nas suas análises, como as representações artísticas, onde não considerou que na arte o artista retrata a realidade de modo bem singular. Outra crítica, ao trabalho de Ariès, está na maneira generalizada com que tratou as ideias e práticas com relação à infância nos seus estudos.

ensão de uma particularidade infantil, trazendo a estes sujeitos um lugar específico em nossa sociedade. Portanto, os sentimentos evoluem de uma indiferença, já que não era permitido a estes sujeitos nem a sua lembrança, para uma sensibilização seguida de uma preocupação, que levaria, segundo Ariès (1981), as crianças ao isolamento em relação à vida dos adultos.

O reconhecimento da particularidade infantil distinguiu a criança do adulto e acionou uma série de mecanismos que abordariam como os adultos deveriam tratá-la. A consideração da criança como alguém diferente lança um olhar sobre esta, como um sujeito que precisa ser conhecido e estudado nessa nova conjuntura cultural, nesse novo processo de mentalidade.

3. AS CONCEPÇÕES DE CRIANÇA E DE INFÂNCIA NA MODERNIDADE

Vimos anteriormente como na Idade Média se tratava a criança europeia com liberdade e os assuntos sexuais com naturalidade, por fazer parte dos costumes da época. Vimos também que a educação só começava praticamente após os 7 anos de idade, período que podemos chamar de término da infância e início da inserção da criança na vida adulta.

Porém, nos séculos XVI e XVII, começa uma mudança nos costumes com base na reforma moral e religiosa. É neste período que crescem as reflexões sobre a natureza e a importância da infância. Questões como inocência, impureza, fragilidade, fraqueza e imperfeição passaram a ser aspectos centrais para moralistas, educadores, religiosos e juristas. Ariès (1981, p. 85) comenta que “[...] de fato, foi nessa época que se começou realmente a falar na fragilidade e na debilidade da infância”.

A criança passa a ter uma importância maior na família, o sentimento de paparicação^[5] já se fazia presente, com mais evidência e, posteriormente, seria fonte de irritação e incômodo por parte de moralistas e educadores, pois estes acreditavam que a paparicação promovia uma liberdade nas ações infantis que poderia torná-las mal-educadas, em virtude

^[5] Sentimento que Ariès associava à consciência da ingenuidade, gentileza e graça da criança; principalmente pelos que cuidavam dela, como as mães e amas.

do exercício do riso, da distração, dos mimos, do prazer, enfim, da beleza e da diversão que os adultos viam em tudo que as crianças faziam.

A ambivalência nos sentimentos com relação à criança aponta para duas posturas do adulto, uma de brincadeira e encantamento ligado à aparição e outra de disciplinamento e cuidados ligados ao sentimento de fragilidade. Estes conceitos repercutiriam consideravelmente nas formas de relacionamento da criança com o mundo, e instituições como a família, a escola e a igreja iriam ditar as ações dos adultos para com as crianças. Vemos, portanto, além de um respeito à particularidade infantil, um novo sentimento, um novo conceito e uma nova preocupação e interesse pela infância.

O mundo passou então a ser visto como muito arriscado para que seres tão inocentes fossem contaminados pelos seus vícios. As ideias de inocência e fragilidade foram associadas ao caráter de preservação, a um sentimento de proteção e a uma crescente preocupação com a educação e o desenvolvimento moral, que deveria ser de responsabilidade da escola.

3.1 As ideias de impureza, inocência e fragilidade

O interesse pela criança e por sua educação encontra no paradoxo impureza e inocência a fonte das preocupações dos estudiosos do comportamento infantil. Essas ideias contraditórias são heranças de um período considerado dos grandes dualismos na história da humanidade, que deixou à criança as dicotomias anjo-demônio e pecadora-inocente. Nessa visão dual a influência do Cristianismo se fez presente e retirou a aparição e as brincadeiras direcionadas à criança e as substituiu por uma educação moral, que tomou proporções surpreendentes e contribuiu para que os conceitos de inocência e fragilidade fossem considerados como verdades universais acerca da infância.

Para Heywood (2004), a doutrina cristã do pecado original, na qual está ancorada a ideia de impureza infantil, impingiu à criança a condição de nascer em pecado e, por isso vista como inclinada aos desejos e vontades, sua fraqueza poderia fazê-la ceder ao mal. Essa ideia foi apresentada por Santo Agostinho (354-430) no século IV. Sua crença está baseada na compreensão de que todo o problema teria começado com Adão e Eva pela mancha do pecado, que seria transmitido a todos pelo ato da criação, e só o batismo poderia retirá-la. A concepção de a criança nascer pecadora perdurou até o século XII.

A ideia de inocência infantil também está ligada a Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) que, segundo Heywood (2004), defendeu a noção de inocência original da criança, oposta à da tradição cristã, do pecado original. Esse autor acreditava que a criança nascia inocente e a sociedade que a corrompia. Viu na criança um ser que possui características próprias, que corresponde a cada fase ou etapa da vida, reforçando a ideia da existência de diferenças nas formas de agir, pensar e raciocinar da criança para o adulto. Rousseau foi um dos grandes destaques do século XVIII nos estudos da infância. Heywood (2004, p. 51) afirma que “[...] a associação da infância à inocência tornou-se profundamente arraigada na cultura ocidental, especialmente após os românticos deixarem as suas marcas, no século XIX”.

Para esse autor, a compreensão da criança como ser puro e inocente que deve se desenvolver naturalmente só seria abalada com as afirmações de Freud, ao divulgar sua teoria sobre a personalidade humana, em que afirma a existência da sexualidade infantil.

A compreensão da criança como tábula rasa surge no século XVIII com John Locke. Para Heywood (2004), Locke lança a ideia da criança como um papel em branco que poderia ser moldado de qualquer maneira pelo meio externo. A importância da observação do comportamento infantil e o respeito às características correspondentes a cada idade foram aspectos enfatizados por Locke, que percebia a criança como fraca e devia desenvolver a razão. Para Heywood (2004), essas ideias suscitaram questionamentos às concepções de criança, ao considerar que esta não nascia nem boa nem má, cabendo a educação promover a sua aprendizagem.

Essas concepções não repercutiram de maneira homogênea em todas as classes sociais, promovendo mudanças nas formas de agir e pensar sobre a criança. Segundo Heywood (2004), a abordagem sentimental da infância atingiu um número reduzido de pessoas da classe média, em que o interesse pela educação estava crescendo, mas a ideia do pecado original ainda vigorava em muitos setores sociais.

As noções de fraqueza e fragilidade desenvolvidas sobre a criança, a destituiu de qualquer ideia que pudesse ser associada à ação ou independência e dotou o adulto de uma capacidade de formar moralmente a criança por meio de uma disciplina rígida, em que a escola passou a ser o espaço de ensino, vigilância e controle deste sujeito, por ser visto como incapaz de agir com racionalidade.

O novo conceito de infância veiculado desde o século XV foi atrelado a um processo de valorização da educação escolar e uma tendência de isolar a criança do meio adulto, “[...] passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 194). É neste sentido que escola, família, eclesiásticos, dentre outros, com o objetivo comum de uma educação disciplinar, irão preparar a criança para uma vida bem diferente daquela até então existente. Agora o aprendizado de regras, normas, a imposição de limites, a correção, a censura e a obediência, serão as bases de sua formação, sempre acompanhadas do olhar adulto, ou melhor, o adulto é o avaliador, aquele que aprova, elogia ou pune as ações infantis.

Essas transformações são reflexos das mudanças na esfera cultural, num momento de transição para a sociedade moderna, um momento de transformações históricas, sociais, políticas e econômicas, que modificaram os modos de relações das crianças com o seu meio, e o seu papel e função numa sociedade agora capitalista, na qual os modos de produção se modificam e passam a estar em dependência da ciência e, por isso, articulados com esta. A criança nessa nova realidade precisa se preparar para ser um futuro adulto racional e produtivo e, para tanto, ser educada com racionalidade e disciplina, sem papariação, com base nas novas exigências sociais.

3.2 As repercussões das concepções sobre a criança na modernidade: conceito, objeto, modelo ideal

Algumas maneiras de se pensar a criança até aqui abordadas ainda perduram na atualidade, como, por exemplo, a ideia de criança como um ser imperfeito, imaturo, que precisa se tornar como o adulto. Esse pensamento influenciou muitos estudos sobre a infância, cuja centralidade não estava naquilo que ela é, mas no que deve ser, e transformou a infância num período de preparação para a vida adulta.

De ser inocente a organismo incompleto, assim a criança foi ganhando definições, com os inúmeros estudos desenvolvidos a partir do século XIX, em áreas do conhecimento como a Psicologia, a Psicanálise, a Sociologia, a Antropologia e outras. A criança passa a ser envolta pelas diversas correntes de pensamento que buscavam explicações sobre a na-

tureza humana. Questões referentes ao que é inato e o que é adquirido servem de modelos explicativos sobre a natureza da criança e de base para ações educativas. A consciência de que os primeiros anos de vida são os mais adequados para se aprender se consolidava. Assim, um longo caminho se abre na produção de conhecimentos sobre a criança e a coloca como objeto de estudo no século XX.

Para Heywood (2004), o interesse pelo período da infância é um fenômeno recente, em função dos poucos registros que se tem sobre memórias de infância, sobre as experiências nessa fase, devido ao pouco interesse em conhecer as experiências dos sujeitos nessa etapa da vida. Foi a partir do século XVIII, num processo de grandes mudanças sociais, econômicas e culturais, que as formas de se pensar a criança foram se modificando e, conseqüentemente, as relações destas com o meio social. As escolas passaram a se organizar por idade, as crianças já isoladas dos adultos eram preparadas para o futuro, para o progresso da nova sociedade industrial. Os objetivos e as metas para a infância eram traçados, tendo em vista a construção de um novo homem.

Vários temas foram desenvolvidos com o intuito de definir a infância, e esta passou a ser vista como um período delimitado pela idade, com características biológicas específicas que implicam numa imaturidade e dependência diante do adulto, um ser que precisa de proteção e cuidados devido a sua inocência, a sua fragilidade, a sua incapacidade de se mover no mundo.

O advento das sociedades modernas, as mudanças no sistema econômico e o poder dado à ciência neste modelo de sociedade colocaram a criança a serviço da ciência para a produção de um adulto perfeito. O interesse teórico pela infância, na modernidade, reduziu a criança a objeto de estudo. Ela deve ser testada, observada, avaliada, experimentada, para se transformar num conceito, num ser homogêneo e universal em suas especificidades: inocente, sagrada, frágil e imatura. Assim, a criança foi registrada, com o olhar do adulto, influenciando nos modos de percebê-la.

A criança na modernidade se constituiu mais como uma abstração, do que como um ser concreto, histórico, que se relaciona, que interage e não só reage e obedece. Os conceitos até aqui abordados desnudaram a criança de sua dimensão social, isolaram-na de suas condições concretas de existência, da relação que há na sua constituição de sujeito, dos aspectos culturais, de classe, de gênero e étnicos.

O homem racional, ser pensante, que foi delineado pela cultura ocidental, não permitiu que a criança fosse pensada da mesma forma que o adulto. A esta restou lutar para conquistar a razão, para ser adulta. Ao adulto coube o estatuto de sujeito racional, à criança coube o de vir a ser.

É, portanto, no âmago das próprias práticas sociais que se transformam as conceituações de indivíduo, de sociedade, de sujeito, de subjetividade, que emergem como categorias e como objetos de reflexão e investigação, característico da modernidade. Sujeito de responsabilidades e obrigações, sujeito de direito, sujeito singular, o homo rationalis é colocado (mais uma vez? de outro modo?) como objeto de estudo e intervenção. Intervenção essa que se dará sobretudo no nível da criança, com vistas à preparação e formação do homem adulto, ser moral, ser livre, independente e autônomo (SMOLKA, 2002, p. 104).

Numa sociedade da racionalidade, as ações educativas deveriam estar articuladas às condições de desenvolvimento econômico, e os sujeitos infantis deveriam ser desenvolvidos para serem úteis e produtivos. A criança passa a ser vista como um sujeito cognitivo, com potencialidades para aprendizagem, e, nesse processo de aprendizagem, vai evoluindo a níveis cognitivos mais elevados.

Essas ideias orientaram e conduziram (e ainda orientam) ações e percepções sobre a criança. Ideias estas que são construtos culturais e que delineiam o fazer docente, pela ênfase atribuída à cognição infantil, em vista de prepará-la para a vida em sociedade. A ênfase da ciência, da escola, nos aspectos cognitivos em detrimento de outras características presentes na criança, demonstra o quanto a preocupação com a infância na modernidade esteve atrelada à ideia de progresso e de preparação para o futuro.

Muito mais do que compreender e explicar o desenvolvimento humano o que se evidencia é a racionalização da infância legitimada pelo conhecimento científico. O que poderia ser compreendido como uma construção do sujeito mediada por sua inserção histórico-cultural, adultera-se num processo de assujeitamento da criança a um modelo de desenvolvimento cientificista, universalizante e a-histórico (SOUZA; PEREIRA, 1998, p. 31-32).

Neste sentido, os estudos sobre as capacidades intelectuais, sobre as características peculiares da criança, deram centralidade aos aspectos biológicos, na sua evolução. Com destaque aqui, as teorias psicológicas do desenvolvimento humano que de certa forma dominaram esse campo de estudo, com grande predominância na área da formação de professores da educação infantil.

A Psicologia do Desenvolvimento^[6], pautada no sujeito individual e nos seus aspectos evolutivos, contribuiu significativamente para a construção universal, em que o comportamento do indivíduo é estudado de forma isolada dos aspectos sociais e a ênfase recai, sobretudo, nas características biológicas que evoluem num processo linear, no qual a maturação é o viés para o desenvolvimento. Para Souza (1996), as consequências negativas deste tipo de abordagem é que trazem ao corpo social uma naturalização das formas de se pensar a criança em termos de etapa e desenvolvimento cronológico.

O que se evidencia com frequência é que a criança, jamais vista por inteiro, como membro de uma classe social, situada histórica, social e culturalmente, é seccionada em infinitos comportamentos e/ou habilidades (SOUZA, 1996, p. 45).

Para essa autora, a Psicologia do Desenvolvimento se identifica com os instrumentos de dominação e controle social, e servem de base para as diversas propostas de educação infantil, por se constituírem num acervo de conhecimentos imprescindíveis para um mundo baseado na produção e no consumo. As ideias e conceitos de organismo imaturo, em evolução, incompleto, se estenderam à criança e a colocaram numa condição inferior ao adulto, condição esta já esboçada anteriormente nos conceitos de inocência, fragilidade e dependência. A criança é transformada em objetivos, naquilo que está por vir, no que ela pode desenvolver e em como o meio deve agir para se alcançar o modelo de sujeito traçado pela racionalidade técnica.

[6] As teorias psicológicas do desenvolvimento humano trouxeram também inúmeras contribuições aos estudos da criança, ao concebê-la como um sujeito que possui características peculiares em cada idade, e, principalmente, por considerar a criança como um ser diferente do adulto e não um adulto menor.

A criança foi produzida pelo conhecimento científico como um modelo. A ciência produziu um modelo de sujeito infantil e uma infância idealizada para todos/as, a infância burguesa ocidental, universal, atemporal, sem cor, sexo, cultura e diferença.

Para Heywood (2004), as sociedades baseadas em interesses diversos sempre quiseram impor uma imagem de infância refletida na existência de uma natureza ou essência, o que conduz a uma homogeneização e imutabilidade do conceito, desconsiderando as diferenças de tempo e de espaço na sociedade.

Este autor nos lembra que há um movimento presente na construção de imagens de infância e das suas formas de ser que não é linear, pois essas imagens podem se apresentar em vários momentos históricos, possibilitando para as sociedades a assunção e a circulação de visões conflitantes a respeito da criança, como as que já foram tratadas ao longo deste trabalho.

Neste sentido, é imprescindível compreendermos que o grande movimento da ciência moderna, em conhecer o homem e aquilo que lhe é peculiar, trouxe à criança um papel central na sociedade ocidental, como aponta Kramer (1996, p. 25), “[...] o fato é que aquele ser paparicado ou moralizado, miniatura do homem, sementinha a desabrochar cresceu como estatuto teórico [...]”, e se tornou um campo fértil de estudos, no qual as diversas áreas do conhecimento estabeleceram verdades sobre ela. Uns, dentro de uma perspectiva mais ampla, em que as dimensões sociais, políticas, ideológicas, se fazem presentes, permeando as investigações; outros partem de uma visão mais restrita, ou seja, centram-se nas especificidades dos sujeitos infantis.

São, portanto, as dimensões cultural, social e histórica da criança que precisam ser consideradas, pois, numa sociedade desigual como a nossa, as condições concretas de vida das crianças interferem diretamente nos modos de se viver a infância. É por isso que é mais coerente afirmar na contemporaneidade que há multiplicidades de infâncias e diferentes modos de ser criança.

4. A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DAS CULTURAS INFANTIS E DAS MULTIPLICIDADES DE INFÂNCIAS: DE UM CONCEITO ABSTRATO A SUJEITO CONCRETO

O século XX foi marcado por uma crescente produção de estudos sobre a infância e por diversas concepções teóricas nesta direção. Nesse movimento, ficou a constatação de que as ideias que temos de criança mudam, tomam diferentes contornos, de acordo com o movimento histórico.

Decerto, as visões de infância que circulam desde a Antiguidade são múltiplas e estão relacionadas com os interesses políticos, econômicos, religiosos e sociais de cada época. No entanto, algumas posturas em direção à criança parecem não ter se modificado ao longo da história, apesar da importância que lhe fora atribuída. O exercício do poder, da hierarquia, da obediência, da submissão, do mando, ainda são direcionadas às crianças, estas continuam como um alvo perfeito para práticas autoritárias por parte de instituições como a família e a escola.

Os avanços teóricos são evidentes. Kramer (2003) defende um conceito de criança como um sujeito histórico e social, produtora de cultura. Discorda das ideias que defendem uma essência infantil, que coloca todas as crianças num patamar de igualdade, independente das condições históricas e sociais que vivem. Lembra-nos que a dependência da criança com relação ao adulto é fato social e não natural, pois existe uma relação de poder entre adultos e crianças por inúmeras razões que estão relacionadas a aspectos ideológicos em nossa sociedade. Kramer (2003) critica as visões que anunciam o desaparecimento da infância ou da sua não existência e acrescenta que não é a ideia de infância que está em crise e sim o homem contemporâneo.

Todas essas questões apontadas pela autora são inquietantes, pois vivemos num cenário cheio de desafios para os que trabalham com a criança, que nos leva a duvidar das nossas próprias imagens construídas, principalmente quando tiveram como base conceitos totalizantes e uni-

versais sobre a infância.

O entrelaçamento dos aspectos políticos, econômicos e culturais denotam as enormes disparidades nas vivências de crianças no mundo todo, “[...] As infâncias estão hoje profundamente divididas pelos valores, pela riqueza ou miséria, pelo caos político ou relativa estabilidade” (STE-ARNS, 2006, p. 201), não havendo, portanto, lugar para conceitos e imagens homogêneas de infância, pois a realidade diferencia as experiências dos diversos grupos infantis.

A concepção da criança como sujeito histórico e social, produtora de cultura é bem recente, e não foi suficiente para que os sujeitos infantis fossem retirados do silenciamento a que foram historicamente submetidos, pois a maioria dos estudos estavam longe de considerar a criança como um sujeito que para ser conhecido precisa ser ouvido. A ênfase recaía mais nos saberes sobre a infância.

Demartini (2002) lembra-nos da importância de aprendermos a ouvir as crianças, de escutar as suas vozes, do estabelecimento do diálogo com estes sujeitos, pois cada vez mais escutamos por parte daqueles/as que convivem e trabalham com crianças sobre a incapacidade de entendê-las; fruto de um processo de distanciamento entre adulto e criança provocado pela modernidade.

A proclamação legal da criança como sujeito de direitos (Constituição de 1988), o reconhecimento como sujeitos que possuem especificidades, como grupo social diferenciado, por possuírem cultura e experiências diferentes das do adulto, não garantiu a estes sujeitos a sua participação, a sua inclusão como sujeito social nos diálogos estabelecidos nos diversos espaços de convivência social, e, também, nas pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

A concepção de criança como ator social, como sujeito participativo, só iria despontar a partir da década de 1990, com o interesse maior das Ciências Sociais nas diversas formas de ser criança, com a focalização na própria criança e em seu contexto de experiência social. É o que podemos chamar de ocupação pelas crianças de um novo lugar social, onde estas saem do anonimato e da condição de objeto de estudo para a condição de sujeito.

No final da década de 1990, o campo da Sociologia, mas especificamente da Sociologia da Infância, vê nos processos de socialização infantil a fonte para se estudar a criança concretamente, não mais como objeto distante e isolado, a busca agora é por uma infância desnaturalizada, que possui uma natureza sociocultural e política, como a de todos os sujeitos, sejam adultos, crianças, adolescentes ou velhos.

A sociologia da infância propõe a constituir a infância como objeto sociológico, resgatando-a das perspectivas biológicas, que a reduzem a um estado intermédio de maturação e desenvolvimento humano, e psicologizantes, que tendem a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente de construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para eles. Porém, mais do que isso, a sociologia da infância propõe-se a interrogar a sociedade a partir de um ponto de vista que toma as crianças como objeto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo crescer o conhecimento, não apenas sobre infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada (SARMENTO, 2005, p. 02).

A Sociologia da Infância aponta para a análise das dinâmicas de relações sociais das crianças com as mais variadas situações de vivência, e não apenas na escola ou na família, “[...] esta já não é mais considerada como algo maleável que a moral e a autoridade moldariam, mas como um parceiro com o qual é preciso negociar” (SIROTA, 2001, p. 09). Essa visão coloca as crianças como um grupo social em si, como atores sociais. São os sociólogos, de língua inglesa e francesa, os primeiros a questionar a visão de criança como um ser passivo nas pesquisas sobre a infância e a considerá-las como uma variável da análise sociológica que deve ser relacionada com as categorias gênero, classe e etnia.

Esse campo de estudos defende a ideia de não se construir mais discursos sobre a criança, independente da sua dimensão social, da sua situação concreta de vida e da sua condição de sujeito ativo:

Não se trata aqui de simplesmente opor uma ideologia subjacente da proteção a uma ideologia da autodeterminação, mas trata-se de compreender aquilo que a criança faz de si e aquilo que se faz dela, e não simplesmente aquilo que as instituições inventam para ela (SIROTA, 2001, p. 18).

A busca da construção de um outro olhar e de uma nova postura em direção à criança, sugere que esta não seja vista sob a expectativa do adulto e que seus estudos não se tornem um estudo das ações do adulto sobre a

criança. Assim, deve-se compreender o que ela pensa da sua realidade, e acima de tudo acreditar na sua capacidade de dar opiniões e dialogar sobre temas variados, de exercitar o direito de falar e de ser ouvida, ou seja, acreditar que elas podem dizer algo sobre si mesmas. É neste sentido que defendemos a inclusão social da criança como ator social, como sujeito que vivencia, apreende e interpreta a realidade em que está situada, e que, portanto, precisa ser ouvida. É nesse sentido que Quinteiro (2003) fala da emergência de uma Sociologia da Infância no Brasil.

A referida autora destaca o crescimento que, nas duas últimas décadas, teve os estudos sobre a infância no Brasil, porém alerta que existem ainda poucos estudos sobre a infância como condição social da criança. Pois, para Quinteiro, os estudos no país:

Nos permitem conhecer objetivamente as precárias condições sociais das crianças, sua história e sua condição profundamente adversa de “adulto em miniatura”, e precariamente a infância como construção cultural, sobre seus próprios saberes, suas memórias e lembranças, suas práticas e possibilidades de criar e recriar a realidade social na qual se encontram inseridas. (2003, p. 05).

A realidade apresentada por Quinteiro (2003) relembra que os modos que percebemos as crianças refletem no lugar dado a elas nas pesquisas sobre os diversos temas das inúmeras áreas do conhecimento. É por isso que muito se diz sobre elas, todos/as falam e se interessam por elas. No entanto, são poucos os que as consideram importantes para o conhecimento da realidade.

Conhecer a criança a partir de si mesma é o diferencial das propostas e estudos que a defendem como ator social, como sujeito do processo de socialização. Segundo Montandon (2001), alguns estudos atuais se centram não somente nas instituições dirigidas às crianças, mas, também, nas relações entre gerações, nas relações entre crianças, e a criança como um grupo de idade. Tais estudos permitem o adentramento numa infância vivenciada em sua complexidade, apontam para a existência de uma pluralidade de infâncias.

Nestes estudos, Sarmiento (2005) informa que a infância é concebida como uma categoria social geracional e a criança é concebida como o sujeito concreto, é sempre um ator social que integra essa categoria gera-

cional. A geração se apresenta como uma categoria importante na análise das relações que as crianças estabelecem com os grupos intergeracionais e intrageracionais, ou seja, a categoria geração permite a possibilidade de se analisar, nas relações simbólicas e estruturais entre crianças e adultos e entre crianças, o que os aproxima e o que os distancia.

Por outras palavras, a “geração” é um construto sociológico que procura dar conta das interações dinâmicas entre no plano sincrônico, a geração-grupo de idade, isto é, as relações estruturais e simbólicas dos atores sociais de uma classe etária definida e, no plano diacrônico, a geração-grupo de um tempo histórico definido, isto é o modo como são continuamente reinvestida de estatutos e papéis sociais diferenciados os atores de uma determinada classe etária, em cada período histórico concreto (SARMENTO, 2005, p. 04-05).

Pesquisas^[7] que tomam a criança como ator social e a infância como categoria social procuram entender este grupo a partir de seu contexto sociocultural, analisando as relações que as crianças estabelecem entre si e com os adultos, bem como as suas percepções e desejos sobre a escola.

Os resultados destes estudos apresentam a complexidade presente nas relações que as crianças estabelecem entre si e com os adultos, em que não estão baseadas somente na obediência e na aceitação ao que lhe é imposto. As crianças não criam apenas estratégias de resistências para lidar com as imposições, mas, também, mecanismos que as tornam menos frustradas nas interações e nas formas de compreender o mundo, “[...] elas não são meras receptoras de cultura. Pelo contrário, elas criam seus próprios significados a partir das determinações externas, sejam estas, inclusive os limites da sala, do pátio” (MÜLLER, 2003, p. 12).

[7] Destacamos os estudos de Angela Borba (2006): As culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: estratégias de participação e construção da ordem social em um grupo de crianças de 4-6 anos; Silvia Cruz (2004): Ouvindo crianças: considerações sobre o desejo de captar a perspectiva da criança acerca da sua experiência educativa; Fernanda Müller (2003): Infâncias nas vozes das crianças: culturas infantis, trabalho e resistência; Altino Filho (2006): Crianças e adultos: marcas de uma relação; Tatiana Pacheco (2008): Significados e sentidos dos discursos de um grupo de crianças da 3ª série do ensino fundamental sobre a profissão e os gêneros na docência.

Os/as autores/as ressaltam que na maioria das relações estabelecidas com os adultos as crianças não são vistas como participantes ativos do processo educativo. Os adultos tentam privá-las de suas expressões, pelo controle e repreensão, tornando poucas as oportunidades que as crianças têm de se expressar, receber e dar explicações, de serem ouvidas, em função das grandes exigências e da prioridade atribuída ao silêncio, ao estar sentado/a, às filas e horários que não permitem barulhos, risos ou improvisações.

Ao analisar os processos de socialização entre crianças e entre estas e os adultos, Filho (2006) constatou que a forma como os adultos percebem as crianças reflete nas relações e nos modos como estes se dirigem a elas. As posturas diferenciadas dos adultos se baseiam ou na consideração das crianças como atores sociais, respeitando as suas especificidades, ou em uma visão de crianças como sujeitos homogêneos.

Este autor também destaca que as formas de relação das crianças com cada adulto exige, destas, comportamentos diferenciados e nestas relações os sujeitos infantis não deixavam de manifestar os seus desejos, os seus pontos de vista e necessidades, “[...] As crianças pesquisadas mostravam, em seu convívio diário, do que gostavam e do que não gostavam de fazer nos espaços/tempos da instituição” (FILHO, 2006, p. 22). O processo de socialização estudado pelo autor enfatiza a postura participativa da criança nas interações sociais, mesmo quando estas tinham como base a hierarquia e superioridade do adulto.

Ao serem observadas no contexto de suas relações as crianças colocam em evidência as suas capacidades de negociar, de criar estratégias múltiplas para a convivência social e, principalmente, não permitem o endurecimento e a falta de criatividade nas interações. As crianças negam e desafiam as tentativas de enquadramento num padrão universal, ao lembrarem os adultos que as suas singularidades marcam essas relações.

Pacheco (2008), nos resultados da pesquisa realizada no Mestrado em Educação, destaca que as crianças apresentaram informações significativas para (re)pensarmos a docência e as relações adulto-criança na prática docente. Nos questionamentos feitos às crianças, sobre a existência de similaridades e/ou diferenças no exercício da docência de professores e professoras, estas tomaram como base para as suas respostas a autoridade. A autoridade foi utilizada como base definidora dos/as professores/as e

nos discursos das crianças superam as questões de gênero. A autoridade é exercida por ambos, por isso não há diferença. É o olhar para o exercício da autoridade, para o controle, para a obediência, que conduzem as crianças a perceberem os/as professores/as de forma similar, todos/as mandam, todos/as controlam, “[...] essa autoridade queiramos ou não, é institucionalmente atribuída àquela ou aquele que exerce a atividade docente” (LOURO, 1997, p. 116).

Os questionamentos feitos às crianças sobre a docência de professores/as também demonstraram que o que permeia os sentidos dos discursos destas crianças, sobre professores/as, são os vínculos afetivos e emocionais que estão presentes nas interações que ocorrem na sala de aula. Parece que quanto mais afetivas forem as relações, as hierarquias são menos enfatizadas, diminuem o seu significado. O controle, a autoridade e a vigilância, formas históricas presentes na relação adulto-criança nas instituições escolares, são menos evidenciadas.

É importante enfatizar o quanto o afeto foi historicamente concebido como algo que deveria estar distante nas relações entre professores/as e alunos/as, por estar relacionado à figura feminina e por não reforçar os aspectos técnicos e científicos do trabalho docente. A afetividade foi um aspecto apresentado pelas crianças como importante no trabalho docente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade plural e de extremas desigualdades sociais como a nossa, em que a criança experiencia a sua infância no contexto sociocultural que está inserida, não cabe a ideia de uma infância universal, padronizada, e muito menos partir deste princípio para estudos ou práticas escolares.

Nessa perspectiva, a sua inclusão na sociedade como ator social e os seus processos de socialização são fundamentais para entendê-la, por não ser vista como mera absorvente passiva das suas experiências. Na sua relação com o mundo a criança participa, interpreta, dá significado às suas experiências. A imobilidade a qual a criança foi submetida, historicamente, deve-se também ao fato de uma visão adultocêntrica que, segundo Müller e Delgado (2005), contribuiu para o predomínio do

olhar adulto nos estudos sobre as culturas infantis e para a ausência das vozes das crianças nas pesquisas.

As autoras nos fazem refletir o quanto as culturas infantis foram negligenciadas, ignoradas, negadas, excluídas dos estudos, das pesquisas e dos processos de participação social. O quanto não foi dado importância às suas vozes como fontes para se conhecer os mundos sociais e culturais da infância.

As crianças têm muito a dizer sobre as suas formas de ver o mundo, sobre preconceitos, sobre o poder e a autoridade que os adultos exercem sobre elas. Portanto, é necessário uma aproximação efetiva nas experiências infantis, uma consideração dos seus pontos de vista, da singularidade de cada criança ao interpretar as suas vivências sociais.

Aprender com as crianças, libertá-las dos estereótipos e das verdades universais, é um grande desafio, que exige reflexão e mudança de postura. Essa consideração implica na ruptura com concepções hegemônicas que serviram para o distanciamento entre adultos e crianças e para a sua exclusão como sujeito concreto na modernidade.

As crianças não vivem alheias a este mundo, ou num mundo à parte; os adultos que construíram modelos e modos de vivência idealizados para a infância. Pois é num mundo plural, diverso e desigual que estes sujeitos vivem e se relacionam, e ao interagirem com este mundo imprimem nele suas marcas e deixam-se por ele se constituir. Por isso, a importância de não isolar as crianças das questões sociais e culturais e da escola perceber e se relacionar com elas como atores sociais, como sujeitos ativos na sua educação, tal postura pode trazer grandes contribuições à formação de professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BORBA, Angela Meyer. As culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: estratégias de participação e construção da ordem social em um grupo de crianças de 4-6 anos. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 29. **Anais** [...]. Caxambu: Anped, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.org>.

anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2229--Int.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. Ouvindo crianças: considerações sobre o desejo de captar a perspectiva da criança acerca da sua experiência educativa. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27. Anais [...]*. Caxambu: Anped, 2004. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/t078.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DELGADO, Ana Cristina; MÜLLER, Fernanda. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, maio/ago., 2005.

DEMARTINI, Zeila de B. F. Infância, pesquisa e relatos orais. *In: FARIA, Ana L. G.; DEMARTINI, Zeila de B. F.; PRADO, Patrícia D. (org.). Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

FILHO, Altino José M. Crianças e adultos: marcas de uma relação. *In: FILHO, Altino José M. et al. Infância Plural: crianças do nosso tempo*. Porto Alegre: Mediação, 2006.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Tradução de Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, Sonia; BAZÍLIO, Luiz C. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria I. (org.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MONTANDON, Cléopâtre. Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, mar. 2001.

MÜLLER, Fernanda. Infâncias nas vozes das crianças: culturas infantis, trabalho e resistência. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26. Anais [...]*. Poços de Caldas: Anped, 2003. Disponível em: <http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/fernandamuller.rtf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PACHECO, Tatiana do S. C. **Significados e Sentidos dos discursos de um grupo de crianças da 3ª série do ensino fundamental sobre a profissão e os gêneros na docência**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

QUINTEIRO, Jucirema. A emergência de uma Sociologia da Infância no Brasil. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 26. **Anais** [...]. Poços de Caldas: Anped, 2003. Disponível em: <http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/juciremaquinteiro.rtf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

QUINTEIRO, Jucirema *et al.* A participação da criança na escola de ensino fundamental: um desafio nas séries iniciais. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 28. **Anais** [...]. Caxambu: Anped, 2005. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/textos/GT13/gt13773int.rtf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. *In: FARIA, Ana L. G.; DEMARTINI, Zeila de B. F.; PRADO, Patrícia D. (org.). Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, maio/ago., 2005.

SIROTA, Régine. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 11, mar. 2001.

SMOLKA, Ana L. B. Estatuto de sujeito, desenvolvimento humano e teorização sobre a criança. *In: FREITAS, Marcos C. de; KUHLMAN JR, Moysés (org.). Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Solange J. e. Resignificando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. *In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria I. (org.). Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

SOUZA, Solange Jobim e; PEREIRA, Rita Marisa R. Infância, conhecimento e contemporaneidade. *In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (org.). Infância e produção cultural*. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 25-42.

STEARNS, Peter N. **A Infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

A infância na Amazônia brasileira: história e resistência de crianças, do período colonial à contemporaneidade

Simeí Santos Andrade^[1]
Romeu do Carmo Amorim da Silva Júnior^[2]

Resumo: O estudo que ora apresentamos é parte de uma investigação mais abrangente sobre as infâncias da Amazônia. Busca compreen-

^[1] Pós-Doutora em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará (2020). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2018). Mestre em Educação pela Universidade Adventista de São Paulo (2005). É professora efetiva da Universidade Federal do Pará/Instituto de Ciências da Arte, atuando no curso de Licenciatura em Dança, da Faculdade de Dança – FADAN e no Programa de Mestrado Profissional em Artes – PROF-ARTES. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Infâncias Amazônicas: Arte, Cultura e Educação de crianças em diferentes contextos – NUPEIA (UFPA/CNPq), associado à Rede Emíli@ de Pesquisa. É membro da Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS. E-mail: simeíandrade@ufpa.br

^[2] Professor efetivo de Música do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP/Campus Santana. Mestrando em Artes pelo Programa de Mestrado Profissional em Artes – PROF-ARTES UFPA. Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas. Bacharel em Música com Habilitação em Canto pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. Licenciado em Música pela UEPA. Atuou na Fundação Carlos Gomes como professor das disciplinas: Musicalização; Teoria Musical; Solfejo; Canto Coral e Canto Lírico. Membro do Núcleo de Pesquisa Infâncias Amazônicas: Arte, Cultura e Educação de crianças em diferentes contextos – NUPEIA (UFPA/CNPq). E-mail: romeu.amorim@ifap.edu.br

der como as infâncias e as crianças foram se estabelecendo nesse espaço geográfico singular de água e floresta a partir do advento das grandes navegações que chegaram à região no século XVI e foram modificando a história dos povos amazônicos e, conseqüentemente, suas culturas. Neste recorte apresentamos uma pesquisa bibliográfica e documental que nos faz refletir acerca de como as crianças eram vistas e seu papel social na estrutura da sociedade colonial até a contemporaneidade, tendo como fundamentos basilares os Estudos Sociais da Infância e os estudos decoloniais. Acompanham-nos, nesta discussão, Altman (2010), Gonçalves (2012), Kramer (2011), Lander (2005), Loureiro (2000), Quijano (2005), Ramos (2010) e Rodrigues (2013), entre outros, os quais ajudaram a compreender o lugar que as crianças têm ocupado na Amazônia brasileira. O estudo mostrou que o homem amazônida, sobretudo a criança, está em todos os lugares desta região exigindo seus direitos por meio dos grupos sociais organizados que se fazem presentes nas diversas ações afirmativas nos campos, nas florestas, nas cidades, questionando as políticas públicas, resistindo ao descaso do poder público com a educação, saúde, saneamento, habitação, infraestrutura etc. A organização social foi a maneira que o amazônida encontrou de se fortalecer e de se rebelar frente aos desmandos da ordem vigente, suas culturas e a interação com a natureza foram suas maiores armas de luta.

Palavras-chave: infâncias amazônicas; história da infância; crianças da Amazônia; Amazônia brasileira.

LA INFANCIA EN LA AMAZONÍA BRASILEIRA: HISTORIA Y RESISTENCIA DE NIÑOS, DEL PERÍODO COLONIAL A LA CONTEMPORANEIDAD

Resumen: El estudio que presentamos aquí es parte de una investigación más completa sobre las infancias de la Amazonía. Se busca comprender cómo las infancias y los niños se establecieron en este espacio geográfico único de agua y selva a partir del advenimiento de las grandes navegaciones que llegaron a la región en el siglo XVI y fueron modificando la historia de los pueblos amazónicos y, por consiguiente, sus culturas. En este recorte presentamos una investigación bibliográfica y documental

que nos hace reflexionar sobre cómo se veía a los niños y su papel social en la estructura de la sociedad colonial hasta la época contemporánea, teniendo como fundamentos básicos los Estudios Sociales de la Infancia y los estudios decoloniales. Nos acompañan en esta discusión Altman (2010), Gonçalves (2012), Kramer (2011), Lander (2005), Loureiro (2000), Quijano (2005), Ramos (2010) y Rodrigues (2013), entre otros, los cuales ayudaron a comprender el lugar que los niños han ocupado en la Amazonía brasileña. El estudio mostró que el hombre amazónico, especialmente el niño, está en todas partes de esta región exigiendo sus derechos a través de grupos sociales organizados que están presentes en las diversas acciones afirmativas en los campos, en los bosques, en las ciudades, cuestionando las políticas públicas, resistiendo al descuido del gobierno en educación, salud, saneamiento, vivienda, infraestructura, etc. La organización social fue la forma que encontraron los amazónicos para fortalecerse y rebelarse contra los excesos del orden vigente, sus culturas y la interacción con la naturaleza fueron sus mayores armas de lucha.

Palabras clave: infancias amazónicas; historia de la infancia; niños de la Amazonía; Amazonía brasileira.

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo buscamos mostrar como as crianças foram tratadas ao longo da história da Amazônia, desde a chegada das primeiras embarcações europeias, no século XVI, até a contemporaneidade. A investigação se deu por meio de uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2012, p. 21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, com foco numa pesquisa bibliográfica que se desenvolve “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1991, p. 48) e documental que “vale-se de materiais que não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Id., p. 51).

Análise do conteúdo foi a forma que encontramos para interpretar os conteúdos das referências que ponderamos (documentos, filmes, imagens, periódicos, artigos e livros), visto que “é um tipo da análise de comu-

nicação que pretende garantir a imparcialidade objetiva” (CHIZZOTTI, 2014, p. 114), também análise do conteúdo é “uma técnica de fazer interferências sistemáticas e objetivas, identificando as características especiais da mensagem” (HOLSTI apud CHIZZOTTI, 2014, p. 115).

A pesquisa também se baseia nos Estudos Sociais da Infância, que propõem a defesa de “[...] uma concepção de criança que reconhece o que é específico da infância – seu poder de imaginação, fantasia, criação [...]” (KRAMER, 2011, p. 101), que a perceba como ser concreto, que ocupa um lugar social muito peculiar.

Para apreensão da realidade amazônica e de como as crianças se localizam nesse espaço geográfico, se fez necessário refletirmos sobre a ótica não do colonizador, mas do oprimido nortista-amazônida, especialmente sobre a condição de subserviente a que foi submetido por séculos e que o obriga “[...] a uma luta e a uma resistência [...] que tem uma história de 500 anos” (MENCHÚ, 1996, p. 195). Deste modo, os postulados decoloniais nos ajudam a pensar crítica e reflexivamente:

[...] a emergência de práticas que reconheçam os sujeitos que se mantêm numa colonialidade subjetiva, numa relação de poder que os oprimem e excluem nos âmbitos sociais, culturais, econômicos e políticos, negando suas culturas e identidades, tornando-os invisíveis [...] (SIMÕES; SANTOS; BARROCA, 2015, p. 10).

Neste sentido, os Estudos Sociais da Infância contribuem para uma análise das relações de poder que se estabeleceram desde o período colonial na Amazônia e que mostram o quanto as crianças foram inferiorizadas por meio de práticas abusivas (RAMOS, 2010) de exploração, que lhes deixavam poucas chances de sobrevivência. Essa ponderação nos encaminha para uma outra construção, de caráter político, a fim de que se possa compreender, sistematizar, contextualizar e reconhecê-las como seres humanos, como pessoas, que diante das práticas subalternas de domínio capitalista buscam ser reconhecidas a partir de um processo reflexivo da sua história, a decolonização (CORONIL, 2005; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2005); essa perspectiva tem o sentido de trazê-las para outro patamar – o de atores sociais –, “[...] dando ênfase na formação da identidade e do protagonismo da criança enquanto sujeito” (SIMÕES; SANTOS; BARROCA, 2015, p. 10).

Pensar a infância e seus atores sociais requer uma análise de como a sociedade foi produzindo ao longo de sua história conceitos sobre esses pequenos cidadãos; sua importância advém da maneira como a sociedade os vê. Esse estudo traz uma visão de infância e de criança como ator social, porém, a realidade vivida por elas é dura e diz muito do processo histórico de opressão que reflete, ainda hoje, a sua luta diária para sobreviver a tanto descaso, “[...] cuja realidade cultural é marcada pela precariedade social, econômica e política, [...], que na região amazônica, em particular, negligenciou as peculiaridades regionais e as singularidades locais [...]” (SILVA, 2007, p. 48). Observando esse quadro nos ancoramos em Lander (2005), ao considerar que uma das alternativas ao pensamento eurocêntrico-colonial, que negligenciou as crianças, renegou sua história, é olhar o mundo, agir sobre ele e interpretá-lo dando um outro significado e principalmente agir de maneira consciente, participativa, garantindo que as crianças sejam ouvidas onde quer que estejam.

2. A CRIANÇA NA AMAZÔNIA COLONIAL

Com o advento das grandes navegações, no Brasil a Amazônia torna-se alvo da imposição da cultura europeia, onde a infância era desconsiderada, as crianças “[...] não eram percebidas, nem ouvidas. Nem falavam, nem delas se falava [...]” (LEITE, 2011, p. 21).

Os grupos indígenas foram impactados por essa cultura, ao longo das diversas ocupações que se sucederam na região, além da imposição de um estilo de vida ao qual foram submetidos pelos portugueses, principalmente, de maneira incisiva e por um tempo prolongado. As crianças curiosas e ávidas por aventuras estavam sempre à espreita observando, ajudando e sendo mandadas a fazer algo, e aprendiam com facilidade tudo o que lhes era ensinado.

As expedições que chegavam ao Brasil e na Amazônia tinham a função de dominar por meio da opressão explícita (escravidão) e implícita (catequese), por exemplo. As crianças interagem no seu grupo e nas demais comunidades tribais, o que fez com que os europeus, sobretudo os portugueses, percebessem que elas poderiam ser a estratégia que precisa-

vam para conquistar os demais membros de outras etnias, como observou Altman (2010) ao analisar o papel da criança nesse contexto:

Com a chegada dos jesuítas [...] começam estes por tentar conquistar primeiro as crianças com quem aprendem noções da língua, passando logo a utilizá-las como intérpretes [...]. Formam então coros de meninos que levam em suas expedições de catequese. Então entram pelas povoações, as crianças à frente, entoando as ladainhas e outras crianças rapidamente se agregam ao séquito, pulando, cantado e dançando (ALTMAN, 2010, p. 241).

Posteriormente os religiosos utilizam outras linguagens (teatro e dança) como mecanismo de imposição de sua cultura e domínio europeu na Amazônia. Peças teatrais de cunho religioso são encenadas nas aldeias objetivando a transmissão de uma nova cultura, “embora habituados a uma vida nômade, os índios vão assimilando os novos costumes, ganhando novos conhecimentos, mas perdendo muito de sua cultura primitiva” (ALTMAN, 2010, p. 241).

A colonização na Amazônia provocou o extermínio de grande parte da população indígena, dizimada pelas armas de fogo dos conquistadores e também pelas doenças trazidas pelos europeus, como a varíola, o sarampo, a catapora, a gripe e a tuberculose (ANDRADE, 2011). O contato estabelecido possibilitou a proliferação de doenças até então aqui desconhecidas, especialmente entre as crianças. Além do que os “[...] índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer [...]” (QUIJANO, 2005, p. 120); as crianças não ficaram de fora deste contexto, elas também trabalhavam até o esgotamento.

Os europeus que ancoraram na região eram na maioria homens, mas mulheres e crianças também faziam parte dessa grande aventura. Eram submetidas a todo tipo de violência, além de realizarem trabalhos pesados, de terem uma alimentação escassa e viverem em péssimas condições sanitárias nos porões das embarcações que chegavam na Amazônia, o que ocasionava doenças, levando-as em muitos casos a óbito (RAMOS, 2010).

A quase totalidade das crianças aqui chegadas era constituída de órfãos e pobres, vendidas por suas famílias, capturadas nas vias públicas ou sequestradas. Poucas eram as que vinham acompanhadas de pais ou parentes. Os meninos eram submetidos à exaustão de sua força de trabalho e

violências físicas, morais e sexuais. As meninas, geralmente oriundas dos orfanatos, eram enviadas a fim de suprir a falta de mulheres brancas na Colônia, mas durante as viagens também sofriam violência de toda ordem, eram guardadas para não sofrerem com os assédios e estupro dos tripulantes; além disso eram as mais visadas durante os ataques dos piratas. A selvageria era tão grande que “[...] crianças, mesmo acompanhadas dos pais, eram violentadas por pedófilos e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas cuidadosamente a fim de manterem-se virgens, pelo menos, até que chegassem à Colônia” (RAMOS, 2010, p. 19) e depois mandados para a Amazônia.

Os colonizadores portugueses ponderavam que o ciclo de vida da criança era curto, uma vez que a média de vida era de 14 anos em Portugal, e que a maioria dos nascidos vivos ia a óbito antes dos sete anos de vida (RAMOS, 2010). Por viverem poucos anos, era necessário explorar o máximo de sua força de trabalho para que, de certa forma, pagassem o tempo de vida que tivessem. Baseados nesta concepção, os portugueses estabelecem a prática da exploração das crianças na Amazônia. Em relação a tal situação, Priore (2010, p. 84) considera que “há pouquíssimas palavras para definir a criança no passado [...] “meúdos”, “ingênuos”, “infantes”, são expressões com as quais nos deparamos nos documentos referentes à vida social na América portuguesa [...]”, e que traduzem como a criança era concebida pelos adultos colonizadores.

A ambição gerada pela expectativa de enriquecimento leva os europeus a ignorarem “[...] a identidade dos povos indígenas, acusando-os de não ter religião ou de desconhecer a agricultura [...]” (PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 20). Desconsideram suas culturas, colocando-os numa condição de inferioridade, forçando a viverem sob um regime de escravidão homens, mulheres e crianças.

Nesse contexto há uma dupla visão de infância, do nativo e do europeu, na qual “[...] são construídas social e historicamente: a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização social” (KRAMER, 2011, p. 96). Desta maneira a criança é vista pelo nativo e pelo europeu na Amazônia Colonial de maneira díspar. O nativo considera a criança como parte integrante da sociedade, o cuidado com a sua criação é do pai e da mãe, embora o pai seja o maior responsável pela educação do menino e a mãe pela educação da menina. Desde os primeiros sinais de que mais um membro da família está chegando, o pai se envolve no trabalho de parto, ajudando a mulher a dar à luz, o que para o ho-

mem da Amazônia é “[...] considerado como questão de honra prestar os maiores cuidados à mãe para que a criança não sofra” (ALTMAN, 2010, p. 231), além dos cuidados posteriores que ambos exerciam na alimentação, na saúde, no brincar, na espiritualidade e na transmissão cultural.

Com relação à importância da criança e do papel dos pais na sociedade indígena, Priore e Venancio (2010) afirmam que:

[...] o cordão umbilical do filho homem era cortado com os dentes pelo pai, enquanto as meninas recebiam da mãe os primeiros cuidados. Depois de banhados no rio e pintados com urucum e jenipapo, os pequenos eram submetidos à cerimônia do *itamongaué*, cuja intenção era lhes proporcionar um bom futuro. Durante o resguardo, os pais não trabalhavam, alimentando-se exclusivamente de farinha de raiz (*ouic*) e água. Evitavam, simbolicamente, que seus pequenos tivessem cólicas. Tais hábitos - a *couvade* - simbolizavam a importância do papel paterno na geração de uma criança. Esta recebia, ao nascer, objetos por ele confeccionados. Pequenos tacapes, arcos e flechas em miniatura tinham por objetivo tornar o filho um excelente caçador. Durante um ano e meio, tempo em que durava o aleitamento, mães e filhos não se desgrudavam. Envolto em pano denominado *typoia*, as pequenas criaturas eram carregadas, nas costas ou nos braços, até durante o trabalho nas roças. A forte ligação entre pais e filhos chamou a atenção dos europeus: “são obedientíssimos a seus pais e mães e todos muito amáveis e aprazíveis” (PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 22).

Na cultura dos nativos da Amazônia Colonial há uma preocupação com o bem-estar dos pequenos, a criança é percebida e valorizada. A chegada de mais um membro na comunidade gerava uma comoção social, todos ficavam aguardando o momento em que o choro da criança abria seus pulmões, para então fazerem seus agradecimentos e pedidos de proteção aos espíritos.

Já para o europeu, era considerada incapaz, dependente e submissa ao pátrio poder (MARCÍLIO, 2010). O recém-nascido, por carecer de maiores cuidados, precisava de alguém adulto para ficar próximo, o que diminuía a mão de obra nas atividades, e não era visto com bons olhos. À medida que iam crescendo, os pobres eram usados como mão

de obra barata, que podia ser explorada em todas as suas dimensões e a qualquer tempo, e estavam sujeitos às maiores violências, assim como aqueles que chegavam nas embarcações europeias. A esse respeito, Ramos (2010) nos esclarece que meninos e meninas eram submetidos a tantos abusos que lhes restavam poucas saídas – escravidão ou morte –, como nos assegura o autor:

Os meninos ainda não eram homens, mas eram tratados como se fossem, e ao mesmo tempo eram considerados como pouco mais que animais cuja mão de obra deveria ser explorada enquanto durasse sua vida útil. As meninas de 12 a 16 anos não eram ainda mulheres, mas em idade ainda considerada casadoura pela Igreja Católica, eram caçadas e cobiçadas como se o fossem. Em meio ao mundo adulto, o universo infantil não tinha espaço: as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer (RAMOS, 2010, p. 48).

As crianças eram violentadas de muitas formas; a proteção à vida e à sua integridade era quase inexistente. Em muitos casos os colonizadores mantinham as meninas virgens a fim de serem trocadas no comércio por homens escravos (indígenas, fugitivos de navios e presos da Coroa), alimentos, especiarias e outros produtos que porventura estivessem faltando nos navios.

Os escritos desse período mostram que os colonizadores pouco davam importância à figura da criança. Nas narrativas consultadas, a expedição de Pedro Teixeira pela foz do rio Amazonas (1637-1638) é a que apresenta com mais detalhe a população embarcada na grande aventura, em torno de 2.500 pessoas, das quais destacamos mulheres com crianças, provavelmente seus filhos, e meninos trabalhadores (BEZERRA NETO, 2001).

Teixeira lutou em muitas frentes de guerra contra os holandeses no rio Xingu, contra os ingleses ao longo da margem esquerda do rio Amazonas e também contra os índios Tupinambás no rio Tapajós, para escravizá-los, no que foi exaltado pela Coroa portuguesa (VERÍSSIMO; PEREIRA, 2014). Nesses vários conflitos a criança (europeia e indígena) também era atingida; as meninas eram levadas para os serviços domésticos e sexuais, em muitos casos, para viverem em forma de concubinato com os navegantes e com os outros portugueses que já viviam na região; os meninos taludos (entre 12 e 16 anos) eram capturados e levados como escravos para trabalharem nas embarcações e nos serviços de retiradas das drogas do sertão.

Os europeus que já estavam na região, como ingleses, franceses e holandeses, usavam a mesma tática de escravização da população local, colocando-os na condição de servís.

A ocupação portuguesa na Amazônia também se deu por meio dos aldeamentos de Missões ou Ordens Religiosas, as quais foram consideradas estratégicas no processo de ocupação e dominação da região, a partir de um trabalho de convencimento realizado pelos colonos e principalmente pelos missionários que efetivaram o que denominaram de “descidos” e/ou “descida”, na qual os indígenas eram levados a morarem nas aldeias e vilas portuguesas e trabalharem na exploração dos produtos da floresta e/ou nas lavouras como domesticados ou escravos (GONÇALVES, 2012). As crianças eram catequisadas nos aldeamentos, o que facilitava a descida de seus pais e parentes.

Nesse processo famílias inteiras foram domesticadas pelos missionários, porém, a consequência foi trágica – o esvaziamento das aldeias –, que se deu por morte em virtude das várias doenças as quais foram submetidos com a chegada dos europeus, por conflitos e pelo pesado trabalho de colheita das drogas. Veríssimo e Pereira (2014) salientam que:

A conversão dos índios e a sua “descida” para as vilas e aldeias portuguesas afetou as diferentes culturas e modos de produção das populações indígenas que viviam nas margens do rio Amazonas e seus afluentes. Nesse período houve esvaziamento das aldeias porque muitos indígenas deixavam de trabalhar para a sua própria família e comunidade para se dedicar às colônias e, principalmente, porque a grande maioria foi morta por doenças, guerras e excesso de trabalho (VERÍSSIMO; PEREIRA, 2014, p. 44).

Esse era o quadro de exploração da população nativa, incluindo as crianças que participavam ativamente das atividades dos pais, bem como dos mestiços e dos brancos pobres que vieram da Europa: meninos órfãos, os pajens e os mendigos (CHAMBOULEYRON, 2010). Com a chegada das Missões e as dificuldades enfrentadas (falta de alimento, doenças, escravidão), muitas crianças eram entregues aos cuidados dos religiosos para serem catequisadas e iniciadas nas letras.

Um dos resultados do processo de escravidão da sociedade indígena na Amazônia foi a diminuição considerável dessa população, por doen-

ças, fugas e mortes. As crianças foram as maiores vítimas dessa catástrofe, muitas ficaram órfãs e à mercê dos colonizadores, mas as doenças foram as maiores causas de morte das crianças nesse período (BARBOSA, 2016).

Os estudos em que se localizam as infâncias na região “[...] não podem se furtar em sempre recuperar a história do capitalismo na Amazônia [...]” (ARAÚJO, 2014, p. 117). O povo amazônida foi marcado como seres inferiores por natureza (RODRIGUES, 2013), por meio de uma construção *eurocêntrica*, que estrutura mecanismos de dominação partindo de experiências em outros territórios, objetivando impor suas características histórico-culturais como modelo de superioridade e universalidade (LANDER, 2005), sem considerar a diversidade e muito menos a particularidade desses povos que compõem os diversos espaços desta região. Nesse contexto, as crianças se destacam pela capacidade de se movimentarem e interagirem no seu *locus* com seus pares, possuírem uma linguagem própria, utilizando o corpo para falar por gestos e olhares, seus sentidos como instrumentos de absorção do cheiro e do sabor que dão sentido à vida, fazendo delas estranhas no seu próprio ninho. Os colonizadores nunca compreenderam sua natureza, considerando-as quase sempre invisíveis.

Os europeus cuidaram de forjar uma identidade para o homem amazônida; a ideia de que o nativo é “inconstante, despreocupado, sedentário, desambicioso, indolente, desleixado, degradado” (VERÍSSIMO, 1970, p. 86) foi maquinada e levada avante pelos navegantes. Contrapondo-se a esta ideia, Loureiro (2000) adverte que a grandiosidade da região e a possibilidade de retirar da natureza o seu sustento faz o modo de vida do homem amazônida parecer *diferente* para os que aqui se instalaram com objetivos de enriquecimento por meio da exploração, que estereotiparam a população de “[...] ignorantes, incapazes de assimilarem os padrões de modernidade que a cidade oferece, sem ambições pessoais, de fala típica e ridícula, interioranos, primitivos, aos quais se adita a omissão dos poderes públicos” (LOUREIRO, 2000, p. 37), conceitos que se espalharam e se firmaram durante centenas de anos no Brasil e em países da Europa, como Portugal e Espanha.

Esse olhar do colonizador sobre o homem amazônida, que deixa de considerá-lo como ele é, imerso na sua cultura, inclui também a criança. Contradizendo a ideia de que o amazônida é preguiçoso, entre tantos outros estereótipos imputados ao adulto e à criança, Loureiro (2000) argumenta que:

[...] situado diante de uma natureza magnífica de proporções monumentais, o caboclo, como homem amazônico, o nativo da terra, além de ter criado e desenvolvido processos altamente criativos e eficazes de relação com essa natureza, construiu um processo cultural dissonante dos cânones dominantes. O caboclo humanizou e colocou a natureza na sua medida [...] (LOUREIRO, 2000, p. 37).

Neste sentido, o amazônida harmoniza-se com a natureza, retira dela o que é necessário para sua sobrevivência (alimentos, remédios, materiais para construção de moradia, ferramentas de caça, de guerra, utensílios domésticos etc.), aprende com ela quando vai chover, quando há grandes quantidades de peixes nos rios, o que dizem os movimentos das luas e das marés, entre outros.

3. A CRIANÇA NA AMAZÔNIA ESCRAVOCRATA

Com a falta de mão de obra para a lavoura, a decadência do cultivo do cacau, posteriormente arroz e outros produtos foram se acentuando. A importação de escravos negros para toda a Colônia se tornou uma reivindicação à Coroa portuguesa pela necessidade de se fazer ressurgir o cultivo desses produtos com força de mercado, mas principalmente para o trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar do nordeste brasileiro.

Na Amazônia, os negros escravizados chegam em meados do século XVIII. Foram empregados nos canaviais e nas lavouras de arroz e algodão (SALLES, 2004). Além de serem colocados nas casas dos senhores e nas atividades domésticas, as mulheres eram as que mais se ocupavam dos trabalhos da casa grande. Para as escravas conceber um filho não consistia em receber uma bênção, mas para os donos tinha certo valor, pois se tornavam amas de leite para alimentarem seus filhos; para as escravizadas parir significava a garantia de sobrevivência dos filhos dos senhores, já para seus filhos a desnutrição e a morte eram certas. A escassez de leite materno e a falta de cuidados adequados aos recém-nascidos, em virtude de terem que retornar aos afazeres da casa e da roça em três semanas, deixando os pequenos aos cuidados de idosos e outras crianças, causavam um alto índice de mortalidade infantil entre as crianças escravas, pois a vida do pequeno

negro era pouco valorizada (SCARANO, 2010). Ressalta-se ainda que as crianças maiores (meninos) acompanhavam os homens nos serviços pesados da lavoura.

A lavoura da cana-de-açúcar se expandiu pelas margens dos rios da Amazônia, onde se instalaram engenhos com uma numerosa população de escravos (SALLES, 2004), em cujos locais as crianças se faziam presentes como força de trabalho na lavoura. Além disso, elas podiam também ser tiradas dos pais a partir dos sete anos e vendidas para outros senhores (SCARANO, 2010). Neste período, o nascimento de crianças “[...] fruto da união, nem sempre fortuita, de homens brancos e mulheres “de cor”, escravas ou livres [...]” (SCARANO, 2010, p. 121) era muito comum.

Com a mata densa da Amazônia, a fuga de negros em busca de liberdade era intensa para o interior da floresta, no Pará, resultando na formação de quilombos em vários pontos da Província, os quais se tornaram espaços de resistência e luta (SALLES, 2004, 2005). Em 1856 a população de cor (livre e escrava) do Pará era de 85.029 indivíduos, segundo dados do Relatório apresentado pelo Presidente Sebastião Rego Barros à Assembleia Legislativa do Estado, na sessão de 7 de fevereiro deste mesmo ano. Desse total, 26.195 eram menores: escravos pretos, escravos pardos, pretos livres, pardos livres; havia ainda uma população de 20.556 escravos cadastrados sem quaisquer informações sobre eles referentes à cor, sexo e idade (SALLES, 2005).

Os dados acima revelam que as crianças representavam uma parcela considerável do contingente populacional do século XIX na região amazônica, embora, “[...] a desvalorização com que eram tidos os escravos, sobretudo as escravas e mais ainda as crianças, pouquíssimas mencionadas em assuntos de vida diária nos documentos oficiais que tratam da região [...]” (SCARANO, 2010, p. 119), demonstra a falta de interesse em explicar como viviam, especificamente mulheres e crianças negras, nessa parte do Brasil.

Nas duas últimas décadas do século XIX se inicia no Brasil o movimento abolicionista, tendo à frente intelectuais, trabalhadores e artistas que lutavam pelo fim da escravidão. A luta se fortalece à medida que médicos, advogados e escritores retornam da Europa, para onde tinham ido a fim de completar seus estudos, tomando conhecimento de que países como Dinamarca e França já haviam declarado a extinção da escravidão, e o Brasil não podia ficar indiferente à questão.

4. A CRIANÇA NA AMAZÔNIA NA CONTEMPORANEIDADE

Com a abolição da escravidão no final do século XIX, e o movimento das grandes guerras na primeira metade do século XX, o Brasil vive um processo migratório internacional; é mão de obra que chega para, em parte, preencher a lacuna deixada pelos negros escravizados nas lavouras de café e cana-de-açúcar. Famílias inteiras aportam e se deslocam para várias partes do país.

As políticas de desenvolvimento para a região amazônica, ao longo dos séculos, baseadas no modelo europeu, serviram para aprofundar as diferenças sociais, ou mesmo legitimá-las como o melhor caminho para o “progresso” da região (ACOSTA, 2005). Neste sentido, Pizarro (2012) assegura:

A Amazônia é uma região cujo traço mais geral é o de ter sido construída por um pensamento externo a ela. Ela tem sido pensada, em nível internacional, através de imagens transmitidas pelo ideário ocidental, europeu, sobre o que eles entendem ser sua natureza, ou, em outras palavras, sobre o lugar que a Amazônia ocupou na sua experiência, imagem que foi ratificada em diversos textos: crônicas, relatos de viajantes, relatórios de cientistas, informes de missionários [...] (PIZARRO, 2012, p. 31).

Uma política “[...] que consiste em dar primazia ao mercado e não à vida, pouco considerando o meio ambiente e garantindo incentivos para os grandes projetos de grupos nacionais e internacionais [...] desconsiderando a população nativa [...]” (CARVALHO, 2012, p. 135), em que se busca não o respeito pelos seus habitantes nem pelos seus modos de vida, mas o que pode ser arrancado dela – seus recursos naturais (GONÇALVES, 2012) – constitui um modo perverso de destruição da vida e das práticas culturais de um povo.

A Amazônia, então, passa a ser vista apenas como um espaço grandioso, de exuberâncias e riquezas naturais. Com a afirmação do capitalismo mundial, a região passa a ter uma função básica de “[...] fornecido-

ra de matéria-prima e reserva de mão-de-obra barata [...]” (PASUCH; SANTOS, 2012, p. 113), principalmente para atender os grandes projetos multinacionais que se instalam na região a partir de meados do século XX. Desta maneira, a lógica que se estabelece é que os povos amazônicos estão sob dominação capitalista e sobrevivem com o que retiram da floresta, dos rios ou das pequenas roças familiares, portanto, não necessitam de grandes investimentos (CRISTO, 2007) e muito menos de políticas públicas que atendam suas necessidades básicas.

Italianos, japoneses e sírio-libaneses (MUTO, 2010; EMMI, 2013) formaram as maiores colônias de imigrantes na região. Para Muto (2010, p. 37), “[...] a decisão de migrar fica mais centrada no chefe da família. Por exemplo, as crianças são levadas pelos pais, as mulheres são muitas vezes obrigadas a acompanhar o marido [...]”. Deste modo, a vinda de mulheres e crianças para esse território não foi uma decisão própria, mas uma imposição a que estavam submetidas, o que nem sempre trazia tranquilidade familiar, mas conflitos diante das adversidades que enfrentavam numa região pouco conhecida e com muitos desafios a serem vencidos.

Por outro lado, internamente, o Brasil vive também um intenso processo migratório, em particular a Amazônia, com a exploração da borracha em larga escala^[3]. Expulsos pela grande seca que assolava os sertões (SALLES, 2004; GONÇALVES, 2012), aportam na região, durante os anos de 1860 a 1912, cerca de 300 a 500 mil nordestinos (GONÇALVES, 2012). Mais tarde, entre os anos de 1943 e 1945, 60 mil homens são recrutados no nordeste brasileiro pelo governo de Getúlio Vargas para trabalharem nos seringais da Amazônia, formando o “Exército da Borracha”. Destes, cerca de 31 mil morreram de malária, febre amarela, hepatite, assassinados por indígenas e jagunços e mortos por onças (CASTRO, 2013), o que mostra a situação de flagelo dos imigrantes nordestinos.

[3] O chamado Ciclo da Borracha se constituiu um marco da história econômica e social da região amazônica, do Pará e do Brasil, período em que se deu com maior intensidade a extração de látex e comercialização da borracha na Amazônia. Viveu seu apogeu entre 1879 e 1912, tendo depois experimentado uma sobrevida entre 1942 e 1945, durante a II Guerra Mundial (1939-1945) (GONÇALVES, 2012).

Castro (2013) avalia que seduzidos pela jura de terra e emprego na Amazônia, milhares de nordestinos deixavam suas famílias, quando solteiros, ou traziam junto, quando casados. Famílias numerosas se instalaram em várias partes da Amazônia buscando melhores condições de vida; os homens se embrenhavam nas matas colhendo látex, enquanto as mulheres tinham apenas duas opções: ficar em pequenas vilas, lugarejos ou cidades com suas proles esperando a visita dos maridos de tempos em tempos ou acompanharem os mesmos na aventura dentro das matas, quando toda a família se envolvia no corte e coleta do látex, inclusive as crianças. Neste sentido, Silva e Silva (2017) analisam que:

O modo de vida nos seringais, como sabemos, não é nada fácil. Desde muito cedo as crianças começam a dar seus primeiros passos rumo às atividades desempenhadas por seus pais, tios e avós. Assim, desde pequenas as crianças são familiarizadas com a natureza (SILVA; SILVA, 2017, p. 10).

A vida nos seringais era difícil; as insalubres condições de trabalho e moradia no meio da mata, a alimentação precária e os constantes conflitos com as comunidades indígenas^[4] geravam uma situação de extrema pobreza enfrentada pelos seringueiros nos acampamentos no meio da floresta, conforme se demonstra na imagem a seguir.

[4] Silva e Silva (2017, p. 6) asseveram que “a constituição dos seringais, nem sempre se fazia de maneira amistosa. Assim, esse novo espaço configurava-se mediante muitos conflitos, principalmente com as tribos indígenas, em que os seringalistas, para expandir ou colocar novos seringais, dizimaram tribos inteiras, utilizando, na maioria das vezes, métodos de extermínio [...]”.

Imagem 1

Condições de moradia dos seringalistas e famílias no meio da Floresta Amazônica durante o Ciclo da Borracha.



Fonte: IBC Borrachas, 2017.

Silva e Silva (2017) esclarecem que havia uma convivência no mesmo espaço geográfico dos nativos, imigrantes europeus e asiáticos, negros e nordestinos, estimulando a miscigenação formada a partir dessas etnias, porém, nem sempre harmoniosas.

Estes autores reforçam ainda que a forma de trabalho nos seringais, especificamente o corte da seringa, era aprendida pelas crianças entre oito e doze anos de idade. A partir desta fase da vida as crianças participavam ativamente das atividades produtivas, embora não recebessem o valor econômico correspondente ao seu trabalho, pois eram considerados “ajudantes” dos pais, irmãos mais velhos, tios e avós. Sua produção era incorporada à dos familiares, portanto, não havia um valor financeiro atribuído às horas de trabalho dedicado ao corte ou coleta do leite da seringueira.

Imagem 2

Trabalhadores e suas famílias nos seringais da Amazônia, com destaque para as crianças que aprendiam o ofício desde muito cedo.



Fonte: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2017.

Os estudos de Corrêa, Oliveira e Tada^[5] (2015) nos mostram, por meio de depoimentos de mulheres que conviveram nos seringais, como as crianças tinham uma rotina de trabalho dura; Cunhã-Poranga^[6] e Boitatá, colaboradoras da pesquisa, asseveram que:

Todo tempo trabalhando desde criança, comecei a trabalhar com 10 anos mais meu pai. Meu pai era doente, eu ajudava ele. Ajudava ele em roça, minha mãe ajudava ele colher, ajuda ele a carregar saco, ajudava ele a defumar a borracha, tudo isso eu fiz, desde criança, fui criada lá meu filho, na batalha, eu fui criada. Meu pai era seringueiro desde o tempo da Guerra (Cunhã-Poranga) (CORRÊA; OLIVEIRA; TADA, 2015, p. 438).

Desde menina que nós trabalhava, nós fomos criados assim no trabalho mesmo, nesse tempo não tinha negócio de estudo; era só tra-

^[5] Os autores desenvolveram uma pesquisa qualitativa com método da História Oral Temática (HOT) com mulheres que viveram nos seringais da Amazônia. O objetivo do estudo foi mostrar a vida no seringal e as relações vividas por essas mulheres (CORRÊA; OLIVEIRA; TADA, 2015).

^[6] Os nomes das colaboradoras são fictícios.

balho mesmo. Todo mundo que trabalha no seringal, era só trabalhar mesmo [...]. Quando terminava o inverno [época das chuvas], nós ia roçar varadouro, roçar estrada; chegava meio-dia já pra cortar negócio da estrada para cortar seringa, quebrar castanha, tudo isso nós fazia. [...]. Nós fomos criado assim, no trabalho pesado, e ainda tinha um tal de roçado que tinha que plantar e tudo (Boitatá) (CORRÊA; OLIVEIRA; TADA, 2015, p. 442).

Observamos nas falas das interlocutoras que o trabalho deixava pouco tempo para outras atividades, como para frequentar a escola e para lazer, por exemplo. Mas, mesmo com toda a carga de trabalho que as obrigavam a permanecerem “ajudando” os adultos por períodos longos, elas conseguiam transgredir os padrões estabelecidos e a diversão no seringal se fazia presente por meio das brincadeiras, como nos referenda Caipora, outra colaboradora:

[...] num tinha diversão de nada [...], nós fazia piseiro, brincava muito, nós brincava de carnaval, a nossa brincadeira era assim, fazia carnaval no tempo do carnaval saía na rádio né, aí nós fazia carnaval lá também. [...] Vixi, quando a mamãe saía de casa nós se vestia assim, vestia a roupa da mamãe escondido da mamãe, aí, quando ela chegava, era peia, nós apanhava que só (CORRÊA; OLIVEIRA; TADA, 2015, p. 438).

Deste modo, percebe-se que as crianças, mesmo em meio às circunstâncias desfavoráveis, como é o caso das vivências nos seringais, desenvolveram suas práticas culturais que estavam ligadas às ações cotidianas.

Com o declínio do comércio da borracha, seringais e propriedades foram abandonados ou vendidos a preços irrisórios para pagamentos de dívidas; trabalhadores e suas famílias foram largados no meio da mata sem o mínimo de condições de viverem dignamente. As tentativas do Estado em recuperar a produção do látex e reconquistar o mercado internacional foram ineficientes, as populações que viviam da exploração do produto na Amazônia se dividiram, retornando para as cidades de origem ou migrando para outras regiões. Permaneceram ali somente aqueles que já tinham roças de subsistência, mas a maioria, sem opção, acabou por engrossar a legião de trabalhadores sem terra, sem teto e sem perspectiva de uma

vida digna em um lugar com tantos recursos naturais, mas tão hostil aos operários da borracha.

As políticas públicas, sobretudo para as crianças, dão conta de um cenário desalentador: sem escolas, hospitais ou postos de saúde próximos, sem acesso a serviços de infraestrutura, habitação, saneamento, segurança e terras para plantarem. O resultado foi a morte de muitos brasileiros, sendo os pequenos nordestinos e indígenas os mais afetados com os males do “inferno verde” e a subnutrição.

Carlos Chagas (1913)^[7], em seu relatório sobre o trabalho realizado na Amazônia no combate à epidemia da malária, conclui:

O homem, na Amazônia, ali chegando dos salubérrimos sertões do norte do Brasil, levando para o trabalho a vitalidade máxima de uma raça forte e as maiores aspirações de uma prosperidade econômica, adquirida, embora, numa luta homérica, bem depressa vai lastimar a própria ousadia no aniquilamento de todas as energias acumuladas. São levadas inteiras de cearenses, desse povo de valentes que exemplifica a resistência e a tenacidade nacionais, em curto prazo dizimadas pela malária! Os que não perecem, aqueles cujo destino incerto foi menos inclemente, esses regressam, trazendo em lesões orgânicas definitivas, os resíduos da moléstia (CHAGAS, 1913, p. 455).

Carlos Chagas (1913) mostra em seu relatório a situação de enfermidade que acometeu os homens que migraram para a Amazônia, onde muitos morreram ou ficaram com sequelas. A situação das viúvas, crianças órfãs e de famílias, em que o responsável em garantir o sustento ficou doente, se agrava ainda mais. Nessa continuidade, Nogueira (2015) aponta que a mulher teve um papel decisivo na formação social da família, diante

[7] Foi médico sanitário, biólogo e pesquisador; no período de outubro de 1912 a abril de 1913 liderou a comissão do Instituto Oswaldo Cruz que avaliou, após solicitação da Superintendência da Defesa da Borracha, as condições sanitárias dos principais centros de produção daquela matéria-prima. As descrições e análises transcritas no relatório da viagem formaram uma imagem sobre a região amazônica marcada pela tensão em torno da categoria ‘patologia tropical’ e pela defesa do papel da higiene na integração da Amazônia a um projeto civilizatório para o país (LIMA; BOTELHO, 2013, p. 746).

dessa nova configuração do trabalho pós-ciclo, envolvendo-se em todas as atividades que gerassem renda para a família, com a participação de todos os membros, incluindo os que ainda eram crianças, nas implantações organizativas pelas lutas sociais (terra, trabalho, escola...).

As necessidades básicas de sobrevivência dos que ficaram na floresta os forçam a buscarem alternativas diante da situação de calamidade imposta pelo sistema capitalista, que desde os tempos coloniais mostra o Brasil como um território periférico, o que significa dizer que a “[...] periferia tem sido uma fonte principal tanto de riquezas naturais como de trabalho barato [...]” (CORONIL, 2005, p. 52); os seringalistas que ficaram passam a explorar a floresta e os rios, tirando da natureza os recursos para se manterem.

É nesse contexto que, a partir da segunda metade do século XX, o governo brasileiro implanta planos de desenvolvimento para a Amazônia, estabelecendo linhas de incentivos e isenções fiscais a empresas e pessoas que investissem na região. Assim, “novos” colonizadores surgem na Amazônia, empresas nacionais e multinacionais, apoiadas no grande capital, incentivadas por empresários e políticos; no entanto, os objetivos permanecem os mesmos – explorar sem dó e sem piedade as riquezas da região e sua população (GONÇALVES, 2012).

Para chamar a atenção de grupos empresariais para a região, a partir dos anos de 1960 o governo implementou uma política de infraestrutura, com a abertura de estradas, construções de grandes hidrelétricas, criação da Zona Franca de Manaus, o que de certa maneira contribui para a vinda de mais pessoas para a Amazônia em busca de emprego e melhores condições de vida, provocando o inchaço e a expansão das zonas periféricas dos centros urbanos das cidades amazônicas, a expulsão das populações tradicionais, invasão de reservas indígenas, além do aumento dos conflitos agrários nas áreas rurais pela posse da terra.

Nos anos de 1970-1980 os conflitos só aumentam, com a chegada dos mais novos “donos” da Amazônia: os mineradores, que só se interessam pelo subsolo, pouco se importando com o rastro de destruição que o garimpo provoca; o pecuarista, que vê a mata como um espaço a ser derrubado para a formação de grandes pastagens; e o madeireiro, que com a abertura de estradas passa a explorar em larga escala madeiras nobres. A esse respeito, Gonçalves (2012) assegura que:

O conflito protagonizado pelos diferentes sujeitos que conformavam a paisagem amazônica [...] é intenso e desigual, desfavorável às populações tradicionais da própria região em primeiro lugar, mas também, [...], extremamente penoso para as famílias de trabalhadores migrantes atraídos para a região e abandonados à sua própria sorte em um ambiente social, política e ecologicamente para eles desfavorável (GONÇALVES, 2012, p. 105).

A Amazônia sofre os impactos socioambientais das grandes obras governamentais e das atividades de garimpagem, pecuária e extrativismo. A organização espacial original é extremamente afetada e os conflitos tornaram-se agudos (GONÇALVES, 2012).

A implantação de projetos de desenvolvimento, sob a proteção do “Plano Nacional de Desenvolvimento” dos governos militares, possibilitou a abertura de estradas no Norte do Brasil – como a Rodovia Perimetral Norte (BR-210) – e a descoberta de grandes reservas de ouro, culminando com a invasão da Terra Indígena Yanomami, no estado de Roraima, causando “[...] inúmeras epidemias: sarampo em 1974 e 1977, vários surtos de gripe, verminose e tuberculose. Mais de 80 pessoas morreram em pouco mais de três anos [...]” (LINDEY; DAMIOLI; SAFFÍRIO, 1988, p. 54; POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2017). As imagens a seguir mostram a terra Yanomami cortada pela rodovia e a luta de uma comunidade, incluídas aí as crianças, para preservar o seu chão.



Imagem 3

Terra Indígena Yanomami cortada pela BR-210 e indígenas doentes.



Fonte: Kimage, 2017; Povos Indígenas do Brasil, 2017.



Os Yanomami já haviam sofrido nos anos de 1940 uma epidemia de sarampo e gripe, em ocasião do primeiro contato com os responsáveis pela delimitação da fronteira com a Venezuela; posteriormente o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e missionários se instalaram em suas terras. Nesse sentido, Lindey, Damioli e Saffirio (1988) observam que:

Como todas as populações nativas da América, os Yanomami são extremamente vulneráveis as doenças introduzidas pelos civilizados por falta de anticorpos. Antes do contato permanente com as frentes de colonização, os Yanomami tinham aprendido a conviver com as doenças tradicionais que existiam na área, como diarreias, malária, gripe, doenças da pele, etc; mas as epidemias transmitidas através do contato com os trabalhadores da estrada e os colonos estavam além da sua experiência. Contra estas violentas epidemias que em poucos meses se alastraram pela região toda dizimando as populações Yanomami, os pajés não tinham nem explicações, nem poderes para afugentá-las (LINDEY; DAMIOLI; SAFFÍRIO, 1988, p. 54).

Esse quadro demonstra o total descompromisso do Estado com as populações indígenas. As epidemias levaram a óbito parte da população, sendo as crianças e os velhos os mais atingidos.

A partir dos anos de 1990, com o apoio do Banco Mundial, o Estado brasileiro estrutura um projeto para a Amazônia com eixo de integração ao mercado internacional – mas não de integração com as demais regiões do país – baseado em exploração mineral, construção de complexos hidrelétricos e cultivo de soja. Só na década de 1990, 41 milhões de hectares de floresta foram desmatados para o cultivo do grão, causando grandes impactos na produção dos pequenos produtores, ocasionando a proliferação de pragas, o uso indiscriminado de veneno e o empobrecimento do solo.

Na região do Tapajós, a maior produtora de soja na Amazônia brasileira nesse período, os problemas enfrentados pelos pequenos produtores que vivem às proximidades das áreas de plantio estão relacionados à dispersão de resíduos provenientes do uso de produtos químicos (pesticidas, inseticidas e herbicidas). O veneno aplicado nas grandes áreas de plantio é levado pelos ventos e atinge as plantações de mamão, maracujá e aba-

caxi, entre outras frutas, que caem antes do tempo da colheita, não sendo possível o seu aproveitamento. O mais grave, porém, é que o veneno afeta a saúde da população, conforme nos relata Trindade (2015), baseado em um estudo realizado sobre o impacto da produção da soja no município de Santarém-PA:

A disseminação do uso dos venenos na área rural afetada pela produção de grãos tem ocasionado também o surgimento de problemas de saúde à população. [...], em todo o chamado planalto santarenense, localidade mais afetada pela plantação de grãos, há relatos da população de que o vento carrega as nuvens de veneno para dentro das casas e escolas ladeadas pelos campos de soja. As crianças são as que mais sofrem, chegando, em alguns casos, a ser levadas ao posto de saúde por intoxicação. As criações de animais, como galinhas e patos, também têm sentido os impactos, pois vagueiam livremente pelos terreiros. Também há a possibilidade de contaminação de poços, o que poderia vir a prejudicar a água potável ingerida pela população (TRINDADE, 2015, p. 79).

Os grandes projetos implantados na região deixaram de considerar os cuidados necessários para a proteção da população mais vulnerável às calamidades – as crianças. O poder público também não acompanhou a rapidez das transformações econômicas, ignorando a necessidade da modernização da gestão, o que “[...] gerou uma enorme quantidade de ações públicas isoladas e sem sinergia, sobretudo na área da defesa, proteção e promoção social” (SOUZA; MONTEIRO, 2015, p. 163).

Observa-se que nas últimas décadas os conflitos sociais têm se acentuado, impulsionados pelos impactos ambientais causados pelos grandes projetos e pela inexistência de políticas públicas adequadas, o que tem afetado especialmente as crianças. Essas condições “[...] são resultantes de decisões, ações e omissões do poder público nacional e regional” (SOUZA; MONTEIRO, 2015, p. 163).

Nessa perspectiva, Arroyo (2012, p. 9) nos faz refletir acerca da importância da tomada de consciência política das populações através dos grupos sociais organizados “[...] que se fazem presentes em ações afirmativas nos campos, nas florestas, nas cidades, questionando as políticas públicas, resistindo à segregação, exigindo direitos [...]”. Essa foi a maneira

que o amazônida encontrou de se rebelar frente aos desmandos da ordem vigente, por meio de suas culturas e interação com a natureza.

O desafio posto é olharmos o mundo questionando o caráter dos saberes produzidos pelo modelo capitalista, é interpretá-lo dando outro significado e, principalmente, agir de maneira consciente, participativa, (CORONIL, 2005) garantindo que os saberes populares se consolidem sobre ele.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo analisar como as infâncias e as crianças foram se estabelecendo nesse espaço geográfico singular de água e floresta – a Amazônia – a partir do advento das grandes navegações que chegaram à região no século XVI e foram modificando a história dos povos amazônicos e, conseqüentemente, suas culturas.

O estudo apontou que a Amazônia tem sofrido com uma política que prioriza o mercado de capital, não valorizando o ambiente, garantindo incentivos financeiros e fiscais para os grandes projetos nacionais e internacionais, desconsiderando a população nativa, sem qualquer respeito pelos seus habitantes e seus modos de vida, retirando dela o que pode ser arrancado – seus recursos naturais, implantando um modo perverso de destruição da vida e das práticas culturais dos povos dessa região.

O processo histórico de ocupação da região gerou o acúmulo de terras nas mãos de poucos, originando grandes latifúndios incansavelmente explorados em seus recursos naturais, deixando pouquíssimas compensações para a população local. Sistema que explora e coloca a população na condição de servil, que ainda no século XXI marca a história da Amazônia.

O estudo também mostrou que a falta de políticas públicas para a região gera violência de toda ordem, atingindo principalmente as crianças e os adolescentes, com violência sexual, gravidez na adolescência, tráfico de meninas, consumo de drogas, desnutrição, mortalidade infantil, aumento dos casos de doenças como malária e Aids, entre tantas outras desgraças que assolam as populações infantojuvenis deste chão.

A história nos mostra que as políticas públicas, sobretudo para a saúde, educação e cultura na Amazônia, ainda estão longe de atender as

reais necessidades das crianças e jovens. Outra história precisa ser escrita, aquela em que as infâncias e as crianças sejam respeitadas e valorizadas, que se tornem visíveis aos olhos do Estado e que práticas sociais humanas e tolerantes sejam comuns para esse grupo geracional.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O desenvolvimento entre tensões globais e locais: uma leitura preliminar da Amazônia. *In*: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd (coord.). **Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. Rio de Janeiro: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005. p. 127-154.

ALTMAN, Raquel Zumbano. Brincando na História. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **Histórias das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 231-258.

ANDRADE, Carlos Henrique Vianna de. **História ilustrada da medicina na antiguidade: história da medicina antiga no seu contexto sociocultural**. São Paulo: Baraúna, 2011.

ARAÚJO, Sônia Maria Silva. Educação do Campo e Nuestra América: uma experiência de reflexão crítica da Amazônia. *In*: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo; BERTOLO, Sônia de Jesus Nunes (org.). **Pesquisa e educação na Amazônia: reflexões epistemológicas e políticas**. Belém: EDUEPA, 2014. p. 112-128.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. O tráfico negreiro e a varíola na Amazônia colonial. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: SNHCT, 2016. Disponível em: https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1474080548_ARQUIVO_ARTIGOhs-bcfinal.pdf. Acesso em: 8 jun. 2017.

BEZERRA NETO, José Maia. A conquista portuguesa da Amazônia. *In*: ALVES FILHO, Armando. **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

CARVALHO, Ana Maria Orlandina Tancredi. O direito à educação infantil na Amazônia brasileira: desafios e disputas. **Terceira Margem Amazônia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 131-147, jun. 2012.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. **Oswaldo Cruz na Amazônia**. YouTube, 6 set. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Pz2work__Ls. Acesso em: 14 out. 2017.

CASTRO, Orlando. **Amazônia: espaço e tempo**. Belém: Vitória, 2013.

CHAGAS, Carlos. Notas sobre a epidemiologia do Amazonas. **Brazil Médico**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 42, p. 450-456, 1913.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. p. 50-62. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

CORRÊA, Pedro Vasconcelos; OLIVEIRA, Fernanda Costa; TADA, Iracema Neno Cecílio. A história oral de mulheres que viveram no seringal. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 430-447, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n3/v21n3a02.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)**. Belém: NAEA, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

IBC BORRACHAS. **Você já ouviu falar no Ciclo da Borracha?** [S. l.]: IBC, 2017. Disponível em: <http://ibcborrachas.com.br/pt/voce-ja-ouviu-falar-em-ciclo-da-borracha/>. Acesso em: 14 out. 2017.

KIMAGE. **Índios Yanomami doentes em Roraima-1990**. [S. l.]: Kimage, 2017. Disponível em: http://www.kimage.com.br/media/catalog/product/cache/1/thumbnail/500x/40442ea6322cbd4aa098883099ba-abc6/1/-/1-06_yanomami_posto_de_sa_de_boa_vista_1990_foto_andr_dusek_c_pia.jpg. Acesso em: 15 out. 2017.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra barbárie. *In*: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 93-118.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. p. 8-23. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 19-52.

LIMA, Nísia Trindade; BOTELHO, André. Malária como doença e perspectiva cultural nas viagens de Carlos Chagas e Mário de Andrade à Amazônia. **Revista História, Ciência, Saúde**, v. 20, n. 23, p. 745-763, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n3/0104-5970-hcsm-20-03-0745.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

LINDEY, Florença A.; DAMIOLI, Guilherme; SAFFÍRIO, João. O crepúsculo do povo Yanomami: sobrevivência ou genocídio? História e cultura dos índios yanomami da bacia do Rio Catrimani (Território Federal de Roraima). **Centro de Informação da Diocese de Roraima**, Boa Vista, n. 13, jan. 1988. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/YAD00193.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Obras reunidas**. São Paulo: Escrituras Editora, 2000. v. 4.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. *In*: VENANCIO, Renato Pinto (org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Editora PUC Minas, 2010. p. 13-37.

MENCHÚ, Rigoberta. Los pueblos indios en América Latina. *In*: CASANOVA, Pablo González. **Democracia y Estado Multiétnico en América Latina**. México: UNAM/Centro de Investigaciones Interdisciplinarias, 1996.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9-29.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)**. 2010. 346 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. Disponível em: <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2010/texto%20final%20Reiko%20Muto.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

NOGUEIRA, Francisco dos Santos. A transa amazônica e sua marginalização segundo Alberto Rangel. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL FLUXOS E CORRENTES: TRÂNSITOS E TRADUÇÕES LITERÁRIAS, 14., 2015, Pará. **Anais [...]**. Pará: ABRALIC, 2015. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/?p=15&ano=2015>. Acesso em: 15 out. 2017.

PASUCH, Jaqueline; SANTOS, Tânia Mara Dornellas dos. A importância da educação infantil na constituição da identidade das crianças como sujeitos do campo. *In*: BARBOSA, Maria Carmen Silveira *et al.* (org.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. Cap. 3, p. 107-151.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Tradução de Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **History of contact**. [S. l.]: PIB, 2016. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/povo/yanomami/587>. Acesso em: 15 out. 2017.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **The Northern Perimeter Road**. [S. l.]: PIB, 2017. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/povo/yanomami/575>. Acesso em: 15 out. 2017.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. *In: PRIORE, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 84-106.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In: PRIORE, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 19-54.

RODRIGUES, Denise Simões. Identidades Culturais na contemporaneidade: contribuições ao debate teórico-metodológico. *In: RODRIGUES, Denise Simões; FARES, Josebel Akel (org.). Memória, imaginário e educação na Amazônia*. Belém: EDUEPA, 2013. p. 9-35.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense: textos reunidos**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. ed. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. *In: PRIORE, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 107-136.

SILVA, Antônio Carlos Galvão da; SILVA, Josué da Costa. **Seringueiros da Amazônia**. [S.l.]: NEER, 2017. Disponível em: http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20AntonioCarlosGalvaodaSilva.ED2V.pdf. Acesso em: 2 out. 2017.

SILVA, Maria das Graças da. Práticas educativas ambientais, saberes e modos de vida locais. **Revista Cocar**, Pará, v. 1, n. 1. 2007, p. 47-57.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa; SANTOS, Elaine Suane Florêncio dos; BARROCA, Karla Cabral. A perspectiva pós-colonial e a sociologia da infância. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE INFÂNCIAS E PÓS-COLONIALISMO: PESQUISAS EM BUSCA DE PEDAGOGIAS DESCOLONIZADORAS*, 2., 2015, Campinas. FARIAS, Ana Lúcia Goulart de *et al.* (org.). **Anais** [...]. Campinas: GEPEDISC, 2015.


SOUZA, Izabela Jatene de; MONTEIRO, Valdemar Corrêa. Apresentando o movimento pela valorização do estatuto da criança e do Adolescente na Amazônia. *In*: SILVA, Lucia Isabel; ARAÚJO, Nazaré; HAGE, Salomão Mufarrej (org.). **Direitos Humanos de crianças e adolescentes na Amazônia**: referências para a formação de Conselheiros Tutelares e de Direitos e outros atores do Sistema de Garantia. Belém: Editora Gráfica da UFPA, 2015.

TRINDADE, Gesiane Oliveira da. **A cidade & a soja**: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Tcc.arquivo&id=375. Acesso em: 15 out. 2017.

VERÍSSIMO, José. **Estudos amazônicos**. Belém: UFPA, 1970.

VERÍSSIMO, Tatiana Corrêa; PEREIRA, Jakeline. **A floresta habitada**: história da ocupação humana na Amazônia. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2014.





O olhar dos cronistas sobre a infância na Amazônia seiscentista^[1]

Jane Elisa Otomar Buecke^[2]
Maria Betânia B. Albuquerque^[3]

Resumo: Este artigo aborda a história da infância na Amazônia Colonial, em particular o século XVII, voltando-se para as práticas educativas em que essas crianças estavam imbricadas. A pesquisa se caracteriza, do ponto de vista metodológico, como de natureza histórica, com abordagem qualitativa, sendo utilizados os procedimentos da pesquisa documental em diálogo com a pesquisa bibliográfica. O referencial teórico se baseia em Ariès (1986), Chartier (1991) e Brandão (2002). Como fontes principais estão as crônicas de Abbeville (1874) e Évreux (2007), as quais incluem relatos envolvendo as experiências dos religiosos com os meninos e meninas e sua visão sobre as relações das crianças índias em suas tribos. Foi possível perceber o sentimento de infância existente entre os nativos através da análise dos rituais de passagem e da delimitação das fases da vida da criança. A observação, a imitação, a repetição, o silêncio e a

[1] Este artigo é um recorte da minha dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará – PPGED/UEPA, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Betânia B. Albuquerque e publicada em 2020, pela Paco Editorial, sob o título “Educação e Infância na Amazônia Seiscentista”.

[2] Mestre em Educação pela UEPA e Doutoranda em Educação pela UFPA. E-mail: janebuecke@yahoo.com.br

[3] Doutora em Educação pela PUC/SP; Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA. E-mail: maria.albuquerque@uepa.br

atenção podem ser identificadas como principais formas de aprendizagem entre as crianças da Amazônia seiscentista. A pesquisa demonstrou que essas crianças foram, sobretudo, mediadoras culturais capazes de catalisar as novas aprendizagens adquiridas nas práticas educativas em que estavam envolvidas, dando-lhes um novo sentido em seu próprio contexto.

Palavras-chave: infância; práticas educativas; educação colonial.

LA MIRADA DE LOS CRONISTAS SOBRE LA INFANCIA EN LA AMAZONÍA SEISCENTISTA

Resumen: Este artículo aborda la historia de la infancia en la Amazonía Colonial, en particular el siglo XVII, centrándose en las prácticas educativas en las que estos niños estaban inmersos. La investigación se caracteriza, desde el punto de vista metodológico, de carácter histórico, con enfoque cualitativo, utilizando los procedimientos de la investigación documental en diálogo con la investigación bibliográfica. El marco teórico se basa en Ariès (1986), Chartier (1991) y Brandão (2002). Como fuentes principales se encuentran las crónicas de Abbeville (1874) y Évreux (2007), las cuales incluyen relatos que involucran las experiencias religiosas con niños y niñas y su visión sobre las relaciones de los niños indígenas en sus tribus. Fue posible percibir el sentimiento de infancia existente entre los nativos a través del análisis de los ritos de paso y la delimitación de las fases de la vida del niño. La observación, la imitación, la repetición, el silencio y la atención pueden identificarse como las principales formas de aprendizaje entre los niños de la Amazonía del siglo XVII. La investigación mostró que estos niños eran, sobre todo, mediadores culturales capaces de catalizar los nuevos aprendizajes adquiridos en las prácticas educativas en las que se involucraban, otorgándoles un nuevo significado en su propio contexto.

Palabras clave: infancia; prácticas educativas; educación colonial.

1. INTRODUÇÃO

Neste texto abordamos a história da infância na Amazônia Colonial, em particular o século XVII, voltando-nos para as práticas educativas em que essas crianças estavam imbricadas.

Do ponto de vista metodológico, o texto configura-se como de natureza histórica, com uma abordagem qualitativa, sendo utilizados os procedimentos da pesquisa documental em diálogo com a pesquisa bibliográfica. Teoricamente, inspira-se nos pressupostos da História Cultural que amplia o conceito de fontes, valoriza a história do cotidiano e visibiliza sujeitos subalternizados, como é o caso das crianças indígenas.

Dentre as fontes privilegiadas estão a *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças* (1874), do padre capuchinho Claude D'Abbeville; e a *Continuação da história das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos 1613 e 1614* (2007), do também capuchinho Yves D'Évreux. Ambos os religiosos compunham a missão organizada por Daniel de La Touche que tentou implantar uma colônia francesa na região – a França Equinocial (1612-1615) e escreveram seus relatos no período em que estiveram na região.

Tais obras narram o contato dos padres com os nativos, onde as crianças amazônidas são mencionadas como protagonistas em algumas situações que chamaram a atenção dos padres e, conseqüentemente, também a nossa, tornando sua leitura imprescindível neste estudo.

2. OLHARES SOBRE A INFÂNCIA NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA

Ao registrar situações cotidianas envolvendo meninos e meninas, os cronistas que estiveram na Amazônia, no século XVII, nos permitiram entrever ou supor a visão que tinham sobre as crianças e como elas viviam. Com isso, é possível contar, ainda que de forma parcial e incompleta, um pouco da história delas e demonstrar sua relevância na produção social e cultural do seu tempo.

Desde a Idade Média já havia uma preocupação em se estabelecer as “idades da vida” do ser humano, sendo possível encontrar, deste então,

as nomenclaturas que ainda hoje costumamos utilizar ao nos referirmos às várias fases da vida, tais como: infância, puerilidade, juventude, adolescência, velhice e senilidade. A infância durava até os sete anos, fase em que a criança não era capaz de falar adequadamente por não ter seus dentes definitivos. Em seguida vinha a puerícia, que durava até os quatorze anos. Embora a criança já falasse, ainda era considerada inocente, por isso essa fase seria uma espécie de transição para a adolescência, quando o indivíduo já seria maduro o suficiente para procriar. Com algumas variações de parâmetros – alguns ligados aos signos dos zodíacos, outros aos quatro elementos da natureza, ou ao número de planetas – esta forma de categorizar as idades da vida permaneceu de modo similar até o século XVI. Contudo, conforme o alerta de Ariès (1986, p. 38), “é preciso ter em mente que toda essa terminologia que hoje nos parece tão oca, traduzia noções que na época eram científicas, e correspondia também a um sentimento popular e comum da vida”.

Ao analisar o tema das idades da vida nas iconografias profanas, Ariès (1986) identificou, sobretudo, nas imagens do século XIV ao XVIII, a correspondência destas idades a funções sociais bem delimitadas. Assim, a infância pode ser percebida em dois momentos – a idade dos brinquedos (até os 7 ou 9 anos) e a idade da escola (até os 15 anos). Depois deste período o indivíduo passaria para “as idades do amor ou dos esportes da corte e da cavalaria: festas, passeios de rapazes e moças, cortes de amor, as bodas ou a caçada do mês de maio dos calendários” (ARIÈS, 1986, p. 39).

O pensamento eclesiástico também teve um papel preponderante no que se refere à determinação das fases da vida. Para a Igreja Católica, aos sete anos o indivíduo alcançava a idade da razão, quando poderia ser responsabilizado por seus próprios pecados. Até essa idade, os meninos ainda eram considerados inocentes, por isso, aptos ao batismo mesmo sem as instruções do catecismo, bastando apenas a manifestação do interesse em seguir o cristianismo.

Na convivência com os Tupinambá na Amazônia, o capuchinho Yves D'Évreux se surpreendeu com a nítida delimitação de fases da vida, presente entre esses povos, marcadas, sobretudo, pela hierarquia respeitada em cada idade. O padre ressaltou o respeito dos moços pelos mais velhos e destacou que “cada um faz o que a sua idade permite sem cuidar daquele que se acha mais alto ou no mais baixo grau” (ÉVREUX, 2007, p. 73). Portanto, já se observava, nessa sociedade, uma função so-

cial correspondente à idade do indivíduo a qual estava presente desde a infância. Évreux (2007) ressalta, ainda, a diferença dessas crianças em relação à sociedade francesa da época, onde na visão do religioso, as crianças eram insubordinadas “e apesar de todos os belos ensinamentos dos mestres e pedagogos, observam-se ainda confusão e grande presunção” (ÉVREUX, 2007, p. 73).

É preciso questionar, contudo, se, ao evidenciar a obediência das crianças, Évreux não estaria condicionado pela ideia de formar uma sociedade moldada pelos valores católicos que os padres vislumbraram ao encontrar os índios Tupinambá. Um dos capítulos de sua crônica se intitula: “As crianças do Brasil darão cabo do reinado de Lúcifer, e começarão a estabelecer o reinado de Jesus Cristo”, demonstrando que o capuchinho acreditava na potencialidade das crianças como instrumento para o estabelecimento de uma sociedade genuinamente cristã. O entusiasmo do clérigo com as possibilidades de formar uma nova comunidade é claro em sua obra, cuja tônica visava estimular os franceses a ocuparem, definitivamente, a terra recém-colonizada. Porém, considerando que ele viveu no Maranhão por dois anos, é factível que essa característica das crianças Tupinambá – o respeito aos mais velhos – fosse, de fato, marcante naquele contexto a ponto de chamar sua atenção.

De toda forma, os relatos de Claude D’Abbeville (1874) também revelam a obediência das crianças como uma virtude adquirida na convivência com a família, principalmente através da observação e imitação das atitudes dos pais, ou seja, pela força do exemplo. O padre observou que as crianças não contrariavam os seus pais. O respeito à hierarquia é evidenciado, não tendo o autor registrado nenhum momento de desavença entre pais e filhos. Inclusive, ao mencionar o casamento, enfatiza que quando a filha era prometida desde o nascimento para outra família, assim se cumpria, embora não tivesse a obrigação de continuar casada a vida inteira, em caso de desentendimento com o marido. Essa hierarquia tinha o seu ápice nos velhos da tribo que detinham o conhecimento dos ritos e tradições tribais, motivo pelo qual ganhavam a atenção e o respeito dos mais jovens e das crianças (FERNANDES, 1963).

O jesuíta Fernão Cardim já havia feito esta mesma observação quando esteve em visitação à missão a vários estados do Brasil entre 1583 e 1590. Na *Narrativa Epistolar* referente a essa visita, enviada ao Padre Provincial em Portugal, ele informa que entre os Tupinambá que viviam

na Bahia “nenhum gênero de castigo tem para os filhos; nem pai nem mãe que em toda a vida castigue nem toque em filho, tanto os trazem nos olhos” (CARDIM, 1925, p. 310). A informação demonstra que os pais mantinham controle sobre seus filhos apenas pelo olhar e, ao mesmo tempo, pode indicar que, provavelmente, os curumins ficavam o tempo todo sob o olhar atento de seus pais.

O padre Évreux (2007) também ressalta a forte hierarquia determinada pela idade e função social correspondente a cada faixa etária, entre os Tupinambá. Registrou, ainda, a distinção entre elas atribuindo três graus de idade ao que hoje chamamos de infância, as quais podem ser assim sintetizadas:

Quadro 1

Graus de idade das crianças Tupinambá e suas nomenclaturas.

Graus de idade	Meninas	Meninos
Do nascimento até começar a andar	Peitan	
Dos primeiros passos até aos sete	Kugnatin-miry	Kununmy-mir
Dos 7 aos 15 anos	Kugnatin	Kunumy

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme se constata no quadro acima, havia uma forte demarcação de gênero na sociedade Tupinambá já a partir da infância. O primeiro grau de idade era denominado *Peitan* pelos nativos e abrangia as crianças desde que nasciam até começarem a andar. Nessa fase não havia diferença de gênero e a criança era considerada um bebê, terminologia que não estava presente na sociedade francesa da época.

Segundo Ariès (1986), a palavra francesa para designar “bebê” surgiu no dicionário somente no século XIX. Antes disso, nos séculos XVI e XVII, esta mesma palavra se referia às crianças em idade escolar. Provavelmente por isso, o tratamento dado pelos Tupinambá às crianças desta fase tenha motivado o padre Évreux a registrar essa diferença e lhe conferir uma nomenclatura específica.

A expressão *Peitan* significa “menino saído do ventre de sua mãe”. Évreux revela diferenças marcantes entre as formas como o nativo da Amazônia Colonial se relacionava com suas crianças em comparação com

os seus contemporâneos franceses. Uma delas era o fato de a própria mãe amamentar seus filhos, uma vez que, nessa fase, eles tinham:

por único alimento o leite da mãe e grãos de milho assados, mastigados por ela até ficarem reduzidos a farinha, amassados com saliva em forma de caldo, e postos em sua boquinha como costumam fazer os pássaros com a sua prole, isto é, passando de boca para boca (ÉVREUX, 2007, p. 74).

Na Europa, por sua vez, o costume de contratar amas-de-leite estava presente entre as famílias mais abastadas desde meados do século XIV. Na França, no século XVII, o hábito já se encontrava disseminado também entre os burgueses e era comum que tão logo a criança nascesse, seu pai buscasse uma outra mulher para amamentá-la.

As mães europeias consideravam pouco digno amamentarem elas mesmas seus filhos, pois, além do gesto de expor o seio ser frequentemente considerado despudorado, o leite era considerado precioso para a saúde da mãe e não deveria ser desperdiçado (HEYWOOD, 2004). Para Priore (2015), o hábito indígena, realçado pelo capuchinho, pode, inclusive, ter influenciado as mulheres europeias, que para cá vieram, a passarem a amamentar seus filhos.

O banho das crianças pequenas, especialmente de rio, foi outra característica peculiar dos costumes dos Tupinambá que chamou a atenção dos padres, visto que, para os europeus, o resguardo da mãe e o agasalho do bebê eram essenciais no cuidado com as crianças pequenas (PRIORE, 2015).

Cabe ressaltar que a liberdade dos membros das crianças foi objeto de espanto, não só para Évreux como também para o padre Abbeville, seu companheiro e contemporâneo na missão no estado do Maranhão, uma vez que na Europa, naquele momento, era comum a utilização de faixas para prender o corpinho dos pequenos. De acordo com Heywood (2004, p. 96):

Na França, na Alemanha e Inglaterra, as mães simplesmente passavam a faixa duas ou três vezes em torno do corpo. Em toda parte, os bebês eram amarrados com os braços presos próximos à lateral do corpo e as pernas estendidas juntas, com suporte adicional para manter a cabeça firme.

Contrastando com essa forma de tratar os recém-nascidos na Europa, os padres revelaram que, na Amazônia, as crianças nativas cresciam à vontade. Desse modo, o menino “não era afagado, aquecido, bem nutrido, nem confiado aos cuidados de nenhuma ama, e sim apenas banhado em algum riacho ou nalguma vasilha com água, deitado em uma redezinha de algodão, com todos os seus membros em liberdade, nus inteiramente” (ÉVREUX, 2007, p. 74).

Essa liberdade corporal foi considerada positiva pelos padres capuchinhos, pois os meninos eram “bem-feitos de corpo e seus membros proporcionais” (ABBEVILLE, 1874, p. 327). Além disso, o padre acreditava que esse método propiciava saúde às crianças, considerando o grande número delas na região.

De acordo com Priore (2015), o médico holandês Guilherme Piso, que viveu em Recife na primeira metade de século XVII, também registrou a eficácia da liberdade dada aos bebês silvícolas para o fortalecimento dos seus membros, em detrimento dos hábitos portugueses de utilizar panos pesados para enfaixar as crianças. Segundo Ferreira (2002, p. 171), “esta prática era muito conveniente aos adultos, porque fazia com que raramente se tivesse de atender às necessidades de uma criança que estava completamente envolta e atada”. Somente a partir do século XVIII, atendendo aos apelos de médicos e pedagogos, é que os europeus deixaram de enfaixar seus filhos em favor de um melhor desenvolvimento físico deles.

Vale destacar que o tratamento dado à criança recém-nascida pelos Tupinambá também foi considerado eficiente para conter a mortalidade infantil. Como observa Abbeville (1874), a causa da mortalidade desses povos era principalmente as guerras. Os Tupinambá eram povos guerreiros e, por isso, logo que nasciam, os meninos recebiam flechas, tacapes, garras de onça ou aves de rapina, tudo para fortalecer a identidade valente e corajosa necessária no ambiente em que viviam. Tais presentes remetiam à sua função social no grupo como futuros guerreiros.

As meninas, por sua vez, recebiam como oferta dentes de capivara que estavam relacionados à sua futura função de mastigação no preparo do *cauim* – bebida fermentada consumida pelos Tupinambá em várias ocasiões da vida social, feita, geralmente, de frutos ou raízes. Essa tarefa era exclusivamente feminina e, desde cedo, cabia às mais jovens o preparo do fermentado com seus próprios dentes, motivo pelo qual precisavam ser bons e fortes, particularmente em relação às bebidas insalivadas. O pre-

sente significava, portanto, um bom agouro para que a criança tivesse apta para exercer essa atividade central à estrutura social dos Tupinambá, pois, sem a fabricação e o consumo de bebidas, uma série de rituais e decisões estariam comprometidos (ALBUQUERQUE, 2012).

O segundo grau de idade dos Tupinambá, conforme Évreux (2007), tinha início quando a criança aprendia a andar, e durava até os sete, oito anos. Nessa fase havia uma clara demarcação de gênero através da qual se atribuía funções específicas para meninas e meninos, conforme o papel social que desempenhavam dentro do grupo. Ambos residiam com as mães e mamavam até quando sentissem vontade, embora começassem desde cedo a ingerir comidas comuns aos adultos.

As meninas eram chamadas de *Kugnatin-myri* e imitavam as tarefas das mães durante as brincadeiras, a fim de as assumirem quando chegassem à idade adulta. Costumavam, por exemplo, brincar de amassar o barro com os quais fabricariam utensílios importantes para a vida cotidiana como panelas, vasos entre outros. Os meninos eram denominados de *Kunumy-miry* e, nessa idade, ganhavam arcos e flechas e começavam a utilizá-los nas brincadeiras, enquanto treinavam sua mira, aptidão necessária para a sobrevivência do homem Tupinambá (CARDIM, 1925).

O cuidado com as crianças na Amazônia misturou superstições e crenças indígenas e europeias. No intuito de protegê-las dos maus agouros, logo que nasciam, as mães Tupinambá colocavam algodão sobre as suas cabecinhas e roçavam seus corpinhos com penas de pássaros e paus para que crescessem fortes e saudáveis. Também pintavam os recém-nascidos de urucum ou jenipapo, perfuravam seus lábios, narizes e orelhas, nas quais enfiavam fusos, penas e batoques, além de lhes pendurar dentes de animais ao pescoço. Tudo isso para “desfigurar, mutilar a criança, com o fim de torná-la repulsiva aos espíritos maus; guardá-las do mau-olhado e das más influências” (FREYRE, 2006, p. 202).

Além disso, Freyre (2006) narra que a mitologia indígena tinha um papel de infringir medo nas crianças a fim de garantir sua sujeição às autoridades da tribo. A obediência das crianças, então, seria fruto da crença de que o mau comportamento lhes causaria a visita indesejável de monstros, assombrações e, até mesmo, do diabo.

Esse cuidado com as crianças, provavelmente, não era muito comum na França e em Portugal, o que explicaria os detalhados relatos de

Évreux (2007) e Cardim (1925). O número elevado de mortalidade infantil, nesses países, levava os pais a terem uma postura austera frente à morte. A estratégia era ter muitos filhos na esperança de que alguns vingassem, motivo pelo qual não convinha criar uma ligação muito forte com os pequenos. Além disso, o ascetismo cristão impunha o pensamento de que se a vida era dom de Deus, a morte também o era.

No Brasil, a morte das criancinhas tomou um sentido místico com a presença dos religiosos, pois estes a consideravam um alento e uma alegria, como se um anjo inocente estivesse retornando aos céus. Mas isso, somente se os pequenos tivessem sido batizados. Assim, a morte dos infantes passou a ser cultuada e até mesmo almejada (FREYRE, 2006). Os indígenas, por sua vez, continuavam temendo a perda dos seus filhos, e demonstrando medo e tristeza frente a essa possibilidade.

Évreux (2007) destaca, porém, que o amor dos pais era mais direcionado aos meninos do que às meninas, e, na interpretação do padre, isso ocorria por serem os meninos responsáveis pela manutenção do tronco familiar. Em nosso entendimento, o papel de guerreiro e protetor, reservado aos homens na sociedade Tupinambá, pode explicar a atenção maior atribuída aos meninos.

Importa ressaltar, contudo, que esse cuidado já não estava mais tão presente no terceiro grau de idade, chamado por Évreux (2007) de mocidade, que ia dos 8 aos 15 anos de idade. Nessa fase, os meninos recebiam o nome de *Kunumy* e não ficavam mais em casa com a mãe, posto que passavam a acompanhar o pai, imitando todas as suas atividades. Assim, começavam a caçar, pescar, ou seja, a aprender a prover o sustento da família.

As meninas, que passavam a ser designadas como *Kugnatin*, também aprendiam nessa faixa etária todos os deveres que uma mulher Tupinambá deveria exercer em sua comunidade (ÉVREUX, 2007). O capuchinho observa que “não se lhes manda fazer isto, porém eles o fazem por instinto próprio, como dever da sua idade, e já feito também por todos os seus antepassados” (ÉVREUX, 2007, p. 76). E isso se referia tanto aos meninos quanto às meninas.

Entre os Tupinambá, nota-se um sentimento claro de infância, pois davam uma atenção particular a esta fase da vida marcada por rituais de passagem e práticas educativas que visavam a transmissão do saber cultural acumulado. Nesses momentos, os papéis sociais dos meninos e meninas eram bem definidos, demonstrando as transições entre cada faixa

etária. O padre Abbeville (1874) descreve um desses rituais de passagem, deixando claro, também, importantes valores dessa sociedade:

Quando chegam seus filhos à idade de 4, 5 ou 6 anos, preparam um vinho ou festa a que chamam Cauim, e convidam parentes e amigos do menino, cujo beijo se quer furar e também todos os habitantes da aldeia e de suas circunvizinhanças. Depois de terem cauinado, e dançado por dois ou três dias, como costumam, apresentam o menino, dizem-lhe que vão furar-lhe o beijo inferior para que seja um dia guerreiro valente e forte, e assim animado o próprio menino com toda a coragem e presença de espírito oferece o beijo com alegria e satisfação, e pega nele o incumbido de tal processo, fura-o com a ponta de um chifrezinho, ou de algum osso e faz um grande buraco. Se chora o menino, o que poucas vezes sucede, ou se dá alguma demonstração de dor, dizem que nunca há de valer coisa alguma, que será covarde e fraco. Se pelo contrário tudo sofre com firmeza e constância, como de ordinário acontece, tiram disto bom agouro e creem que sua vida será grande e ele guerreiro valente e corajoso (ABBEVILLE, 1874, p. 313).

Pela leitura do excerto é possível perceber que o ritual da perfuração do lábio inferior do menino Tupinambá era uma cerimônia importante, comemorada, inclusive, com o consumo de bebidas fermentadas como um evento festivo, contava com a presença de parentes e amigos e marcava o início de uma nova fase na vida da criança, configurando-se, por isso, como instância de afirmação e transmissão de valores fundamentais como a coragem, por exemplo, importante na formação de um bom guerreiro. A criança participava voluntariamente do ritual e, uma vez perfurado seu lábio, gozava de novo status no grupo social que direcionava suas atividades para seu futuro papel na tribo.

Outra diferença pontuada pelos padres franceses Abbeville e Évreux, no modo com que os Tupinambá lidavam com suas crianças, foi a ternura, especialmente das mães. O apego aos filhos é notado por Évreux (2007, p. 74) ao registrar que “quando vão trabalhar nas roças elas as assentam [as crianças] nuazinhas na areia ou na terra onde ficam caladinhas, ainda que o ardor do sol lhes queime o rosto ou o corpo” (ÉVREUX, 2007, p. 74). Ele também ressalta ter visto mães ensandecidas chorarem amarga-

mente a perda dos seus filhos. Ao descrever os Tupinambá que encontrou na Bahia, o padre Cardim ressaltou que eles “estimam mais fazerem bem aos filhos do que a si próprios” (CARDIM, 1925, p. 170), evidenciando, com isso, a ligação íntima que com eles mantinham. Os mimos e a presença da criança em torno da mãe o tempo todo foram objeto de espanto, visto que na realidade europeia isto não acontecia.

Mary Del Priore (2015) acrescenta que estes mimos e cuidados às crianças pequenas não se restringiam aos nativos, mas “estendiam-se aos negrinhos escravos ou forros vistos por vários viajantes estrangeiros nos braços de suas senhoras ou engatinhando em suas camarinhas” (PRIORE, 2015, p. 96). Para a historiadora, os castigos físicos foram uma introdução dos jesuítas, momento em que é possível flagrarmos concepções diferentes de infância, já que, para os religiosos, “o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral” (ARIÈS, 1986, p. 151).

Enquanto para os viajantes e clérigos essa relação de ternura e liberdade com as crianças significava lassidão e ausência de educação, Thomas (2014) defende que tais observadores não perceberam que era dessa forma que as crianças Tupinambá eram educadas.

Sobressaiu aos olhos de Abbeville (1874), por exemplo, o menino Acaiuy Miry, filho de Japyçu, principal^[4] da aldeia de Juniparan. Ao registrar suas impressões deste indiozinho de 9, 10 anos de idade, o autor realça algumas características que também se contrapõem à visão de infância europeia.

Primeiramente, o padre ressaltou a iniciativa da criança em se aproximar e intentar estar junto deles o tempo todo. Vê-se aí um certo protagonismo, autonomia e liberdade que esta criança detinha. Ao se juntar aos padres para aprender, o autor observa que *Acaiuy Miry* “ficava silencioso e recatado sem interromper-nos para coisa alguma, ou por leviandade, o que não é comum em meninos desta idade” (ABBEVILLE, 1874, p. 111). O silêncio e o recato sobressaiam como forma de aprendizagem, provavelmente, em função da vida cotidiana no contexto da tribo, uma vez que somente a partir dos 15 anos os meninos poderiam conversar com os mais velhos e, ainda assim, na presença do principal deviam limitar-se a escutar.

^[4] Nome dado ao chefe da tribo, segundo Abbeville (1874), Évieux (2007) e Betten-dorff (1990).

De acordo com Évreux (2007), a oportunidade de se pronunciar em reuniões públicas se iniciava somente a partir dos 25 anos, já no quinto grau de idade chamado *aua*. E isso restrito apenas aos meninos. Abbeville (1874) destacou que Acaiuy Miry era “cordato e bem ensinado”. Tudo indica que a figura do padre representava uma autoridade tal qual os mais velhos representavam em sua tribo, e talvez por isso o religioso tenha atraído tanto a atenção da criança.

O “silêncio e recato”, destacados pelo religioso, também podem ser interpretados como sendo valores muito mais almejados por eles em uma nova sociedade ideal que estaria se formando – A França Equinocial – do que, efetivamente, características das crianças Tupinambá. Porém, ao cotejarmos tais informações com as do padre jesuíta Fernão de Cardim (1925), referindo-se aos Tupinambá da Bahia, uma certa semelhança é perceptível, permitindo-nos supor que, mesmo havendo algum exagero da parte de Abbeville, de fato, o silêncio era uma forma de aprendizagem presente entre as crianças nativas do Maranhão. Era de forma silenciosa que crianças e adolescentes observavam e imitavam os mais velhos e aprendiam os saberes que os identificavam como nação; saberes esses fundamentais para que tais crianças exercessem o papel social que lhes cabia no grupo.

Fernandes (1963) considera que a educação entre os Tupinambá se realizava de maneira coletiva, envolvendo a sociedade como um todo, cabendo aos velhos socializarem seus conhecimentos. Contrapondo-se a essa visão, Thomas (2014) defende o papel preponderante da família, onde as funções sociais, fortemente delimitadas, direcionavam o processo educativo. Para ele, a educação das crianças e a formação da identidade dos Tupinambá ocorria, principalmente, no núcleo familiar em função de sua estruturação baseada, sobretudo, nos ritos de passagem, onde os papéis de pais e filhos eram bem demarcados.

Os principais saberes da tribo não estariam, portanto, concentrados apenas nos velhos, embora sua autoridade fosse evidente, provavelmente, dada a experiência de vida acumulada, considerada valiosa. A obrigação dos homens e mulheres de protegerem seus pais e ajudá-los em suas plantações reforça a teoria de Thomas (2014), ao apontar a família como núcleo central da sociedade Tupinambá. Entretanto, quer fosse na família ou na sociedade, tudo indica que a educação das crianças se dava de forma coletiva. Nesse contexto, as representações coletivas construídas pelas crianças nas relações de aprendizagem lhes conferiam uma identida-

de social, marcavam a existência do grupo e davam sentido ao seu próprio mundo (CHARTIER, 1991).

Pelo relato de Abbeville (1874) nota-se que era observando, imitando e repetindo que as crianças Tupinambá aprendiam. Acaiyu Miri exercitava seu tirocínio transmitindo com satisfação aos seus companheiros o que aprendia com o padre. Para obter sucesso nessa tarefa o menino desenvolveu, inclusive, técnicas empíricas como riscar com um pau na terra o número de mandamentos bíblicos para facilitar a memorização deles, demonstrando, com isso, astúcia e criatividade.

Numa cultura ágrafa como a dos povos amazônicos do século XVII, a memória tinha um papel fundamental, posto que os saberes eram transmitidos por meio dela. Seu valor foi realçado pelo padre Yves D'Évreux, ao descrever que as crianças “não esqueciam nenhuma única palavra de que havíamos dito, mas recitavam o todo a seus pais e mães tendo voltado para suas casas” (ÉVREUX, 2007, p. 311). Em outro trecho, Évreux (2007) relata admirado que viu os idosos narrarem as histórias dos seus antepassados para os mais moços com bastante detalhe, momento esse carregado de emoção. Tais registros revelam a importância da memória nos processos educativos dos Tupinambá, estudados por Albuquerque (2012, p. 60), ao enfatizar o papel das beberagens como importantes indutores da memória, uma vez que “era por meio dela que a coletividade [re] vivia seus mitos, valores e ideais”.

Outros aspectos, além da memória, foram relatados por Abbeville (1874), ao se referir à habilidade dos meninos em pescar, a exemplo da observação, imitação e repetição. Considerado como seu principal serviço, é provável que os meninos tenham adquirido a habilidade da pesca observando e imitando seus pais em uma prática que durava “longas horas” (ABBEVILLE, 1874, p. 355), demonstrando, com isso, a aprendizagem de valores como perseverança e paciência em uma atividade que integrava o cotidiano de adultos e crianças.

No seu relato, o capuchinho revela a constante presença das crianças junto aos adultos explicando que a mãe descansa:

só três dias depois do parto, e depois carrega o menino, suspende-o ao pescoço por meio de um pedaço de pano de algodão, e vai para a roça trabalhar ou fazer outra coisa qualquer sem grande resguardo. Acontece algumas vezes trazerem além do menino suspenso ao pes-

çoço, um no braço, outro pela mão, além de dois ou três maioresinhos, que saltam e brincam ao redor dela (ABBEVILLE, 1874, p. 327).

Percebe-se, então, que as crianças conviviam com os adultos desde cedo e participavam (assistindo) de rituais importantes que marcavam o calendário do grupo, como as beberagens já mencionadas. Évreux (2007) ressaltou que essa convivência se estendia para outras situações, como na construção do forte de São Luís, por exemplo, durante a qual “não trabalhavam somente os homens e sim também as mulheres e meninos, aos quais eles davam pequenos cestos para carregar terra conforme suas forças” (ÉVREUX, 2007, p. 20). Ambos os cronistas reiteraram que, nesses momentos, a criança mantinha recato e silêncio, sugerindo que se tratava de oportunidades de aprendizagens ocorridas, sobretudo, através da observação e imitação, seguindo o modelo dos adultos.

Nesse processo, os principais da tribo tinham papel destacado, uma vez que seu estilo de vida inspirava os mais jovens. Assim, a inserção destes no mundo do trabalho Tupinambá ocorria por meio da imitação do que faziam esses chefes, conforme o relato de Évreux (2007, p. 63):

Os rapazes observam minhas ações e praticam o que eu faço; se eu ficasse deitado na rede a fumar o petun, eles não quereriam fazer outra coisa; quando me veem ir para o campo com o machado no ombro e a foice na mão, ou tecer rede, eles se envergonham de nada fazer. Jamais me senti tão recompensado.

As crianças Tupinambá foram descritas como atentas e curiosas pelo capuchinho. Ao utilizar imagens para ensinar a doutrina cristã aos meninos e às meninas, Évreux (2007) se viu bem satisfeito pois, segundo ele, as crianças eram insistentes em saber o significado de tais imagens e não os “deixavam de repouso” enquanto não as compreendessem (ÉVREUX, 2007, p. 309). Percebe-se, novamente, o valor da persistência para aprender.

Évreux conta que, na presença dos homens, as moças (sete a quinze anos) guardavam completo silêncio e mantinham maior diálogo apenas com as moças da sua idade. Com isso, percebe-se que a aprendizagem ocorria também nas trocas entre os pares. O espírito de coletividade parece ser recorrente entre as crianças, pois o padre reitera que elas sempre o procuravam “em bandos” (ÉVREUX, 2007, p. 310).

Nas relações educativas estabelecidas entre crianças e religiosos, havia uma preocupação destes últimos em conquistar, primeiro, as crianças, pois, em sua visão, elas se dispunham a aprender. Nota-se, contudo, que nem sempre os padres tiveram sucesso nessa empreitada, posto que algumas crianças abandonavam o aldeamento e retornavam para a mata tão logo chegavam à puberdade.

Durante o período que estive na Missão do Maranhão, Évreur (2007) registrou as conversas que realizou com alguns principais das etnias locais. Uma delas foi com Jacupen, pai do citado Acaiui-Miri^[5], ambos convertidos ao cristianismo. O padre explica ao principal que, através do seu filho, ele poderia se desenvolver na aprendizagem da doutrina cristã, pois o menino saberia ensiná-la até melhor do que os religiosos, visto que dominava a língua indígena. Porém, Jacupen responde-lhe de forma preocupada que:

depois de cristão, logo no princípio [Acaiui-Miri] procedeu bem; já sabia ler um pouco no seu *Cotiare*, e escrever, estava sempre com o padre, e o seguia por toda a parte. Deixou depois tudo isso, entregou-se à liberdade, esqueceu o que havia aprendido, e foge para o mato quando o padre o procura (ÉVREUX, 2007, p. 341).

De acordo com o excerto, o filho do principal demonstrou interesse e habilidade para aprender a língua dos franceses e a doutrina cristã quando criança. Todavia, ao chegar à puberdade passou a evitar o padre e a esquecer o que aprendeu. Com isso, é possível inferir que a liberdade e autonomia, presentes nas práticas educativas das crianças Tupinambá, falavam mais alto quando elas chegavam à puberdade. Possivelmente, elas não esqueciam o que aprendiam, como supunha o pai, pois, como evidenciado anteriormente, a memória tinha papel fundamental no processo educativo. O mais provável era que a falta de significado dos conceitos cristãos, para as crianças, as demovesse da vida cerceada nos aldeamentos jesuítas. Além disso, ao fugir dos padres, as crianças demonstravam sua identificação com o grupo ao qual pertenciam originalmente, fazendo valer sua existência e modo de vida anterior.

[5] A grafia do nome desse menino difere nos textos de Abbeville e Évreur, embora seja claro que se trate da mesma pessoa.

Brandão (2002, p. 151) afirma que a educação é “uma unidade cultural agenciada e responsável pela criação de tipos de pessoas e de identidades através da aquisição motivada e sistemática de tipos de saberes, de valores, de sensibilidades”. Depreende-se, assim, que se não houver motivação ou significado, os saberes não serão apropriados e não haverá educação. É o que parece ter ocorrido nesse início do século XVII na Amazônia. O conhecimento trazido pelos religiosos não tinha significado suficiente para motivar as crianças, pelo menos quando elas chegavam à puberdade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da infância na Amazônia Colonial tem sido pouco estudada pelos historiadores e educadores, provavelmente, pela exiguidade de fontes que abordem diretamente o assunto. Todavia, com base nos pressupostos da História Cultural é possível investigar a temática por meio das crônicas e cartas de religiosos que viveram na região nesse período.

As fontes investigadas neste estudo apontam algumas características da educação cotidiana das crianças, registradas pelos capuchinhos que estiveram na região no início do século XVII, tais como: a memória, a repetição, a observação e a imitação. Os relatos também ressaltam a curiosidade e avidez dessas crianças para aprender, bem como sua persistência e atenção nos processos de aprendizagem.

Os saberes nativos se caracterizaram especialmente por serem holísticos e não se referirem somente à preparação para outra fase da vida. Mesmo nas brincadeiras, as crianças anteviam suas futuras atividades como adultos da tribo de forma lúdica. Pode-se dizer que as práticas educativas vivenciadas pelas crianças da Amazônia seiscentista eram imbuídas de significados que remetiam às tradições e rituais do seu povo, em que valores fundamentais eram transmitidos, a exemplo da força, coragem e valentia.

Sem sentido ou significado para as crianças índias, a educação imposta pelos religiosos nem sempre teve o resultado desejado. Isso explicaria o fato de muitas delas fugirem dos aldeamentos jesuítas e retornarem para as matas.

A criança da Amazônia seiscentista, aqui representada pela criança Tupinambá, tinha um papel importante e delimitado em seu grupo social, e,

talvez por isso, manteve forte vínculo com sua origem, não absorvendo passivamente as instruções impostas pelo catolicismo. Ancoradas em Chartier (1991) é possível inferir que as representações de religiosos e crianças, pelas quais cada grupo dava sentido ao seu próprio mundo, foram produzidas e reproduzidas nas relações contraditórias estabelecidas entre eles.

Assim, as crianças foram, sobretudo, catalisadoras das novas aprendizagens adquiridas nas práticas educativas em que estavam envolvidas, dando-lhes um novo sentido em seu próprio contexto. Nesse sentido, é possível afirmar que as crianças Tupinambá, que viveram no início do século XVII na Amazônia, configuraram-se como importantes mediadoras culturais para a manutenção da cultura indígena na região.

REFERÊNCIAS

ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circumvisinhas**. Tradução de Cezar Augusto Marques. Maranhão: Typ. do Frias, 1874. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221724>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. **Beberagens indígenas e educação não escolar no Brasil colonial**. Belém: FCPTN, 2012.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BUECKE, Jane Elisa Otomar. **Educação e Infância na Amazônia Seiscentista**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n. 11, p.173-191, abr.1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010. Acesso em: 22 jan. 2018.

ÉVREUX, Yves. **Continuação da história das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614**. Brasília: Senado Federal, 2007.

FERNANDES, F. **Organização social dos tupinambá**. São Paulo: Difel, 1963.

FERREIRA, António Gomes. A infância no discurso dos intelectuais portugueses do Antigo Regime. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moisés (org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 167-196.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. *In*: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 84-106.

THOMAS, Jérôme. As crianças tupinambás e sua educação no século XVI: ternura, dor, obediência. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 23-47, jan./abr. 2014.

● PARTE II:

[Instituições, práticas e
experiências educativas]



Estudo polifônico sobre o processo judicial do menor Joaquim Manoel da Silva em Belém do Pará (1895)

Liliane da Silva França Carrilho^[1]

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os discursos polifônicos no processo judicial do menor Joaquim Manoel da Silva em Belém do Pará, no ano de 1895. O processo está inserido no contexto das transformações socioeconômicas da história da infância em Belém, onde se constituiu, oficialmente, o menor criminoso. Historicamente, a criminalidade infantil está atrelada à pobreza e à explosão demográfica no país pelo processo de industrialização e pela política de modernização da cidade de Belém em decorrência do ciclo da borracha. Para tanto, utilizou-se o processo judicial e os discursos polifônicos dos sujeitos presentes no julgamento do menor, de onde se desvela a abordagem no Discurso Dialógico em Bakhtin, o que possibilita em processo judicial: identificar os enunciados dos sujeitos envolvidos no caso; caracterizar a formação ideológica contida nos discursos dos sujeitos; e examinar os discursos polifônicos no processo judicial como uma fonte documental possível de se esboçar uma compreensão conjuntural em que se desenvolveu o crime praticado por Joaquim Manoel da Silva na capital paraense.

^[1] Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/ICED/UFPA). E-mail: lilafrcs@yahoo.com.br

Palavras-chave: história da infância; discursos; polifonia.

ESTUDIO POLIFÓNICO SOBRE EL PROCESO JUDICIAL DEL MENOR JOAQUIM MANOEL DA SILVA EN BELÉM DO PARÁ (1895)

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los discursos polifónicos en el proceso judicial del menor Joaquim Manoel da Silva en Belém do Pará, en el año 1895. El proceso se inserta en el contexto de las transformaciones socioeconómicas de la historia de la niñez en Belém, donde se constituyó, oficialmente, el menor criminoso. Históricamente, la delincuencia infantil está ligada a la pobreza y la explosión demográfica en el país debido al proceso de industrialización y la política de modernización de la ciudad de Belém como resultado del ciclo del caucho. Para ello se utilizó el proceso judicial y los discursos polifónicos de los sujetos presentes en el juicio del menor, a partir de los cuales se revela el enfoque en el Discurso Dialógico en Bakhtin, que posibilita en un proceso judicial: identificar las declaraciones de los sujetos involucrados en el caso; caracterizar la formación ideológica contenida en los discursos de los sujetos; y examinar los discursos polifónicos en el proceso judicial como posible fuente documental para delinear una comprensión coyuntural en la que se desarrolló el crimen cometido por Joaquim Manoel da Silva en la capital de Pará.

Palabras clave: historia de la infancia; discursos; polifonía.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a criminalidade na infância é um problema que teve sua origem no século XIX no Brasil, e o foco principal dessa história é a infância pobre de crianças e adolescentes que permaneceram à margem da sociedade. Pesquisas e estudos apontam que esta questão foi se agravando ao longo do tempo e que a realidade das crianças pobres envolvidas com a criminalidade é uma situação extremamente preocupante em todo o país.

No ano de 1895, na cidade de Belém do Pará, o caso do menor de 13 anos, Joaquim Manoel da Silva, ficou registrado no processo judicial de código 495.810.835.807-398, no 1º Distrito Criminal de Belém. Um fato que chamou a atenção por se tratar da narrativa dos sujeitos que testemunharam o crime e do menor, enquanto réu, por acusação de furto, visto que era uma realidade social considerada fora dos padrões do modelo de sociedade que a cidade vivenciava naquele momento. A partir dos estudos sobre a História da Infância e criminalidade de menores no contexto de Belém nos finais do século XIX, surgiu a curiosidade em analisar este caso, especificamente, na perspectiva dos discursos narrativos dos sujeitos envolvidos no referente processo judicial (CORRÊA, 2017, p. 142). Nesse sentido, Brait (1997) comenta que, para Bakhtin, a linguagem acompanha ou pode acompanhar todas as atividades humanas. Haverá tanto gêneros de discurso quanto atividades humanas, mostrando por meio dos gêneros, que os discursos se caracterizam por aquilo que se faz com a linguagem: mostrar, descrever ou explicar um fato.

Historicamente, Corrêa (2017, p. 37) relata que a infância desamparada nos períodos Colonial e Imperial no Brasil era abandonada à própria sorte. Sabe-se que a sua concepção não é diferente dos outros países e que não existia para a sociedade até o século XII. Sendo assim, verificou-se que a aparição da infância ocorreu em torno dos séculos XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claros e evidentes no continente europeu entre os séculos XVI e XVII (CORDEIRO; COELHO, 2007, p. 884).

Com o advento da República no Brasil, o lema era salvar a criança, pois era o futuro da nação. Neste período o país vivenciava o processo de inserção de menores desfavorecidos e desocupados nas relações de trabalho e no convívio social que se transformava segundo “os novos padrões de convívio impostos pela modernidade, que eram estabelecidos e permeados pela industrialização, urbanização e crescente pauperização das camadas populares” (SANTOS, 1999, p. 211).

Sabe-se que a cidade de Belém do Pará, no contexto republicano, crescia no ritmo frenético das grandes transformações políticas, econômicas e sociais, não dissociada dos demais acontecimentos no país. Segundo Alves (2012), nos finais do século XIX, Belém do Pará recebeu pessoas de vários lugares do país e do exterior, que chegavam na Amazônia em busca de acolhimento e traziam consigo suas crianças, mesmo enfrentando as

dificuldades que encontravam pela frente. Tal acontecimento obrigava o poder público a tomar diferentes medidas para garantir a ordenação da cidade de Belém e atender a uma elite formada pelos barões da borracha.

O projeto de modernização da cidade, na conjuntura da economia da borracha, contribuiu para o crescimento da capital paraense, formando assim uma nova conjuntura de sociedade, onde a pobreza e o descaso com a criança se tornavam cada vez mais agravantes. Nesse sentido, a criminalidade infantil tomava grandes proporções, sobretudo, por estar atrelada à pobreza.

Não obstante, o caso do menor Joaquim Manoel da Silva, registrado em processo judicial, se tornou o objeto da presente pesquisa por desvelar, por meio das vozes dos sujeitos envolvidos no caso (testemunhas e do curador do menor), o enunciado do discurso ideológico que de um lado representava a classe média de comerciantes, e do outro a classe social desfavorecida. Nessa perspectiva, sobre o caráter ideológico dos discursos, falam vozes diversas que mostram a compreensão que cada classe ou segmento de classe tem do mundo, em um dado momento histórico, os discursos são por definição, ideológicos, marcados por coerções sociais (BARROS, 1996, p. 34).

O presente artigo, de cunho histórico-documental, é um recorte da dissertação intitulada *A infância em processos judiciais em Belém do Pará: da criminalidade aos discursos jurídico-assistencialistas para a educação do menor desvalido (1890-1930)*, e tem como objetivo maior analisar a infância em processos judiciais por meio do estudo polifônico sobre o processo judicial do menor Joaquim Manoel da Silva, no ano de 1895 em Belém do Pará. Este estudo faz parte da fundamentação da literatura sobre Infância e Criminalidade, desenvolvida na referida dissertação de Mestrado e defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA), no ano de 2017.

Diante do exposto, como se constituem os discursos polifônicos em processos judiciais de menores criminosos no referente período? Uma vez que esta temática é de interesse relevante tanto no campo da história da infância quanto da polifonia. Para tanto, utilizou-se como categoria de análise o Discurso Polifônico, dentro da abordagem do Discurso Dialógico em Bakhtin, o que possibilita em processo judicial: (1) identificar os enunciados dos sujeitos envolvidos no caso; (2) caracterizar a formação ideológica contida nos discursos dos sujeitos; e, (3) exa-

minar os discursos polifônicos no processo judicial do menor como uma fonte documental possível de se esboçar uma compreensão conjuntural em que se desenvolveu o crime.

Da análise deste processo, observou-se que a partir dos contextos da industrialização, explosão demográfica, e da modernização de Belém do Pará, surgiu uma nova perspectiva de infância no Brasil. A contribuição desta pesquisa para os saberes históricos destaca a polifonia como categoria de análise nos discursos contraditórios, na relação entre acusação e defesa do caso e sobre o entendimento que se tem de infância, observado em processos judiciais para os dias atuais. O resultado da análise deste caso demonstra um viés da sistematização dos discursos sobre a história da infância construída em Belém, no ano de 1895, por meio de processos judiciais.

2. AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA NA HISTÓRIA DAS SOCIEDADES

Ao se falar de infância não se pode referenciá-la como uma abstração, visto que determinados fatores sempre contribuíram para a inserção da criança na sociedade: família, escola e comunidade, sobretudo, nos seus diferentes modos de pensar e viver a infância. Nesse sentido, verifica-se que, desde o século XII até início do século XX, a sociedade vem criando conceitos e modelos para infância, além de mecanismos que determinaram esse período da vida da criança (CORRÊA, 2017).

De acordo com Ariès (1978), desde a Antiguidade, as crianças eram consideradas seres inferiores que não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, sendo inclusive a duração da infância reduzida. Por volta do século XII era provável que não houvesse lugar para uma infância medieval desvalida. Entretanto, o sentimento sobre infância acontecia nas camadas mais nobres da sociedade, onde era possível reconhecer atitudes pertinentes a esta fase da vida (CORRÊA, 2017, p. 38).

Todavia, a criança pobre continuava a não conhecer o verdadeiro significado de sua infância, ficando assim à mercê da própria sorte. Embora esse quadro de desigualdade persista ao longo dos séculos, a partir do conhecimento do verdadeiro significado da infância, a sociedade vem buscan-

do mecanismos através dos programas sociais, assistenciais e filantrópicos cujo objetivo é reparar erros, desde a idade medieval, passando pela contemporânea, até a sociedade atual, de descasos com a infância e adolescência.

Observa-se que uma significativa, embora fragmentada, mudança acerca da concepção de infância na Europa tenha ocorrido a partir do século XIII, conforme Corrêa (2017, p. 38), os padrões vigentes que eram os mesmos para qualquer época e lugar. Existia, entretanto, no âmago da caracterização infantil que se delineava, uma separação de classes, em que a criança de classe social menos favorecida era ignorada por não ter destaque e importância para a sociedade. Para Steinberg e Kincheloe (2001), o conceito de infância que se padronizou por todas as sociedades era o da criança europeia, branca e de lares burgueses (CORRÊA, 2017).

No Brasil, ao longo do período colonial, as crianças foram submetidas a diversas formas de violação dos seus direitos por conta de todo o processo civilizatório. Conforme Ramos (1999), a história trágica da infância no período colonial começa com as crianças portuguesas trazidas nas embarcações vindas para o Brasil no século XVI. As crianças subiam a bordo somente na condição de “grumetes” ou “pajens”, como órfãos do Rei, enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da Coroa Portuguesa (CORRÊA, 2017, p. 38).

As crianças eram obrigadas a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos. Mesmo as crianças acompanhadas, por seus pais e parentes, eram violadas por pedófilos, e as órfãs tinham que ser vigiadas a fim de se manterem virgens até que chegassem à colônia. Boa parte dessas crianças ficava à própria sorte. As que se aventuravam na condição de “grumetes” e “pajens” trabalhavam com os adultos nas embarcações e outros trabalhos que exigiam força corporal incompatível com as condições físicas das crianças (RAMOS, 1999, p. 24). Desta forma, entende-se que a história da infância no Brasil é marcada pela violência e trabalho infantil (CORRÊA, 2017, p. 38).

A construção da sociedade na transição do Império para a República se configurou no calor dos acontecimentos históricos no Brasil. No primeiro momento, a compreensão acerca da infância se faz necessária pela importância que esta fase da vida requer para a formação biopsicossocial do ser humano, bem como da proteção integral e dos seus direitos como cidadão. Nos finais do século XIX, a sociedade brasileira vivenciou uma realidade marcada pelo crescimento desenfreado de menores ligados

ao crime. Furtos, esfaqueamentos, defloramentos, dentre outros, eram os delitos cometidos com frequência por crianças e adolescentes nas principais capitais brasileiras (CORRÊA, 2017).

E por estar diretamente associada à pobreza, a problemática da infância no Brasil em momento algum foi enfrentada com uma proposta séria e politicamente viável de distribuição de renda, educação e saúde. E o que se tem por consequência disto, dentre outros problemas, é o crescimento paulatino do índice de criminalidade de menores. Sobre esta análise, afirma-se que “dificilmente no passado ou no presente, a dinâmica do sistema capitalista ensejaria simultaneidade entre crescimento, repartição da renda e justiça social” (RIZZINI, 2011, p. 16).

Na cidade de Belém do Pará, no ano de 1895, a população crescia em um ritmo frenético, normas eram estabelecidas para que nada interferisse no projeto de modernização da cidade. E um dos princípios deste projeto era manter a ordem pública. Neste sentido, Araújo (2014) destaca que nos principais jornais que circulavam em Belém, nos finais do século XIX, os noticiários de caráter policial contribuíram para dar luz à realidade do dia a dia da capital paraense, onde as contravenções de ordem pública se constituíram em uma realidade visível e necessária de transformações (CORRÊA, 2017, p. 18).

Percebe-se que a inserção de menores em práticas delituosas nas ruas de Belém crescia, acompanhando o desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade. Neste contexto, as ruas não eram vistas como lugares apropriados para transeuntes como mulheres e crianças, e que todo menor que fosse encontrado transitando pelas ruas tinha que se justificar e/ou provar sua situação. Sendo assim, a vadiagem/vagabundagem se tornou uma das práticas delituosas mais frequentes naquele cotidiano (CORRÊA, 2017).

De acordo com Araújo (2014), em 1897, o periódico “Diário de Notícias” publicava os índices anuais de criminalidade na capital paraense e demonstrava como principais contravenções da ordem pública a desordem com 450 detenções, a gatunagem com 225 detenções, a embriaguez com 115 detenções e a vadiagem/vagabundagem com 64 detenções. Dessas tipologias criminais duas chamam a atenção e têm particularidades com menores, são elas: a gatunagem e a vagabundagem/vadiagem (CORRÊA, 2017, p. 18).

Diante da crescente marginalidade, o Estado foi pressionado a dar uma resposta para solucionar este problema na cidade, buscando melho-

rá-lo através da criação de uma rede assistencial que auxiliasse os mais necessitados. Araújo (2014) destaca que esta cultura filantrópica era regida por normas jurídicas e assistencialistas, o que gerou pormenorizar a questão da criminalidade da criança e do adolescente para a criação de leis e políticas públicas para formalizar normativas correccionais e penais. Nos anos de 1870 a 1930, as políticas higienistas fizeram parte do processo de modernização das cidades brasileiras, desenvolvendo neste período novas formas de sociabilidade dos espaços públicos^[2].

Como se vê, a proposta do Estado para o progresso nacional também passava pelas questões sociais como saúde, educação e trabalho. Conforme Araújo (2012), nos meios médicos e jurídicos, a preocupação com a infância pobre, estava ligada aos aspectos higiênicos, uma vez que o Estado tentava normatizar a sociedade segundo os padrões de comportamento e hábitos cotidianos da sociedade paraense em ascensão. E para que isto acontecesse, de fato, a desordem social e moral nos centros urbanos deveria ser eliminada (CORRÊA, 2017).

2.1. Um estudo polifônico sobre o processo judicial do menor Joaquim Manoel da Silva em Belém do Pará (1895)

O menor Joaquim Manoel da Silva, nascido em Belém do Pará no ano de 1881, era filho de Adelaide Maria de Jesus e residente na Rua dos Mártires, hoje conhecida como Rua Aristides Lobo, no bairro do Reduto. Oriundo de uma família pobre, Joaquim encontrou nas ruas sua forma de sobrevivência, uma vez que não teve o incentivo da família para os estudos ou o direcionamento para um Instituto Disciplinar, que o preparasse para o aprendizado de um ofício, visto que nos finais do século XIX a realidade

[2] Higienismo foi uma medida que influenciou muitas práticas e políticas públicas fortemente implantadas no Brasil. Pode-se dizer que o higienismo, como uma forma de pensar, é um desdobramento da medicina social. A urbanização sem planejamento decorrente da industrialização emergente que acontecia no Brasil no final do século XIX e início do século XX traz como consequência problemas de toda ordem, entre os quais se destacam os de natureza médica: as condições sanitárias ameaçadoras e os surtos epidêmicos. Morria-se de uma ampla variedade de doenças, como varíola, febre amarela, malária, tifo, tuberculose, lepra, disseminadas mais facilmente pela concentração urbana (ALVES, 2012, p. 3302).

da sociedade brasileira era de controlar e disciplinar menores ligados ao crime, que, por sua vez, eram encaminhados aos Institutos de Correção e Disciplinamento de jovens, com o objetivo de prepará-los para o mercado de trabalho (CORRÊA, 2017, p. 142).

Conforme Corrêa (2017), na Belém de 1895 os menores eram geralmente enviados ao Arsenal da Marinha para se alistarem na Companhia de Aprendizes Marinheiros ou de Artífices por meio dos chefes de polícia ou Juízes de Órfãos de qualquer localidade na Província do Pará. Havia também os menores que chegavam à companhia em diversas situações, como sentenciados pela justiça, órfãos, desvalidos, aprendizes, voluntários e filhos de famílias minimamente pobres^[3].

Corrêa (2017) aponta ainda que, para Araújo (2014), as instituições correccionais, sobretudo, as militares, tornaram-se centrais naquele contexto, no que diz respeito à ordem positivista do disciplinamento coercitivo e de adestramento do corpo e do espírito. O Arsenal de Marinha tinha o objetivo, portanto, de disciplinamento do menor para o mundo do trabalho, ajudando na formação do seu caráter e no aprendizado de um “ofício”.

No caso do menor criminoso Manoel Joaquim da Silva, a denúncia pelo crime de furto ocorreu no dia 19 de fevereiro de 1893, pelo administrador do estabelecimento comercial, localizado no mercado público no bairro do Reduto. O caso ficou registrado no processo judicial de código Nº 495.810.835.807-398, no 1º Distrito Criminal da cidade de Belém do Pará. E por esta pesquisa enveredar pela História da Infância, sobretudo, destacando a criminalidade de menores que permaneceram à margem da sociedade por um longo período da história das sociedades, toma-se como fonte desta análise o presente processo judicial (CORRÊA, 2017, p. 142).

E sob este aspecto, Pinsky e Luca (2013, p. 122) afirmam que para se trabalhar com qualquer documentação é preciso saber ao certo do que ela trata, qual é a sua lógica de constituição, bem como as regras que lhe

[3] Os chefes de polícia das Províncias, como da corte, tinham a função de recolherem menores abandonados, órfãos e desvalidos das ruas ou em situações em que o menor não possuísse nenhum parente para ser seu tutor. Os chefes de polícia os enviavam não somente para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, mas outras instituições que acolhiam esses menores, como a Santa Casa de Misericórdia, o Instituto Paraense dos Educandos Artífices, Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha, Liceu Paraense, Nossa Senhora do Amparo e outras da província do Pará (ARAÚJO, 2014, p. 3).

são próprias. No caso dos processos judiciais, é fundamental ter em conta o que são considerados crimes nas diferentes sociedades e como acontecem em diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal, no âmbito do poder judiciário (CORRÊA, 2017).

No referido processo judicial constituem-se as vozes dos sujeitos envolvidos no caso, as testemunhas: Nicolau de Oliveira e Souza, João Antônio Assunção da Silva, Antônio Queiroz da Rocha, Antônio dos Santos Costa e Clarindo José Alves; e do curador, que representava a defesa do menor Joaquim Manoel da Silva. Nessa perspectiva, o discurso dialógico aparece no documento como constitutivo da linguagem e das diferentes vozes que se opõem nos autos do processo, ou seja, o discurso polifônico ou ideológico nas vozes das testemunhas e do curador (CORRÊA, 2017, p. 142). Assim sendo, Barros (1996) caracteriza que o discurso:

É determinado por coerções sociais, está assentado sobre uma ou mais formações discursivas que, por sua vez, correspondem a formações ideológicas; e a partir do reconhecimento de que a língua produz discursos em que falam vozes diversas e também discursos ideologicamente opostos, pois classes sociais diferentes utilizam o mesmo sistema lingüístico, deve-se concluir que na língua se imprimem, com o tempo, os traços desses discursos; a última consideração, decorrente das anteriores, é a de que, a partir do uso discursivo e dos traços impressos na língua, instalam-se nela choques e contradições em que se atraem e se rejeitam elementos tidos como inconciliáveis. (BARROS, 1996, p. 35).

E por analisar estes discursos no caso do menor Joaquim Manoel da Silva, cita-se o escrivão, Fernando de Souza Orestes, do 1º Distrito Criminal da capital paraense, no dia 30 de setembro de 1895, que registrou a denúncia da vítima; e o administrador do estabelecimento comercial, juntamente acompanhado pelas testemunhas citadas nos autos do processo. Em seu depoimento, a vítima acusa o menor pelo furto de alguns objetos de seu estabelecimento (CORRÊA, 2017, p. 147). Em sua fala, ele narra o fato:

[...] No dia 19 de fevereiro de 1893, estava no mercado público como em dias normais, porém já tinha suspeitas de haver algum

se deixado ficar no estabelecimento, porque alguns dos moradores dos compartimentos externos haviam pressentido reunir dentro do edifício, logo pela manhã ao romper do dia, acompanhado de alguns empregados e três portugueses hoteleiros. O menor caminhou para o mercado para fins de penetrar e deu-lhe isca, sendo então encontrado o réo em uma das privadas, tendo junto a si uma cesta, onde ocultava diversos objetos de armarinho, tirados das prateleiras respectivas e o valor dos objetos vale mil réis. (DEPOIMENTO, 1895, página não visualizada).

Percebe-se que no enunciado do administrador do estabelecimento comercial, ele aponta o menor criminoso como alguém que já estava sendo observado por pessoas que faziam parte daquele cotidiano, ou seja, além da vítima, existiam ali outras testemunhas que também compunham o caso. Essas testemunhas dão o seu depoimento a favor da vítima, mencionando o menor como único culpado pelo crime (CORRÊA, 2017). Conforme Brito (2013, p. 36), o enunciado dos sujeitos envolvidos no processo é compreendido como elemento da comunicação em relação indissociável com a vida. Em “os gêneros do discurso”, o enunciado é definido como a unidade real da comunicação discursiva, diferenciando esta unidade (real) das unidades da língua, como palavras e orações (convencional).

Corrêa (2017, p. 147) propõe que o discurso é, segundo Fairclough (2007), uma prática política e ideológica, primeiramente, porque pode reproduzir ou transformar as relações de poder, e, sobretudo, porque é capaz de constituir, naturalizar, manter e transformar os significados de mundo, em posições diversas nas relações de poder.

Na segunda parte do processo, os depoimentos das testemunhas, que em sua maioria presenciou o crime, também acusaram Joaquim Manoel da Silva de ter se apropriado de objetos que não lhe pertenciam. E por ter sido preso em flagrante, o menor foi autuado no art. 3 do código penal de 1890, e no art. 5 por apreensão de objetos furtados. Todavia, o menor, que tinha 13 anos de idade, dentro dos dispositivos legais e regulares do processo, teve por sua defesa a alegação de seu representante legal, o curador Antonio Nunes (CORRÊA, 2017, p. 148), que em seu enunciado afirmou que:

Mediante a classificação do delito, disposto no art. 330, parágrafo 4º do código penal de 1890, não lhe pode ser imposta a jurialidade

correspondente, porém deve ele ser punido de acordo com o art. 30 e da disposição do art. 27, parágrafo 2º, visto que obrou o menor com discernimento como se evidencia da pena dos autos em confirmação do fato exposto. (ATA, 1895, página não visualizada).

De acordo com o curador o réu obrou com discernimento, ou seja, agiu conscientemente, articulando meios para que furtasse os objetos do estabelecimento comercial sem ser percebido. Entretanto, alega que não deve ser condenado pelo fato. Dessa maneira, entende-se que o discurso do curador, embora considerado um defensor do menor criminoso, era ideologicamente impregnado de descaso, o que era pertinente à realidade da infância brasileira no contexto sócio-histórico republicano. Nesse sentido, trata-se do discurso ideológico das vozes que se observa neste caso, uma vez que retratam a realidade social, política, econômica e cultural daquele momento histórico (CORRÊA, 2017).

No Círculo de Bakhtin^[4] a palavra ideologia tem significado diferente daquele usado por parte da tradição marxista. Segundo Faraco (2003, p. 46), em criação ideológica e dialogismo, nos textos do círculo a palavra ideologia é usada em geral para designar o universo dos produtos do “espírito humano”, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura imaterial ou produção espiritual; chamado também, numa terminologia materialista, de formas da consciência social. Assim, ideologia, para o Círculo de Bakhtin, abrange um grande universo: a arte, a filosofia, a ciência, a religião, a ética, a política.

No presente objeto de discussão, a categoria de análise é o discurso polifônico dos sujeitos envolvidos no processo, cuja realidade é a situação do menor criminoso Joaquim Manoel da Silva, que, por uma questão socioeconômica, viu-se sem recursos financeiros para o seu sustento e de sua família, sendo então levado a furtar objetos que seriam posteriormente repassados em troca de alimentos ou dinheiro (CORRÊA, 2017).

^[4] Segundo a Professora Maria Teresa Freitas, estudiosa da obra de Bakhtin, existe, hoje, uma forte tendência em reconhecer que Mikhail Bakhtin não foi o autor de várias obras que até um tempo atrás considerava-se que ele tivesse assinado com pseudônimos. Acredita-se que Volochinov, Bakhtin, e outros compunham um grupo de estudos em torno de um mesmo assunto e com ideias muito próximas. Este grupo, hoje, é denominado Círculo de Bakhtin (CORRÊA, 2017).

Nessa perspectiva, Bakhtin ressalta que todo produto ideológico parte de uma realidade (natural ou social), possui um significado e remete a algo que lhe é exterior, ou seja, é um signo. Por exemplo, um corpo ou um instrumento qualquer de produção, são simplesmente um corpo e um instrumento de produção; não tem necessariamente significado. Não sendo ideológicos, podem ser percebidos de formas significantes e, desse modo, dotados de simbolismo, passam a refletir e a refratar possíveis outras realidades e a representarem algo (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1988, p. 31).

Por fim, tendo em vista os inquéritos apurados sobre o presente processo judicial, a justiça da cidade de Belém do Pará pede que o denunciado seja punido com as penas do art. 330, parágrafo 4º do código penal, depois de ter ouvido as testemunhas e o curador supra nomeados na forma da Lei. No mais, o caso se apresentou como uma realidade recorrente na maioria das capitais do país naquele período, visto que muitos menores viviam em situação de risco, como Joaquim Manoel da Silva, e encontravam nas ruas uma forma de sobrevivência. Em contrapartida, a ação do Estado frente ao problema da criminalidade infantil foi de repreensão e disciplina. Os aparelhos policiais, as forças armadas e as autoridades se aliaram, combatendo o ócio e os vícios dos considerados “delinquentes” (CORRÊA, 2017).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da infância no Brasil era de divisão de classes. O desca-so com a infância pobre e a exploração infantil também faziam parte desta realidade, que não teve suas raízes no Brasil. O crescimento da população de menores ligados ao crime de vadiagem/vagabundagem acompanhou o ritmo frenético da industrialização nas principais capitais do país. Em contrapartida, a cidade de Belém do Pará enriqueceu com o projeto de modernização em decorrência da economia da borracha, revolucionando o modo de vida das pessoas. A capital paraense também foi atingida pelos reflexos da criminalidade de menores.

O estudo aqui apresentado realizou uma análise do caso do menor Joaquim Manoel da Silva, natural da cidade de Belém do Pará, no ano de 1895 em processo judicial, que foi condenado por crime de furto. Nesse

contexto, o cotidiano da criança que deveria ser de acolhimento por meio do lar e da escola passou a dar lugar ao abandono e à falta de cuidados por parte das famílias pobres. As ruas foram baldando lugares que outrora garantiam proteção à criança e as práticas delituosas acabaram transformando o seu cotidiano.

A partir dos discursos polifônicos constituídos nas vozes dos sujeitos arrolados no processo judicial do menor, chegou-se à categoria de análise do Discurso Narrativo Polifônico, que está inserida na abordagem do Discurso Dialógico de Bakhtin, o que possibilitou por meio deste processo: identificar os enunciados dos sujeitos envolvidos no caso; caracterizar a formação ideológica contida nos discursos dos sujeitos; e, examinar os discursos polifônicos narrativos por meio do processo judicial, vislumbra-do como uma fonte documental possível de se esboçar uma compreensão conjuntural em que se desenvolveu o crime.

Sabe-se que o período destacado ficou marcado por diversos acontecimentos sociais, econômicos e políticos no Brasil. A sociedade patriarcal da recém Proclamada República galgava por interesses que vislumbravam a hegemonia da classe dominante. A população pobre do país ficou subjugada às forças dominantes de produção e todo o crescimento econômico não acompanhou o desenvolvimento da sociedade como um todo, desvelando que sobre esta realidade ainda havia muito a se fazer. Sendo assim, o resultado inicial desta pesquisa demonstra um viés da sistematização dos discursos narrativos da história da infância construída em Belém de 1895 por meio de processo judicial como fonte documental de análise histórica do referido caso.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laura Maria da Silva Araújo. Proteção e assistência à infância desvalida no Pará (1912-1934). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, IX. *Anais* [...]. João Pessoa, 2012.

ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. Entre a criminalidade e o cotidiano militar: a inserção de menores nas Forças Armadas no Pará em finais do século XIX. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA INFÂNCIA NA

AMAZÔNIA, II.; COLÓQUIO CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, CULTURA E EDUCAÇÃO, IV. *Anais* [...]. Belém: ICED-UFPA, 2014.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zabar Editores, 1978.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. *In*: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

BRAIT, Beth. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

BRITO, Pedro Amaro de Moura; BRITO, João Rodrigo de Moura; MIO-TELLO, Valdemir. **Palavras e contrapalavras: Glossariando conceitos, categorias e noções em Bakhtin**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

CORDEIRO, Sandro da Silva; COELHO, Maria das Graças Pinto. **Descortinando o conceito de infância na história: do passado à contemporaneidade**. Jun. 2007. Disponível em: http://www.faced.uf.br/colu-lhe06/analista/arquivo/76SandroSilvaCordeiro_MariaPintoCoelho.pdf. Acesso em: 07 set. 2015.

CORRÊA, Liliane da Silva França. **A infância em processos judiciais em Belém do Pará: da criminalidade aos discursos jurídico-assistencialistas para a educação do menor desvalido (1890-1930)**. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8691>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FAIRCLOUGH, Normam. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UNB, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

RAMOS, Fabio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Marco Antonio Cabral. Criança e criminalidade no início do século. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

STEINBERG, S. R.; KINCHELOE, J. L. (org.). **Cultura Infantil: a construção corporativa da infância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000100018> Acesso em: 06 set. 2015.

FONTE

PARÁ. Tribunal de Justiça. **Processo Judicial de Joaquim Manoel da Silva**. Código do Processo: 495.810.835.807-398. Belém, PA, 1895. Arquivo do Centro de Memória da Amazônia (CMA). Fonte descrita por Liliane da Silva França Carrilho, durante os meses de abril, maio e junho de 2016.

Infâncias da Amazônia bragantina no Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão de 1876^[1]

Ketno Lucas Santiago^[2]
Ana Paula Vieira e Souza^[3]

Resumo: O texto trata da análise da situação e do perfil sócio-histórico de crianças negras e escravas classificadas para o trabalho no Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão de 1876, do século XIX, como possibilidade de serem libertas, do acervo público municipal de Bragança, estado do Pará. O objetivo principal da pesquisa foi caracterizar as crianças aptas ao trabalho considerando os critérios de classificação: nome, cor, idade, sexo, profissão, família, aptidão para o trabalho, valor de ven-

^[1] A pesquisa faz parte das ações desenvolvidas no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação, GEPTE/Linha Trabalho e Infâncias com/sobre crianças, principalmente, pela escassez de discussões históricas em Escolas da Amazônia bragantina. Ainda, parte das análises do Fundo de Emancipação compôs uma subseção na Dissertação de Mestrado, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA/UFPA).

^[2] Doutorando em História Social (PPGHIS/UFES), Mestre em Linguagens e Saberes (PPLSA/UFPA), Especialista em Educação (IFES), Historiador, Bolsista FAPES. E-mail: ketnolucas@gmail.com

^[3] Professora da Universidade Federal do Pará, Doutora em Educação (UFPA), Pós-Doutorado em Linguagens (UNIOESTE), e do Programa Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros (NEAB). E-mail: paulladesa@ufpa.br

da, nome da família do senhor escravista. O método de abordagem é da pesquisa histórico-documental como fonte histórica. Os resultados indicam que o Estado brasileiro destinou recursos via Fundo para os senhores escravagistas como pagamento para libertar as crianças negras e livres. Esse Fundo foi amparado legalmente pela Lei do Ventre Livre, nº 2.040, de 1871. Ainda, revelam que as crianças negras estavam aptas aos mais diferentes tipos de trabalho, tanto na lavoura, serviço doméstico, como em olarias. Conclui-se que, mesmo o Estado destinando indenizações aos senhores bragantinos, nem todas as crianças tiveram o direito à liberdade, pois elas continuavam sendo exploradas até a idade de 21 anos, sob o poder dos senhorios e do poder do Estado.

Palavras-chave: Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão; infâncias; crianças.

INFANCIAS DE LA AMAZONÍA BRAGANTINA EN EL LIBRO DEL FONDO DE EMANCIPACIÓN DE LA ESCLAVITUD DE 1876

Resumen: El texto trata del análisis de la situación y del perfil socio histórico de niños negros y esclavos clasificados para el trabajo en el Libro del Fondo de Emancipación de la Esclavitud de 1876, del siglo XIX, como posibilidad de que fueran libertadas, del acervo público municipal de Bragança, estado de Pará. El objetivo principal de la pesquisa fue caracterizar a los niños aptos al trabajo considerando los criterios de clasificación: nombre, color, edad, sexo, profesión, familia, aptitud para el trabajo, valor de venta, nombre de la familia del señor esclavista. El método de abordaje es de la pesquisa histórico documental como fuente histórica. Los resultados indican que el Estado brasileiro destinó recursos vía Fondo para los señores esclavistas como pago para libertar a los niños negros y libres. Ese Fondo fue amparado legalmente por la Ley del Vientre Libre, nº 2.040, de 1871. Aún, revelan que los niños negros estaban aptos a los más diferentes tipos de trabajo, tanto en el cultivo, servicio doméstico, como em cerámicas. Se concluye que, aunque el Estado destine indemnizaciones a los señores bragantinos, no todos los niños tuvieron el derecho a la libertad, pues ellas continuaban

siendo explotadas hasta la edad de 21 años, so el poder de los señores y del poder del Estado.

Palabras clave: Libro del Fondo de Emancipación de la Esclavitud; infancias; niños.

1. CONVERSAS INICIAIS...

O Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão, datado de 1876, mostra a presença das infâncias negras no contexto histórico, do passado da Amazônia bragantina do século XIX, é uma documentação historiográfica arquivada no setor público do município de Bragança, estado do Pará, analisado por nós. Nele localizamos diversos registros de crianças aptas para o trabalho. Diferentes foram as profissões impostas às infâncias negras que tiveram seus nomes registrados no Livro do Fundo, são crianças entre 4 e 12 anos.

Trata-se de um Livro histórico pela riqueza de registros e pelos detalhes a respeito de infâncias negras, se constitui como uma documentação importante e necessária para se compreender alguns aspectos estruturais das relações entre abandono e assistência às crianças no contexto da sociedade imperial brasileira, bem como, para apreender a ação dos senhores escravistas ao valor do trabalho de meninos e meninas e o mecanismo da Lei do Ventre Livre na jurisdição em favor dos senhorios e a trajetória da segregação de crianças.

A historiografia do Brasil a respeito das infâncias é muito recente, idos da década de 1980, pela historiadora Marcílio (2019, p. 17), são pesquisas de “crianças ilegítimas e de crianças abandonadas em nosso passado”, inter-relacionadas, as desvalidas, as escravas, as expostas, os ingênuos e as formas que o Estado brasileiro buscou para assisti-las. Muitas crianças desamparadas pelas duas pandemias, “da febre amarela (1849) e a do cólera em (1855)” (Id., p. 223).

Para as crianças órfãs, o Brasil colônia e imperial adotou fases desde a caritativa (roda dos expostos), o assistencialismo e a filantropia às infâncias desamparadas, tendo “como marca principal o sentimento de fraternidade humana” (MARCÍLIO, 2019, p. 151). Mas é na década de 1870, com a criação da Lei do Ventre Livre em 1871, que as políticas de amparo às crianças foram repensadas para a aptidão de crianças ao trabalho. Essa

etapa filantrópica buscou inculcar às filhas e aos filhos livres de mães escravas, o discurso ideológico da disciplina e do apego ao trabalho, pois a classe burguesa estava temerosa em ficar “sem trabalhadores domésticos”, sem a sua mão de obra produtiva.

O ano de 1871 representou uma fase de mudanças sociais para as infâncias desvalidas no Brasil, desde as rodas dos expostos para o sistema de internatos, são transformações que atravessam a história de crianças negras há mais de 500 anos. A Lei do Ventre Livre delega a autoridade aos senhores de filhas e filhos nascidos de mulheres escravas a criação até os oito anos de idade, após essa idade caberia ao senhorio optar em permanecer explorando a criança até a idade de 21 anos ou ser indenizado pelo Fundo de Emancipação da Escravidão, portanto, receber um valor do Estado.

Ao considerar a historiografia brasileira a respeito das infâncias negras, marcada pela roda dos expostos, pela assistência caritativa e filantrópica, sem um limite de idade do ser criança, caracterizada pelo desamparo e outros fenômenos como mortalidade, fome, miséria, guerra, escola, disciplina, maus-tratos, violência, ora por questões do trabalho no entorno das casas grandes no Brasil, que essa pesquisa analisa o Livro de Emancipação da Escravidão de 1876, com registro de crianças aptas para o trabalho ao classificar as infâncias como possíveis libertas.

A política social nesse contexto histórico do Brasil, ao criar o Fundo de Emancipação da Escravidão de 1876, foi direcionada ao discurso ideológico da filantropia às infâncias livres e registradas no Livro da Comarca de Bragança, na segunda metade do século XIX, período da regência do Império Monárquico. Trata-se de um fenômeno sustentado pelo sistema escravocrata à época, aviltante, tardio, em atraso com os ideais de crescimento e urbanização, passados doze anos, ocorreu a abolição da população negra escravizada no país.

No Brasil, o longo período da escravidão, entre a Colônia e o Império, deve ser compreendido por vários aspectos do econômico, político, social e do abandono de crianças, com destaque para a presença da população negra do Continente África, forçada ao trabalho escravo, em todos os setores da economia brasileira, do trabalho na agricultura ao da mineração. O comércio do trabalho escravo cumpriu o papel de promover o processo de colonização dos europeus na apropriação de terras.

O século XVIII é marcado pelo enfraquecimento da política escravista, fruto das políticas do movimento abolicionista e de interesses

econômicos com a gênese das revoluções, são elementos determinantes para as mudanças ocorridas em países como Inglaterra e França. Nesses países um conjunto de ações no campo das ideias pelo mundo, as chamadas “Era das Revoluções”, identificadas como a revolução industrial, a revolução francesa, a revolução do Haiti, conforme Hobsbawn (2015), motivaram as lutas populares, principalmente, os ideais libertários de independência e abolicionista.

Esse movimento abolicionista reuniu e influenciou pessoas no Brasil a organizarem outras ações políticas, como em 1789 a Inconfidência Mineira, em 1798 a Conjuração Baiana e no ano de 1817 a Revolução Pernambucana, no estado do Pará a revolução da Cabanagem de 1835, entre outras atuações na luta pelo fim da escravidão, pelo direito do escravo e pela independência do país da colônia portuguesa. As duradouras batalhas e levantes no país contaram com a participação de pessoas de diferentes classes sociais, do negro e negra, da população indígena, de caboclos da Amazônia, proprietários de comércios, políticos etc. (COSTA, 2007, p. 32).

As transformações socioeconômicas e políticas, motivadas pela maquinaria da revolução industrial na Inglaterra, passaram a exigir dos países, inclusive do Brasil, outro modo de produção do trabalho humano, formar um novo tipo de homem no dizer de Gramsci (2011), o trabalho assalariado. São conceitos para inculcar novos ideais no campo político para gerar a ampliação do mercado de consumo. Era preciso expandir, escoar a produção por meio de uma mão de obra assalariada, um novo formato de exploração do sistema capitalista (COSTA, 2007).

Esses elementos são os motivadores de a Inglaterra impor ao comércio bloqueios, pressionar o Governo Imperial pelo fim da escravidão como força de trabalho. Os vários conflitos de interesses entre classes, formadas por moradores da metrópole, comerciantes e proprietários de fábricas, eram contrários aos interesses dos senhores escravagistas agricultores. Certa vez no parlamento, um deputado fluminense, senhor Rodrigues Torres, defendeu os interesses do setor agrícola: “se não tomarmos alguma providência que proteja os interesses agrícolas, única indústria no Brasil, ficaremos a bem depressa reduzidos à classe operaria”^[4] (MATTOS, 2004, p. 47).

^[4] O autor Ilmar Mattos (2004) faz referências aos *Anais do Parlamento Brasileiro*, Câmara dos Deputados, Sessão de 11 de agosto de 1843, p. 717.

O conflito de interesses do setor dominante do Brasil marca o período histórico oitocentista, em manter o sistema perverso da escravidão, que, segundo Moura (1994), se dividiu em duas fases, uma antecede o ano de 1850, o “escravismo pleno^[5]”, e, a segunda fase com a publicação da Lei Eusébio de Queiroz, Nº 581 de 1850^[6]. Essa Lei estabeleceu medidas para restringir o tráfico de negros do Continente África, o “escravismo tardio^[7]”.

O declínio da escravidão no Brasil é impulsionado por Leis e Decretos que estabeleceram marcos regulatórios para limitar a prática escravista no país (BRASIL, 2012). A Lei do Governo Feijó de 1831^[8] estabeleceu o fim do tráfico e considerava livre todo negro vindo de fora. A Lei Eusébio de Queiroz, Nº 581 de 1850, proibiu o tráfico de pessoas do Continente África. Muitos “traficantes estrangeiros foram expulsos do país e as autoridades reforçaram a fiscalização” (COSTA, 2007, p. 287). Outras Leis^[9] foram aprovadas no Brasil Império punindo navios que transportassem pessoas do Continente África.

Desses conjuntos de legislações constituídas no Brasil Império, destaca-se a Lei do Ventre Livre, Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, por declarar livre os filhos de mulheres escravas, nascidos a partir da publicação dela. A Lei do Ventre Livre indicava libertos os filhos de pessoas escravas da nação e outros países; ainda estabelecia a forma de criação e tratamento daqueles filhos menores e a libertação anual de escravos com a aprovação do Fundo de Emancipação da Escravidão.

[5] O escravismo pleno indicava que “as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior” (MOURA, 1994, p. 52).

[6] Lei Eusébio de Queiroz. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. (BRASIL, 2012, p. 159).

[7] O escravismo tardio foi um período marcado por um conjunto de medidas, que enfraqueceram o sistema escravista. Lei para proibir o tráfico da população negra. Investimentos financeiros para outros setores econômicos; construção de bancos, ferrovias, linhas de telégrafos e outros.

[8] Lei do Governo Feijó, de 7 de novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos (BRASIL, 2012, p. 69).

[9] Lei Nº 731 de 1854. Decreto Nº 3.310 de 1864, concedeu emancipação dos africanos do Império. Lei Nº 1.237 de 1864 tratou dos escravos pertencentes às propriedades agrícolas como objeto. Decreto Nº 1.695 de 1869, proibindo a venda de escravos em pregão e em exposição pública (BRASIL, 2012).

Imagem 1

Texto original da Lei Nº 2.040/1871 encaminhado ao Senado Federal.



Fonte: Imagem extraída do livro (BRASIL, 2012, p. 531).

Enfatizar a Lei do Ventre Livre tem o sentido de compreender o Fundo de Emancipação da Escravidão como instrumento dessa Lei, que contribui para o entendimento de libertar-se do outro, do sistema de exploração. Uma Lei composta por dez artigos, conforme enuncia o manuscrito original da redação final do projeto de Lei encaminhado ao parlamento brasileiro à época.

A Lei do Ventre Livre enuncia a respeito do tratamento dado aos filhos de pessoas escravizadas com idade até oito anos, pois estabelece outra interpretação, a partir dessa idade, o senhor de escravo tinha a opção de devolver para o Estado, ainda receber uma indenização no valor de 600\$000, bem como, de explorar a força de trabalho de crianças até a idade de 21 anos (BRASIL, 2012, p. 527).

As comarcas recebiam recurso do Império para dar amparo legal à Lei do Ventre Livre e constituírem o Fundo de Emancipação da Escravidão, que favorecia o senhor dos escravos. A emancipação e a luta pela liberdade, historicamente, contribuiu por motivar resistências e enfrentamentos do negro contra os senhores brancos, pois o Fundo de Emancipação da Escravidão, no contexto histórico da Lei de 1871, manteve os interesses de classes, pois eles controlavam a liberdade dos negros escravos.

A emancipação, assim como o fim do sistema escravocrata, foi morosa, controlada pelo Estado e pelos interesses de senhores, todavia os negros atuavam em defesa da sua liberdade, lutas e resistências fizeram parte dos seus discursos, de outro modo, os senhorios insistiam em adiar o fim da abolição. Esse período histórico de debates no Brasil culminando na aprovação da Lei do Ventre Livre, uma política de controle garantida pelo poder estatal brasileiro, sobretudo, em determinar quem seriam os libertos, será implementada pelo Fundo.

O Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão mostrou os interesses díspares, de um lado o de manter a servidão, de outro enfrentar para se libertar do sistema servil. Com isso, muitos processos contra a forma de classificação dos negros escravizados, os possíveis libertos. Esses enfrentamentos da população escravizada foram pautados na Lei de 1871, que garantia a eles a sua emancipação.

Um desses interesses mostra que o discurso ideológico do Fundo é permeado de conflitos de interesses econômicos de classe social, as das

famílias bragantinas escravistas, pois mostra a história de crianças negras subsumidas ao trabalho escravo. O Livro do Fundo revela a existência de infâncias negras escravizadas que serviram de base para o desenvolvimento econômico da região amazônica.

A história social da criança do Brasil do século XIX mostra que as mães negras sofriam pelo afastamento de suas crias, que sempre existiu por parte delas o cuidado com as crianças, nesse período de uma “sociedade pobre e escravista”. As mães negras em condições de escravas lutavam para impedir a separação de seus filhos e filhas. Do mesmo modo essas mulheres sofriam quando seus filhos eram arrancados dos seus colos e levados para a roda dos expostos, pois não podiam amamentá-los porque eram obrigadas a dar de mamar às crianças da Casa Grande (PRIORE, 2008, p. 11).

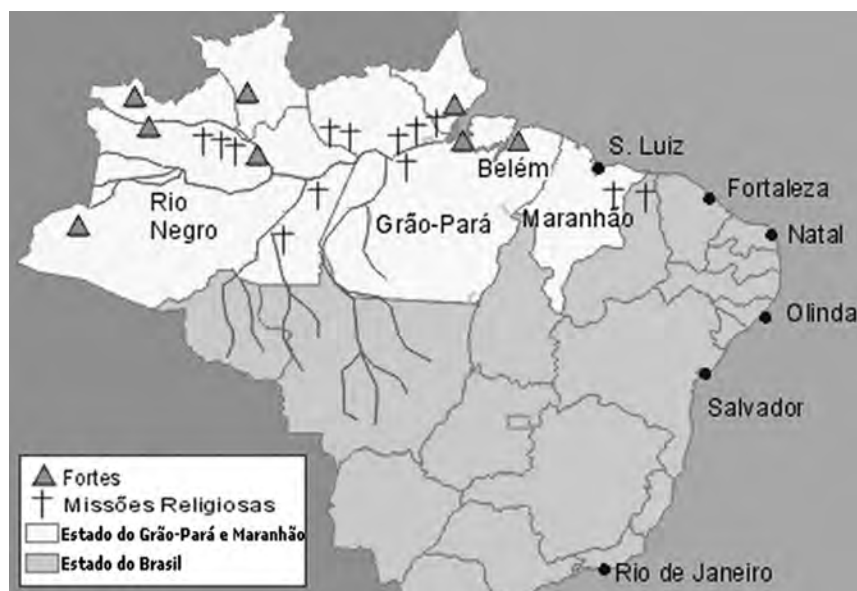
Considerando esse período histórico marcado pelas narrativas historiográficas, que mostram a existência de “dolorosas separações entre pais e filhos”, existia uma “preocupação com o destino dado aos seus filhinhos de coração”, pois na população de mães negras sempre existiu um sentimento de afeto à criança no contexto brasileiro. Essa forma de retirar delas o cuidado de seus filhos e filhas é caracterizado como um “sofrimento e violência”.

O Livro do Fundo de Emancipação indica índices elevados da população negra, tanto crianças, mulheres, como homens, listados para possíveis libertações e aptos ao trabalho.

2. POPULAÇÃO NEGRA NA REGIÃO AMAZÔNICA

A região amazônica é formada pelos “Estados do Pará e Maranhão e abrangia o Ceará, Piauí [...] até os Estados do Amazonas e Acre, com áreas de fronteiras com Roraima, Rondônia e Amapá” (GOMES; SCHWARCS, 2018, p. 107). Todavia, a inclusão definitiva da Amazônia ao espaço geográfico do dia a dia do português na América, segundo Salles (2005), somente ocorreu em 1616, com a fundação da cidade de Belém, conforme mostra o mapa da imagem 2.

Imagem 2
Capitania do Grão-Pará.



Fonte: <http://twixar.me/Ds0K>.

Na Província do Grão-Pará não foram numerosas as pessoas negras escravizadas de origem do Continente África, como no Maranhão. Em “1830 mais de 20.514 africanos foram trazidos para o Grão-Pará” (GOMES; SCHWARCS, 2018, p. 111). Na região amazônica “cerca de 58.895 pessoas do Continente África submetidas ao sistema de exploração da força de trabalho, os escravos cativos africanos” (BEZERRA NETO, 2012, p. 202). Os trabalhos forçados eram nas cercarias da cana-de-açúcar.

Todavia, “a história da escravatura africana no Pará se escreveu com os mesmos processos, determinando, como em toda parte, as mesmas reações do escravo”. Os negros submetidos ao trabalho na lavoura da cana-de-açúcar e nos engenhos contribuíram para a economia se expandir. Na Província do Grão-Pará existiu uma política social de povoamento diferente de outras regiões do Brasil, com semelhança da região da Amazônia. A Província do Amazonas se destacou por constituir uma população

no geral, dividida entre pessoas livres e escravizados, livres entre adultos e crianças, correspondendo “21.982”, e no sistema servil – adultos e crianças correspondiam ao quantitativo de “700” pessoas (COSTA, 2016, p. 52).

Uma caracterização da Província do Grão-Pará foi o número de matrículas de pessoas escravas pela Lei do Ventre Livre, “19.729”. Todavia, “o censo geral do Império” contabilizava “27.199” pessoas cativas^[10], portanto representou uma diferença de “7.470”^[11] (LOBO, 2015, p. 24). Essa discrepância no registro da história do Brasil limita quantificar os inscritos no Fundo de Emancipação no estado do Pará.

Pesquisar a história do negro na Amazônia paraense para se pensar a respeito do registro de classificação de crianças negras no Livro do Fundo de Emancipação, não como uma situação isolada, mas no contexto da escravidão do adulto, de famílias escravizadas, no cenário da política abolicionista, na luta e resistência do negro pelas fugas, para compreender uma determinada classificação de práticas constituidoras cujos elementos indiquem que uma criança de 4 anos tem aptidões para o trabalho na lavoura, no trabalho doméstico, pois é uma prática carregada de interesses de classe, de poder, de força política, na Amazônia bragantina.

De um lado verifica-se as limitações da Lei do Ventre Livre, e de outro identifica-se no Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão um conhecimento da pesquisa como fonte documental no vasto campo da historiografia do saber do registro da história das infâncias negras no arquivo público do município de Bragança.

3. ASPECTOS DO MÉTODO DA PESQUISA

Bragança é um município localizado na região nordeste do Pará, distante da capital Belém, estado do Pará, 211 km. É um lugar banhado pelo oceano Atlântico, historicamente é conhecido pela festividade de São Benedito e pela Marujada, além da praia de Ajuruteua.

^[10] Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Pará, 2015.

^[11] O autor se refere ao número de escravos matriculados extraído do Livro do Estado Servil e a Respectiva libertação, Luiz Francisco da Veiga. 1876. BDSF.

É nesse contexto de ser um município histórico que Bragança acomoda um acervo documental. O Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão pertence ao arquivo municipal. Nesse espaço localizou-se vários outros Livros de registros de crianças, mulheres e homens indicados a serem libertos ou não.

No Livro do Fundo de 1876 há um quantitativo maior de crianças indicadas à liberdade. Nele a classificação começa pelo nome da pessoa escrava, idade, profissão, aptidão, valor de venda, senhor escravista etc., sem evidenciar a emancipação. Por isso, é necessário contextualizar o movimento de emancipação no Brasil, aliado em favor da luta, do enfrentamento e da liberdade com a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871, entre outras formas de enfrentamentos de mulheres e homens escravizados na resistência ao poderio do senhor.

Metodologicamente, a pesquisa é do tipo historiográfica, com a leitura crítica, identificação de crianças listadas no Livro do Fundo, análise do documento de modo físico. A abordagem da pesquisa é com dados qualitativos e quantitativos, no uso da técnica de dados estatísticos para mostrar a faixa etária das crianças, a cor da pele atribuída a elas, profissão, aptidão para o trabalho, o valor de venda, os nomes dos senhores escravagistas de Bragança.

Na visita ao arquivo municipal, em 2017, nos deparamos com um rico material histórico, em condições de leitura e de manuseio. Nas várias idas ao acervo para garimpar documentos localizou-se outros Livros do Fundo de anos anteriores, interessou o ano de 1876 por historicamente ser fonte documental sem modificação tecnológica. Os Livros de 1874 já tinham sido alterados, estavam digitados e raras informações das infâncias negras.

Após a escolha do Livro do Fundo de 1876, criou-se uma agenda de visita estabelecida entre pesquisadores e o historiador responsável pelo espaço. As visitas para a geração dos dados duraram um ano e ocorriam no espaço do arquivo municipal, duas vezes por semana para a leitura do material e as devidas anotações relacionadas às crianças.

É importante destacar que a leitura do Livro do Fundo não foi de fácil assimilação devido o tipo de escrita, muitas vezes recorremos ao historiador do acervo para os devidos esclarecimentos.

Diante dos dados gerados, a leitura e a organização, o material foi analisado sob a teoria do Círculo de Bakhtin, pois interessou as discursividades ideológicas que permeiam o documento, o contexto histórico, as

condições que se escreveu o Livro, o sentido de classificação de crianças, pois interessa no dialogismo observar o dito e o não dito em uma fonte documental. No documento histórico é preciso observar outras vozes que atravessam os enunciados do documento do Livro do Fundo de Emancipação.

As discursividades, para Bakhtin (2014, p. 28), não existem fora de uma relação dialógica entre “o eu e o outro”, pois “eles têm como unidades da comunicação discursiva peculiaridades estruturais comuns [...]”. O dialogismo é uma forma concreta da linguagem em que os enunciados são constituídos por relação contínua, um existir outro enunciado, um discurso ideológico manifestado”. Nesse sentido, “as relações dialógicas são relações (de sentidos) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva”, também são lugares da contradição e de lutas do já dito.

O discurso, para Souza (2014), tem o sentido de conjunto de enunciados marcados pelas regularidades, mas que pode aparecer discursivamente com sentido diferente, se define pela sua relação com o discurso ideológico em um contexto social e histórico. O discurso ideológico, no dizer de Souza (2014), apresenta discursividades, é constituído por representações relacionadas às lutas de classes, por isso para a autora, o enunciado do texto é carregado de um outro discurso, muitas vozes que significam o sentido das relações estabelecidas nas interações sociais.

De posse do material de análise foi possível eleger algumas categorias analíticas conforme as variáveis. As categorias analíticas mostram na leitura do Livro do Fundo de Emancipação a forma como os senhores de Bragança percebiam as infâncias negras. Há uma discursividade de a criança negra, filha, filho de pessoas escravizadas não serem percebidas como crianças, mas como pessoas adultas. As crianças são classificadas no Livro pelas aptidões, nomes, etnia, idades, sobretudo, aptas para trabalhar e os tipos de trabalho, o possível valor a ser pago pela sua liberdade.

4. INFÂNCIAS DA AMAZÔNIA BRAGANTINA NO REGISTRO DO LIVRO DO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO DA ESCRAVIDÃO

A história das infâncias do Brasil tem aspectos diferentes de outras historiografias como a da França, estudada pela iconografia. “A historio-

grafia brasileira, até fins de 1908, pouco se ocupou da criança e mesmo da família” (MARCÍLIO, 2019, p. 17).

A historiografia mostra que as infâncias negras foram as mais desprezadas. E a Lei do Ventre Livre de 1871 estabeleceu, aos filhos da mulher escrava nascidos no Brasil Império, a condição livre (BRASIL, 2012), bem como, de ficarem em poder dos senhores e de suas mães até a idade de 8 anos. Nesse sentido, aparece o “ingênuo”, na fronteira entre a liberdade e a escravidão. “[...] em 1888 o ingênuo passa a ser tratado como órfão” (LOBO, 2015, p. 24).

Ocorre que a Lei do Ventre Livre manifesta o discurso ideológico do poder do Estado em determinar as condições para libertar a criança negra, filha, filho de uma mãe escrava na idade de 8 anos. Do contrário, ela não se emancipava apenas pela idade, pois dependia de o senhor escravista optar por receber uma indenização do Estado ou não. O valor da indenização foi taxado em 600\$000 (seiscentos contos de réis). Havia a possibilidade de o senhor optar pela exploração do trabalho, que se iniciava dos 8 anos até os 21 anos.

Além de o senhor escravista ter a opção de emancipar ou explorar, cabia a ele o direito de escolher que serviços as crianças negras estariam aptas para realizar a partir dos 8 anos de idade. O senhor era indenizado pela “criação” de crianças negras. O fato é que os senhores quase sempre optavam em libertar a criança após 8 anos.

No Brasil Império a infância de crianças negras escravizadas foi determinada pela idade de 8 anos, logo deviam deixar as brincadeiras para o trabalho como pagamento da sua alimentação. O país alcunhou vários termos para dizer de crianças, de “cria da casa” um “protegido privilegiado do senhor que o tem em sua casa” (MATTOS, 1991, p. 128). Os termos moleque e moleca “indicavam que a criança tinha entre treze e quatorze anos” (NEVES, 1993, p. 56). Na Lei do Ventre Livre, de 1871, a infância e a criança são consideradas “menores de idade” ou “menor ingênuo”.

Conforme se observa na história social da infância no Brasil, as legislações não trataram a categoria criança, do contrário utilizaram termos estereotipados para representar o sujeito infantil, como desvalidos, em situação de abandono, órfãos etc. Esse tempo histórico entre o período colonial e imperial é marcado pela alta de taxa de mortalidade infantil, do abandono, da falta de cuidados, ausência de afeto, vários tipos de doenças e maus-tratos às crianças negras filhas de mães escravas.

Os discursos ideológicos manifestados nos documentos oficiais do Brasil recorrentemente utilizaram as expressões “meúdos”, “ingênuos”, “infantes” para expressar a criança negra (PRIORE, 2008, p. 84). Nas discursividades da sociedade de classes a infância significou um tempo sem relevância, um momento de transição, um ser que precisava ser salvo da criminalidade, alguém para o futuro. As infâncias de crianças negras, historicamente no Brasil, são marcadas pelo sofrimento, castigos, abusos, submissão ao trabalho infantil como algo natural, um fenômeno de negação do ser criança.

Por isso, considerar o Fundo de Emancipação como um instrumento viável, um elemento a mais para a conquista da liberdade de crianças negras filhas de mães escravas, significou algo legítimo. Ainda que a Lei do Ventre Livre e do Fundo de Emancipação manifeste um caráter de liberdade controlada pelo Estado e pelos senhores escravistas, garantia indenizações e do negro recorrer ao processo de liberdade.

Além da utilização do pecúlio para compra de alforrias diretamente dos senhores, conforme Costa (2007) mostra, o Fundo contribuiu no processo de emancipação, libertou um número de pessoas escravas. Todavia, o Fundo de Emancipação da Escravidão na Província do Grão-Pará não representou um número significativo na libertação de homens, mulheres e crianças, o interesse do estudo.

Considerando como referência “a primeira redistribuição do Fundo de Emancipação de 1875, a Província do Pará possuía 22.924^[12] escravos”, todavia, “[...] constam terem sido classificados apenas 3.830 escravos, [...] 17% da população escrava matriculada” (NEVES, 2014, p. 133). Em Bragança entre 1874 e 1876 são mais de 30.000 a população de escravos^[13] (BRASIL, IBGE, 2000). Esses números contribuem para a compreensão de uma série de variáveis, quantitativo e social na análise de crianças classificadas no Livro do Fundo da Amazônia bragantina.

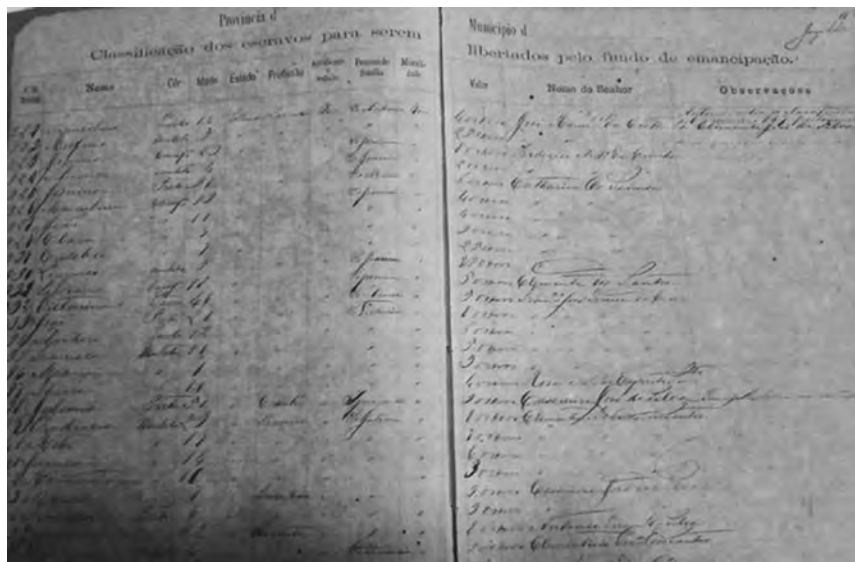
[12] Ver na Dissertação de Neves (2014), sobre o Relatório da Presidência da Província do Pará, 15 de fevereiro de 1876, p. 53-54.

[13] Fonte: REIS, J.J. Presença Negra: conflitos e encontros. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 91.



Imagem 3

Livro do Fundo Municipal de Emancipação da Escravidão.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Bragança.



O não cumprimento da lei que destina recursos ao Fundo de Emancipação da Escravidão, provocou o movimento abolicionista, que não viu o fim da escravidão em processo, neste sentido procurou expandir as suas mobilizações e discussões acerca da ampliação de medidas emancipacionistas. No dizer de Costa (2007, p. 337), “Rui Barbosa calculava que, se fossem esperados os efeitos da lei, a escravidão só estaria extinta nos meados do Século XX”. Isso reflete o quão ainda estava longe de chegar ao fim da escravidão no Brasil.

Considera-se, portanto, que a Lei Nº 2.040/1871, no dizer de Nabuco (2010), visou “a extinção da escravatura dentro de um prazo de meio século”, ou seja, acreditava que a lei era um processo e que ao longo dos anos a escravidão iria se acabar, porém o processo não estava se dando assim, para o autor não existia contradição, a extinção da escravidão



poderia ser decretada no presente, por isso defendeu a libertação imediata dos escravos, não somente como medida paliativa em longo prazo, defendeu o Brasil “passar por um processo de purificação da escravidão” (NABUCO, 2010, p. 82).

Assim, o Fundo de Emancipação da Escravidão por meio de emenda é ampliado para algumas províncias do Brasil Império. No Pará, os efeitos da Lei de 1871 transformaram a Província do Grão-Pará em uma verdadeira bagunça, um “Panamá”. Esse termo cunhado por Salles (2005) tem relação com a forma utilizada pelo Fundo para definir os critérios de distribuição dos recursos, “duvidosos”. Para o autor, “o critério quantitativo era levado em conta para fazer a distribuição, do crédito de 35:739\$440, concedido por aviso do Ministério da Fazenda”, em 1875, para libertar a população escrava (SALLES, 2005, p. 317).

A Província do Pará, no cenário político local e internacional, contribuiu para o início do processo de abolição da escravidão, em caráter oficial no Império, os fatores internos também contribuíram para ocasionar lutas e conflitos entre classes sociais e a atuação do movimento abolicionista, que lutou em favor da libertação de escravos.

Os conflitos regionais em prol do movimento de libertação como a Revolução Cabana, um movimento revolucionário no dizer de Bezerra Neto (2012), pois existiu ruptura da ordem estabelecida e garantiu a tomada de poder por parte da população descontente com a forma de governo da Província do Grão-Pará, defendia a deportação de todos os portugueses e a destituição de todos os funcionários públicos contrários à independência em defesa de questões sociais e a libertação dos escravos.

Na Província do Pará, no dizer de Salles (2005), a Lei do Ventre Livre teve critérios duvidosos representando um efeito propagandista, pois a província possuía 22.956 escravos matriculados em 1875, sobre os quais foram aplicados mais de 56 contos de réis do Fundo de Emancipação e que poderiam libertar 93 escravos se fossem gastos em média 600 mil réis por cada um. Uma quantidade irrisória diante do grande número de escravos inscritos no Fundo.

O Livro do Fundo de Emancipação da Escravidão, na comarca de Bragança no ano de 1876, registrou 804 pessoas, como possível classificação para a conquista da liberdade – corresponde 624 homens e mulheres e 180 crianças (meninos e meninas) em condição de escravidão.

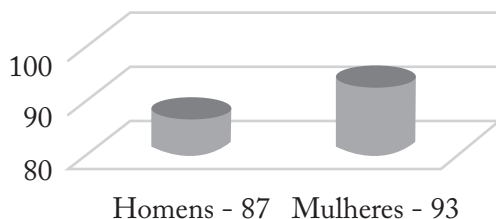
As crianças negras corresponderam a 30% do número total de pessoas classificadas para a emancipação. Do total de 180 crianças, 87 são crianças do sexo masculino e 93 crianças do sexo feminino. Conforme gráfico:



Gráfico 1

Meninos e Meninas Escravos classificados no Livro do Fundo de Emancipação.

1876



Fonte: Livro de Classificação de Escravos pelo Fundo de Emancipação de 1876.



Conforme observa-se no gráfico são seis crianças a mais do sexo feminino, que serão diferenciais na classificação de aptidões para o trabalho. Outro elemento significativo na caracterização de crianças está relacionado a da tez da pele, pois aparece de etnia, preto, preta, pardo, parda, fula, crioula etc., recorrentemente, nos discursos do Livro são atribuídas às crianças expressões depreciativas como cabocla(o), mulata(o), carafuza(o). Essas discursividades ideológicas por parte dos senhores de escravos nos relatos do Fundo tinham um sentido de valor da mercadoria^[14], portanto, caráter aviltante.

Na história do Brasil a respeito da escravidão, a cor da pele se entrecruza com as discussões do processo de miscigenação, “uma nação multiétnica”. Para a autora, “a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma impossível inviabilidade da nação” (SCHWARCZ, 1993, p. 11-13).

^[14] Ver Marx (2010), a força do trabalho como valor da mercadoria, um trabalho como valor de troca. O negro visto como força de trabalho.



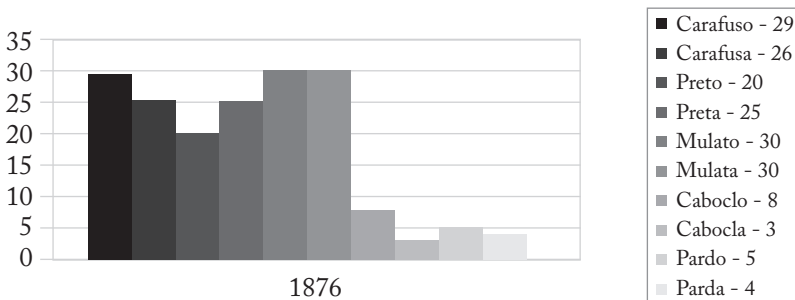
A definição da cor da pele é resultante da escravidão, pois foi atribuída para caracterizar a pessoa escravizada ou a miscigenação como posição social. “No Brasil, a própria escravidão e as limitações que pesavam sobre o *status* do liberto convertiam a ordem escravista e a dominação senhorial em fatores de estratificação social” (FERNANDES, 2007, p. 44), ou seja, indicou mudança social dos mestiços, portanto, mulher, homem e criança de origem africana e seus descendentes. Todavia, esse mecanismo podia limitar as possibilidades diante da sua definição, conforme Salles (2005, p. 105) esclarece, que a mestiçagem era utilizada para definir os cruzamentos entre preto, branco, indígenas, em que “o moreno indicava cor da pele mais clara, mameluco pele mais escura”. Todas são formas para depreciar o ser humano.

No Livro do Fundo, que trata da classificação de crianças da Amazônia bragantina, a diferença étnica mostra o quão foi diversa a mestiçagem na comarca de Bragança. Nesse sentido, a presença indígena na escravidão ocorreu desde a colonização do Brasil e, segundo Bezerra Neto (2001, p. 56), o trabalho forçado dos indígenas serviu “como base da economia [...] primeiramente indígena e depois, ainda no século XVI passou-se a utilizar à negra”. A mestiçagem na região amazônica esteve relacionada ao indígena, branco e negro.

O gráfico 2 mostra em números essa caracterização da cor da pele de crianças:



Gráfico 2
Caracterização da tez da pele.



Fonte: Livro de Classificação de Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1876.



O processo de mestiçagem também indica a presença de crianças indígenas na Amazônia no sistema da escravidão, elas eram destinadas aos cuidados dos padres.

No Livro do Fundo da Escravidão observa-se outras variáveis como a idade, profissão e aptidões para o trabalho. Em relação à faixa etária delimitamos tendo como base a noção de infância da contemporaneidade e de alguns ordenamentos jurídicos do Brasil República do final do século XIX. No Livro são crianças entre 4 e 12 anos classificadas para aceitável emancipação.



Gráfico 3

Idade de crianças classificadas.



Fonte: Livro de Classificação de Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1876.



A classificação no Livro indica que a criança tinha uma profissão e estava apta para o trabalho. As profissões atribuídas a elas eram pautadas pela atividade da mãe, campo e urbano; trabalho na lavoura, lavagem de roupa, serviço doméstico etc. A comarca de Bragança desenvolvia-se economicamente pelas atividades da agricultura e pecuária, pois o trabalho de negros escravizados foram “responsáveis por fornecer gêneros alimentícios ao Nordeste do Pará” (CASTRO, 2006, p. 04). Do mesmo modo



que o trabalho de criança entrecruzava com o valor estimado pelo Fundo, dependendo da profissão, de estar apta, a criança negra representava um valor para as famílias escravagistas de Bragança.

Os enunciados discursivos do Livro do Fundo revelam como as infâncias negras da Amazônia bragantina representavam uma valoração comercial para as famílias de donos de escravos, pois essa ideologia atravessada nos escritos da fonte documental ajudam a compreender a negação histórica da infância no Brasil, o preconceito da cor, a integração do negro à realidade cultural da Amazônia do Grão-Pará, em que essas crianças vivenciaram as suas relações sociais subsumidas ao trabalho servil, quando na verdade deviam experimentar os brincares, a escola e as culturas infantis (SOUZA, 2014).

O signo ideológico nos discursos do Livro do Fundo se manifesta ao atribuir à criança negra, em plena fase de desenvolvimento cognitivo e social, o peso do trabalho, atividade com sentidos de castigo, sofrimento, um labor árduo, punitivo, carregado de violências, uma forma desumana de olhar para o outro. Nesse sentido, a fonte histórica mostra que “desde seu nascimento, a criança negra já encontrava o duro regime da escravidão no encaço da sua vida”. Crianças vistas como “duplamente mudas, e duplamente escravas” (MARTINS, 2015, p. 51).

Ideologicamente, no contexto da escravidão, a criança negra não existia para as famílias escravistas, nem tampouco a infância, uma vez que interessava a esses senhores de escravos o desenvolvimento da economia, sendo a criança negra a força do trabalho necessário para enriquecê-los.

Na análise da categoria aptidão para o trabalho, a lavoura é classificada no Livro do Fundo com maior representatividade, todavia, as crianças estavam aptas para o trabalho de lavrador, cozinheira, servente, pedreiro, serviço doméstico e olaria, ou seja, em nenhum momento é descrito não apta ao labor, do contrário tem boa moralidade, obedientes. Para Castro (2006), as crianças em condição de escravidão na atividade doméstica eram incumbidas de desenvolver várias tarefas durante o dia, ou seja, a exploração da força infantil não tinha limite, elas estiveram submetidas às mais diversas formas de opressão.

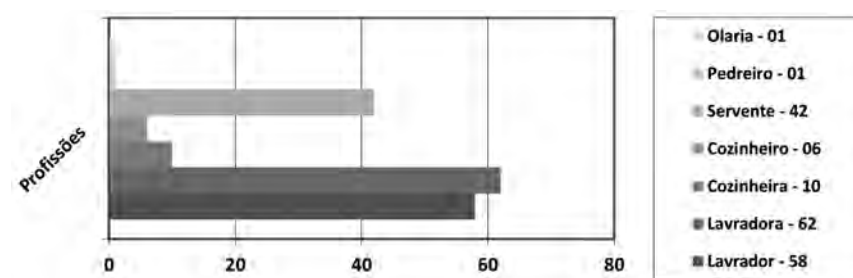
A descrição no livro de classificação para as atividades laborais de crianças revela uma discursividade de poder do senhor proprietário de escravos ao classificar crianças entre 4 e 7 anos de idade aptas para o tra-

balho, pois elas não tinham condições físicas, nem tampouco experiência para desenvolver qualquer tipo de atividade que exige habilidades. O fato é que o trabalho de crianças negras escravas foram “[...] consideradas funções leves” (MARTINS, 2015, p. 51).



Gráfico 4

Profissões de Crianças Escravas Libertas pelo Fundo.



Fonte: Livro de Classificação de Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1876.



Ao evidenciar as aptidões para o trabalho na lavoura, vimos no gráfico que meninas e meninos nos discursos de senhores de escravos indicavam um quantitativo de 120 crianças e de cozinheira(o) 16, portanto, o trabalho de crianças não se pautou no gênero, ou seja, trabalho de meninas e trabalho de meninos, não importou observar essa fase geracional da infância, apenas o lucro dessa mercadoria. No dizer de Souza (2014, p. 53), isso fez “com esse tipo de trabalho, historicamente, seja marcado com a dinâmica da pedagogia do capital, cujo caráter é o da disciplina e da punição expressando a persistência de um tipo de exploração do trabalho infantil”. Essas profissões, na análise de Salles (2005), na maioria das vezes eram consideradas inferiores, negadas pelo homem branco, pois deviam ser realizadas pelos negros escravos, como o trabalho de carneiro, empregado em matadouro, entre outros. Ainda em Bragança outras produções de gêneros “como tabaco, arroz, feijão, milho, mandioca, mas também de cacau, algodão, gergelim e cana-de-açúcar, assegurada pela mão de obra escrava” (CASTRO, 2006, p. 15) e pelas mãos das crianças.



Quando se analisa a variável valor, os enunciados destacam que o menino tem valor de venda superior ao das meninas, tem sentidos de que o sexo masculino é mais forte, produtivo e rende mais economicamente, pois a partir dos oito anos de idade tinha vigor para o trabalho, por isso considerado pelo senhor de escravo como fonte de lucro.

A Lei do Ventre Livre, Nº 2.040, no artigo primeiro e parágrafo primeiro estabelecia ao senhor escravista a opção de receber uma indenização no valor de 600\$000 por cada criança, bem como tinha o poder de mantê-la sob a sua ordem e explorando a sua força de trabalho até os 21 anos de idade, como forma de pagar o seu próprio sustento (COSTA, 2007).

É evidente que os senhores donos de escravos optaram pela exploração da força infantil como prestação de serviços, isso significou dizer que as crianças nascidas livres não mudaram a sua condição com a promulgação da lei, uma vez que continuaram inseridas no sistema escravista. “A exploração de crianças no trabalho atravessa a história do Brasil, desde a colonização, do sistema escravocrata, da urbanização, da industrialização” (SOUZA, 2014, p. 52).

O fato de a criação do Fundo de Emancipação da Escravidão ter a finalidade de libertar anualmente as pessoas escravizadas, raramente se modificou no Brasil Império, pois o número apenas de “dez mil haviam sido libertos em todo Império pelo Fundo, enquanto as alforrias concedidas espontaneamente por particulares subiam a sessenta mil” (COSTA, 2007, p. 337).

Quadro 1

Valor da venda na lista de classificação do Fundo de 1876.

MÉDIA DE PREÇOS POR IDADE	
04 anos	318,42
05 anos	382,71
06 anos	480,43
07 anos	463,88
08 anos	615,21
09 anos	544,11
10 anos	589,47
11 anos	554,54
12 anos	688,88

Fonte: Livro de Classificação de Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1876.

Nos enunciados extraídos do Livro do Fundo, quanto maior a idade da criança, maior o valor da venda, assim, o valor de crianças escravizadas do sexo masculino representou valores superiores aos de crianças do sexo feminino, portanto, a variação de preço ocorre por sexo e por idade. A conversão de valores entre réis e real, observando a inflação, que se modifica ao longo do tempo. O valor aproximado de 1 (Réis) equivale a R\$0,123 e 1 (Mil Réis) equivale a R\$123,00 e 1 Conto de Réis (Mil mirréis) corresponde o valor de R\$123.000,00 (GOMES, 2007, p. 197). Considerou-se, no ano de 1889, que o menor salário mensal no Brasil Imperial era “25\$000 Réis ou 22,5 gramas de ouro, ou para o caso do ouro cotado em R\$130,00 o grama, no ano de (2017) o salário mínimo seria de R\$ 2925,00”, conforme Laurentino Gomes (2007)^[15].

Por fim, localizamos, no Livro de Registro do Fundo de Emancipação da comarca de Bragança, os nomes dos senhores escravagistas ou proprietários de escravos. As famílias com maior recorrência nos registros são Silva, Barreto, Ribeiro, Pinheiros e Pereira. Dentre os nomes dessas famílias, segundo Campos (2017), contribuíram para o desenvolvimento econômico local da região, é possível que sim, pois se apropriam da força do trabalho de crianças sem pagamentos salariais, nem despesas alimentares, visto que na escravidão os senhores não se importavam com vidas humanas de negros e negras, nem tampouco das infâncias negras. Para o autor, a construção do poder das famílias esteve ancorada em três aspectos, “matrimônio, família e política”, que viabilizaram as posses “das famílias Caetano Ribeiro, Caetano Pinheiro e Andrade Pinheiro” em Bragança-Pará (CAMPOS, 2017, p. 45).

Assim, considerou-se a relevância historiográfica da fonte histórica do arquivo municipal de Bragança, que de forma significativa colaborou para que a pesquisa revelasse a história de crianças negras escravizadas, no século XIX, na Amazônia bragantina. Do mesmo modo, o destaque para as várias vozes que emergem da fonte documental, possibilitando ao pesquisador olhar de modo diferente para o contexto histórico diferenciado, entre a história e política liberal que se instalou no Brasil Império passando por diversos aspectos e contextos até chegar ao Brasil República.

[15] Conversão entre Réis e Reais, conforme Gomes (2007), consultado em março de 2017.

5. CONVERSAS FINAIS

Os discursos do Livro do Fundo da Escravidão constituído pela Lei do Ventre Livre, Nº 2.040/1871, que se mostrou discursivamente dúbia, raramente, a favor dos interesses de crianças negras escravizadas, um mecanismo para reproduzir e manter a escravidão no Brasil, sem nenhum efeito legal para libertar os escravos, uma vez que dependia da escolha do senhor escravagista.

A Lei de 1871, normalmente optava por manter em seu poder os filhos de escravos até os oito anos de idade, somente após os 21 anos podia ou não ser emancipado, depois de anos de exploração e de trabalho aviltante.

Em 1876, o Livro do Fundo classificou 180 crianças escravizadas para possível conquista da liberdade. Esse número é inferior se comparado com o número de escravos na região bragantina e em relação ao número de adultos.

As crianças negras escravas estavam inseridas em relações familiares, por meio de sobrenomes, possível hipótese de relação parental. Ainda, nas análises, se identificou a forma que ocorreu em Bragança a exploração da força do trabalho de crianças negras, do modo como as histórias dessas infâncias são negadas na história das políticas educacionais da rede municipal. O modo de trabalho realizado por elas e a condição sub-humana.

Do ponto de vista sócio-histórico, as crianças negras escravas não tiveram escolhas de viverem uma infância longe do sistema de escravidão, a elas foram negados o direito de escuta, de vida, de escola, do brincar. Historicamente, as crianças negras não foram incluídas na sociedade brasileira, reiteradamente, serviram aos interesses dos senhores donos de escravos, sua força de trabalho explorada, viviam humilhadas, em situação de penúria, degradante. Serviam como mercadorias lucrativas aos proprietários escravistas.

Tudo isso coloca outras reflexões e críticas no campo das Ciências Humanas, diante de uma conflitante e complicada classificação de crianças com aptidão para o trabalho aos 4, 5, 6 anos de idade. Quanto mesmo vale uma vida de criança negra? É possível localizar na história das infâncias negras de Bragança, se elas e suas mães continuavam a servir os senhores escravistas? Vimos em alguns estudos, sobre a história da escravidão na Província do Grão-Pará, o quantitativo de negros no sistema

servil, e em Bragança é possível localizar fontes que indicam o total de escravos da comarca?

Estes questionamentos indicam a necessidade de outros estudos a respeito da história das infâncias e de crianças negras na Amazônia bragantina, de base interdisciplinar Educação e História, sobretudo, para investigar se das crianças classificadas quantas efetivamente foram emancipadas? As fontes analisadas não indicam a liberdade das pessoas classificadas. O estudo de Neves mostrou que em 1875 apenas um negro foi emancipado pelo Fundo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA NETO. **Escravidão negra no Pará: (Séculos XVII - XIX)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BRASIL. **A abolição no parlamento: 65 anos de luta, (1823-1888)**. Apresentação do presidente José Sarney. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 3.310, de 24 setembro de 1864**. Concede emancipação a todos os africanos livres no Império. Disponível em: <https://goo.gl/Re8vSQ>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869**. Prohibe as vendas de escravos em pregão e em exposição pública. Disponível em: <https://goo.gl/UtTudR>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.815, de 11 de novembro de 1871**. Regulamenta o art. 6o do § 1o da Lei 2.040. Disponível em: <http://twixar.me/lg8n>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 731, de 05 de junho de 1854**. Punição para capitão ou mestre, piloto ou contramestre de embarcação que fizesse tráfico de escravos. Disponível em: <https://goo.gl/FRavkB>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 1.237, de 24 setembro de 1864**. Considera os escravos pertencentes às propriedades agrícolas como objeto. Disponível em: <https://goo.gl/JbmKg1>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Disponível em: <https://goo.gl/1tttxY>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CAMPOS, Ipojucan Dias. **Bragança (PA): família, política e comércio**. 1. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

CASTRO, Edna (org.). **Escravos e senhores de Bragança** (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará). Belém: NAEA, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República – momentos decisivos**. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **Por todos os Cantos da Cidade**. Escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. revista. São Paulo: Global, 2007.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1798-1848)**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015. p. 5-286.

LOBO, Marcelo Ferreira. **Liberdade Tutelada: Ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2019.

MARTINS, Lília Pimentel. Libertações escravas conseguidas através do Fundo de Emancipação e cartas de alforrias em Bragança – Pará (1872-1888). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII. **Anais** [...]. Florianópolis-SC, 2015. p. 1-11.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOSO, Katia de Queirós. O filho da escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988, p. 2-17. Disponível em: <http://twixar.me/vj8n>. Acesso em: 13 ago. 2018.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2010.

NEVES, M. A. M. **O fracasso escolar e a busca de soluções alternativas** – a experiência do NOAP. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

NEVES, Pedro Monteiro. **Liberdade sem sustos, nem inquietações: significados e sentidos do Fundo de Emancipação no Grão-Pará (1871-1888)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de História Social, Universidade Federal do Pará, 2014.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. ed. rev. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Ana Paula Vieira e. **As culturas infantis no espaço e tempo do recreio: constituindo singularidade sobre a criança**. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SOUZA, Ana Paula Vieira e. **Trabalho infantil: discurso de crianças e adolescentes da Amazônia paraense em situação de trabalho**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

O Juízo de Órfão e a infância e/imigrante na “Francesinha do Norte” de 1870 a 1910

Elianne Barreto Sabino^[1]

Resumo: Este artigo versa sobre a intervenção do Juízo de Órfão na proteção e assistência à infância a partir da disciplina da família pobre de 1870 a 1910. Para tal, pretendemos: a) analisar o Juízo de Órfão e a proteção à criança da família pobre; b) discutir a tutela da criança e/imigrante como caminho para a ordem social da família no Pará. Como se sabe, as ações do poder judiciário, pela instituição de Juízo de Órfão do Pará, foram se modificando no sentido de criar mecanismos para controlar e organizar, até certo ponto, atender com eficiência a família e a criança da camada mais pobre da sociedade paraense no final do século XIX e início do século XX. Essa instituição zelava pelos direitos das crianças que se encontrassem em situação de desmantelamento familiar decorrente de abandono moral e físico, maus-tratos e incapacidade dos pais ou responsável. Utilizamos como fonte documental os processos de tutela de órfãos no Pará, nos anos de 1870-1910, obtidos no Arquivo Público do Pará, no Centro de Memória da Amazônia e na Biblioteca Pública Arthur Vianna. Entrelaçamos as análises dos casos de tutela com outros documentos que faziam parte do processo, como as matérias de jornais. Os dados analisados indicam inicialmente que havia uma rede de relações que determi-

^[1] Doutora em Educação – Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora adjunta da Universidade Federal Rural da Amazônia; Vice-coordenadora da Linha de Pesquisa História do Pensamento Educacional de Mulheres na América Latina (GEPEGEFI). E-mail: eliannesabino2018@gmail.com

navam a tutela da criança pelo juiz de órfão. Muitas crianças pobres e e/ imigrantes tiveram suas vidas entrecruzadas por relações que não eram parentais. Por isso era necessário um adulto responsável para cuidar dos órfãos. Mesmo que de forma não legalizada.

Palavras-chave: infância; órfão; Pará.

EL JUZGADO DE LOS HUÉRFANOS Y LA INFANCIA E/ INMIGRANTE EN “FRANCESINHA DO NORTE” DE 1870 A 1910

Resumen: Este artículo trata de la intervención del Juzgado de Huérfanos en la protección y asistencia de los niños desde la disciplina de la familia pobre desde 1870 hasta 1910. Para ello, nos proponemos: a) analizar el Juzgado de Huérfanos y la protección del niño de la familia pobre; b) discutir la tutela del niño e/inmigrante como camino para el ordenamiento social de la familia en Pará. Como se sabe, las acciones del poder judicial, a través de la institución del Juízo de Órfão do Pará, fueron modificadas en el sentido de crear mecanismos para controlar y organizar, en cierta medida, atender eficientemente a la familia y los niños de los estratos más pobres de la sociedad paraense a finales del siglo XIX y principios del XX. Esta institución velaba por los derechos de los niños que se encontraban en situación de desintegración familiar debido el abandono moral y físico, maltrato e incapacidad de los padres o tutores. Utilizamos como fuente documental los procesos de tutela de huérfanos en Pará, en los años 1870-1910, obtenidos del Archivo Público de Pará, del Centro de Memória da Amazônia y de la Biblioteca Pública Arthur Vianna. Entrelazamos los análisis de los casos de tutela con otros documentos que fueron parte del proceso, como artículos periodísticos. Los datos analizados indican inicialmente que existía una red de relaciones que determinaba la tutela del niño por parte del juez de huérfanos. Muchos niños pobres y e/inmigrantes vieron sus vidas atravesadas por relaciones que no eran parentales. Por eso se necesitaba un adulto responsable para cuidar a los huérfanos. Aunque no sea legalmente.

Palabras clave: infancia; huérfano; Pará.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto, intitulado *O Juízo de Órfão e a infância e/imigrante na “Francesinha do Norte” de 1870 a 1910*, aborda a história desta instituição e como sua ação é imprescindível para a sociedade paraense, regulando, normalizando e vigiando os comportamentos das camadas mais pobres na cidade de Belém. Focamos, mais especificamente, nas crianças e famílias e/imigrantes que aqui chegaram em busca de trabalho e melhoria de vida.

Nosso *corpus* documental são os autos de tutela produzidos pela instituição do Juízo de Órfão do Pará, que foram encontrados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e no Centro de Memória da Amazônia (CMA), onde fica localizado o maior acervo do judiciário do Estado. Porém, pouco encontramos sobre o período estudado. No CMA os autos de tutela se encontram no código: Autos de tutela no fundo cível da 2ª vara, abrangendo o período de 1870 a 1889.

Visitamos a Biblioteca Pública Arthur Vianna – CENTUR para uma pesquisa exploratória dos jornais paraenses que tinham circulação no período proposto, onde foi possível encontrar notícias do Juízo de Órfão nos jornais “Diário de Notícias”, publicado em 16 de janeiro de 1889; “Folha do Norte”, publicado no dia 4 de janeiro de 1900 e 24 de abril de 1901; e, o “Liberal do Pará”, datado do dia 06 de junho de 1888. É importante ressaltar que os jornais nos ajudaram a entender como a prática jurídica de tutelar crianças, nativas ou não, era percebida pela imprensa ou a sociedade do contexto paraense em tela.

2. JUÍZO DE ÓRFÃO NO PARÁ DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: O CONTROLE DOS POBRES

O Juízo de Órfão era uma instituição jurídica, idealizada e materializada em Portugal, seu funcionamento era regulado pelas Ordenações Filipinas^[2], sendo esta o código Luso até 1580. Sua principal função era

[2] Era um arcabouço de Leis que foram promulgadas pelo rei de Portugal, Felipe I, em 1603 e vigoraram no Brasil até 1830. Era dividido em cinco livros; no livro I

definir normas para cuidar e administrar os bens dos órfãos até os 25 (vinte e cinco) anos. A responsabilidade legal era destinada a um adulto legalmente constituído, sua função, a princípio, dizia respeito à separação de bens ou partilha. Logo nesse primeiro momento sua atenção volta-se para os menores de idade oriundos de famílias de posses, ou melhor, da elite. De acordo com Cardozo (2015), o Juizado de Órfão foi instalado na colônia portuguesa na América e, até o século XVIII, o cargo de juiz de órfão era exercido pelo Juiz Ordinário, indivíduo que não era, necessariamente, bacharel em direito. Mas com o aumento populacional na colônia, foi regulamentado, em maio de 1731, o cargo de juiz de órfão no Brasil.

Da mesma forma que aconteceu na metrópole, na colônia não foi diferente, os primeiros juizados de órfão, como também eram conhecidos, tinham a função de mediar os problemas familiares, partilha de bens e inventários. A instituição avaliava e dividia o patrimônio daqueles que faleciam e deixavam herdeiros menores de 21 anos, ou incapazes de administrar seus bens. Também era a cargo dela a indicação de sujeitos de caráter idôneo e responsáveis, como o tutor, para cuidar e zelar pela herança e, sobretudo, a educação do menor até que ele completasse 21 anos. No Brasil, o Juízo de Órfão ganha novas dimensões atuando sobre a criança e o núcleo familiar pobre, principalmente com as leis antiescravistas.

No Império, no ano de 1871, a Lei do Ventre Livre instituiu que as crianças nascidas do ventre escravo, a partir daquele ano, seriam consideradas ingênuas e não mais escravas, ficando, assim, “livres” do jugo senhoril e, em 1888, pela promulgação da abolição, houve a libertação por completo dos escravos de seus antigos senhores. “Com essas e outras medidas que visavam à lenta liberdade do cativo, houve a necessidade do contingente de escravos e ex-escravos ser direcionado para o trabalho assalariado” (CARDOZO, 2015, p. 119-120). Diante desse quadro social, temos uma população heterogênea, composta por brancos ricos e pobres, negros libertos, indígenas etc. Era necessário de imediato organizar, disciplinar e normalizar esses sujeitos. É justamente neste

eram elencadas as atribuições, direitos e deveres dos magistrados e oficiais de justiça. No livro II, estão colocadas as relações entre Estado e Igreja, os privilégios e direitos fiscais de ambos. O livro III discute os processos civis e criminais. O livro IV determina os direitos das pessoas e das coisas, estabelecendo suas regras, os tipos de processos são testamentos, tutelas, contratos, aforamento de terras, entre outras. O livro V determina as tipologias criminais e suas penas.

momento que os juízes de órfão voltam seu “olhar” para as famílias e as crianças de poucos recursos. Seu papel agora, também, era exercer uma ação civilizadora de educar, mas, sobretudo educar para o trabalho, os homens e mulheres livres e pobres, indígenas, ingênuo etc., como bem explicita Carvalho:

Aquele, que pela sua idade, ou pelo desarranjo das faculdades intelectuais, são incapazes de reger-se, precisam da continuada proteção da Lei. Se o desenvolvimento das faculdades físicas é tardio, o das intelectuais é ainda mais vagaroso; porque na idade em que já se desenvolvem forças e paixões, ainda falta a prudência necessária para regulá-la. Que seria da sociedade se aqueles, que dão os primeiros passos na carreira da vida, não encontrassem uma mão benfazeja que o dirigisse, e que sufocasse ou moderasse os seus impetuosos e desregrados desejos? É nesta época da vida que o homem tem maior necessidade de um diretor, que possa defender a sua razão, apenas nascente, das seduções que a cercam por toda a parte. Se semelhantes pessoas fossem abandonadas, a sociedade se veria carregada de mendigos e criminosos, e na triste necessidade de punir delitos, que podia e devia evitar. Saibam os juízes dos órfãos que eles são responsáveis para com Deus, e para com a sociedade, de qualquer descuido que tenham na educação daqueles, que a lei comete à sua vigilância, e que por isso não devem olhar com indiferença um objeto de tanta importância (CARVALHO, 1880, p. 27).

Como qualquer instituição social, o Juízo de Órfão para dar vida a sua prática, a sua função de cuidar e defender a educação dos fracos e deserdados, como explicita a citação acima, era preciso ter sujeitos que a fizessem funcionar, entre os principais estão: o Juiz de Órfão, o Curador Geral de Órfão e o escrivão; ao juiz cabia várias funções, tais como: a) no caso de falecimento de um dos genitores, ele tinha plenos poderes em realizar partilhas e inventários; b) em caso de separação do casal, detinha a decisão de quem ficaria com a criança; c) nomear tutor aos menores e/ou incapazes e dar educação de acordo com sua posição social. Porém, como assinala Cardozo (2015), os juízes de órfão eram proibidos de exercerem a advocacia ou aconselhar as partes litigantes; não poderiam ter como escrivães parentes e nem usufruir dos trabalhos dos órfãos; não poderiam

administrar os bens dos órfãos e mantê-los no seu poder e nem realizar inventários quando este for de pequena avaliação.

Em relação ao Curador de Órfãos, este era a pessoa legalmente nomeada para representar o órfão no juízo. Ele era quem dava “vistas” aos processos em que estavam arrolados os órfãos, sem seu parecer o processo não ia adiante, o auto de tutela não tinha validade, logo não poderia ser julgado. Era o “protetor” dos órfãos, por esse motivo sua formação em direito era imprescindível. Seu dever, dentre tantos, era denunciar os maus-tratos e os cuidados indevidos do responsável para com a criança ao juiz de órfão, principalmente se a criança não estava a receber a devida educação, vigiando o tratamento que as crianças recebiam de seus tutores. Tinha o poder de, sempre que fosse necessário, pedir o comparecimento do órfão para conferir se estava recebendo os cuidados e a educação necessária. Assim, cabia ao Curador geral dos Órfãos ouvir e encaminhar toda denúncia que tinha como vítima a infância e a família que não tinha as devidas condições de criar e educar o pequeno e os representava na ação tutelar.

Com relação ao escrivão, este era funcionário de fé pública e tinha que: 1) praticar todas as diligências ordenadas pelos juízes; 2) escrever em todos os efeitos que corram pelo juízo que pertencem; 3) conservar em seus arquivos todos os autos, livros e papéis que lhe forem distribuídos ou confiado pelas partes. Além disso, segundo Cardozo (2015), era obrigado a estar presente em todas as audiências e quando não pudesse comparecer era dever avisar o juiz. De acordo com as Ordenações Filipinas, o escrivão também era obrigado a fiscalizar os tutores dos menores e mantivesse o juiz informado. Assim como o juiz, ele era proibido de usufruir dos serviços dos órfãos e administrar seus bens se houver. Era de sua inteira responsabilidade arrecadar os bens e as rendas, anexar todos os dados em livro de registros, os livros de tutelas, como eram chamados.

Em Belém do Pará, os juízos de órfão atuaram mais, incisivamente, na questão das famílias pobres e das crianças órfãs, oriundas desse meio familiar, mais precisamente após 1870, é posterior a esta data que mais encontramos processos de tutela no Arquivo Público do Pará. Porém, o processo mais antigo encontrado data do ano de 1820, ocorrido na cidade de Abaeté. De 1870 até o final do século XIX os números de registros de tutelas aumentaram, tendo uma queda após as primeiras décadas do século XX, na Primeira República, quando em 1930 é nomeado o primeiro Juiz de menores no Estado do Pará, na pessoa de Raimundo Nogueira de

Faria^[3]. Assim como em outras províncias, início da República no Pará, a tutela era um dispositivo legal para o controle da moral, da educação e do trabalho voltado para essa população, discursos para uma formação ética do trabalho, uma educação voltada para a formação de cidadãos morigerados e que se portassem de acordo com os ideais de civilidade. O Juiz de Órfão estava ligado ao Tribunal de Justiça do Pará.

A maior preocupação dos juristas estava na enorme população pobre, que aumentou significativamente após a abolição da escravidão. As desigualdades geradas desse tempo naturalizaram uma relação de poder, do “nobre *versus* o plebeu”, na concepção de que era necessário o pobre trabalhar para não oferecer perigo. Neste contexto, o Estado não mudaria sua base estrutural, ou melhor, ele possuiria o pátrio poder e impor-se-ia de maneira particular. Daí a razão do código penal e do processo criminal tratar as pessoas de forma completamente desigual. Como o Estado não igualava, o Direito deveria compensar a desigualdade e assumir o discurso de “proteção”. Por esta ótica talvez possamos entender a ação dos juizes de órfãos sobre as pessoas deserdadas do poder econômico no Pará no final do século XIX e início do século XX. Como observamos na seguinte notícia do dia 16 de janeiro de 1889, no jornal *Diário de Notícias*^[4]:

“Ao Sr. Exec. Dr. Juiz de Órfão

Atentai-vos para o seguinte fato:

Há dias vagam pelas ruas da cidade, três menores, um menino e duas meninas. Vivem a pedir aos transeuntes esmolas. Acreditamos que é grande o estado de desamparo e indigências dos menores, que são frutos de famílias desestruturadas. Seria um grande gesto de humanidade se o Sr. Juiz de órfão se indagasse desse fato e direcionasse a sorte das pobres crianças dando-lhes um tutor ou qualquer outra providencia que lhe couber, para que as encaminhe decentemente na sociedade, longe dos vícios e das mazelas que a rua lhes oferece”.

[3] Ver: Barbosa (2017).

[4] Diário de Notícias, 16/01/1889. Setor de microfilmagem. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

A notícia divulgada no Jornal *Diário de Notícias*, em 1889, nos dá a dimensão da importância do Juízo de Órfão na cidade de Belém, é notória a preocupação do articulista sobre a situação das crianças que perambulavam pelas ruas a pedir esmolas. Para o jornal, a tutela seria a solução para o mal das três crianças, por meio dela os pequenos poderiam viver decentemente. Longe de um núcleo familiar que não lhe dá as devidas condições morais e, sobretudo, educacionais. Percebemos a representação que esta instituição judiciária tinha em Belém, sobre as camadas menos favorecidas deste contexto. Como se vê, as famílias pobres, não tendo recursos para criar e educar seus filhos, os deixavam na ignorância, entregues ao simples cuidado de sobreviver, que acarretaria a vadiagem, a preguiça com todo o seu cortejo de bebedeira, de impureza, de furtos, de banditismo e a formação de tropas de mendigos sempre prontos a provocar a desordem pública.

Ressaltamos, por meio da leitura da matéria jornalística, que a instância judiciária não realizava tal função isoladamente, ao contrário, a denúncia da sociedade, como veremos nos autos, foi relevante para o cumprimento dessa instituição, ou seja, zelar pela infância e pelo bem moral da família não dizia respeito somente ao judiciário, mas cabia a outros espaços, como a denúncia feita no referido jornal.

Para Foucault (1987), seria esse modelo de sociedade da vigilância no século XIX. Essa vigilância onipresente se acentua, faz tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível. Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte atenções móveis e sempre alerta. Desta forma, como percebemos pelo artigo acima, e articulando com as ideias de Foucault, o que é denunciado e registrado são os comportamentos, atitudes, virtualidades, suspeitas. Uma total tomada de contas do comportamento e atitudes das famílias e dos indivíduos.

Constatamos que a tutela, esse dispositivo legal de poder, era representada, ou entendida, como uma forma de restabelecer a ordem, a moral de uma criança, pois na sua grande maioria era utilizado nas crianças consideradas órfãs e, sobretudo, sobre as famílias responsáveis pela criança, que como vimos eram núcleos familiares desprovidos economicamente. Percebemos que o jornal faz uma breve alusão da família das crianças. Mas não seria a família a melhor opção para cuidar do futuro das crianças. A indicação do juiz para um tutor seria a melhor solução do que a própria família, o tutor seria mais digno de tal responsabilidade, seria a pessoa que

conduziria as crianças de forma digna e decente na sociedade. Podemos inferir que o jornal, seu redator, seu editor e a sociedade leitora do referido jornal compartilhavam da ideia que a solução para salvar o futuro das crianças era tirá-las do meio vicioso da rua, estabelecer o vínculo tutelar mesmo que esse tutor não tivesse parentesco e nem afeto nenhum para com as crianças.

O que tudo indica é que essa dinâmica de concessão de tutela se tornou uma prática do judiciário, sobre a população pobre da cidade de Belém, justamente pelo conjunto dos autos que foram encontrados. Pois numa sociedade que se queria moderna era necessária a ordem, os elementos principais, agora, não são mais a comunidade e a vida pública, mas os indivíduos, o privado. E para o Estado, as relações só podem ser reguladas numa forma exatamente inversa ao espetáculo. Por isso a importância do Juízo de Órfão na sociedade paraense, pois:

No tempo da sociedade moderna, estava reservado à influência sempre crescente do Estado, à sua intervenção cada dia mais profunda em todos os detalhes e relações da vida social, aumentar e aperfeiçoar as garantias estatais, utilizando e dirigindo para essa grande finalidade a construção e a distribuição de dispositivos destinados a vigiar ao mesmo tempo uma grande multidão de homens. (FOUCAULT, 1987, p. 190).

Esse temor da sociedade frente à pobreza, nos anos finais do Império e iniciais da República no Pará, nos leva a crer que ocasionou a imagem, ou melhor, a representação da família, da criança e do homem pobre como um perigo social. Para Chalhoub (2012), os problemas advindos desse meio social, tais como a indigência, a vadiagem e outros, estavam diretamente ligados em uma lógica defendida pelas camadas dominantes, com objetivos de consolidar mecanismos de controle e subordinação dos grupos sociais abastados. A figura da criança órfã, pobre, desvalida, advinda das famílias à margem da sociedade, passa a simbolizar ameaça à ordem e à moral.

No Pará, assim como em todo país, as mudanças representaram para uma pequena parcela da população o progresso econômico. Porém, para a maioria o progresso, a modernidade e seus benefícios não foram desfrutados. Entre esses sujeitos estavam os negros recém-libertos, os imi-

grantes, o branco pobre, em sua maioria sem moradias fixas. Lembremos que o período compreendido deste estudo é, exatamente, o período considerado por muitos historiadores, como o auge da borracha no Pará.

Sarges (2002), ao analisar o discurso de um dos mais emblemáticos intendentes da história do Pará, Antônio José de Lemos, na primeira reunião ordinária do Conselho Municipal, em 1898, informou que uma das suas principais medidas foi a reorganização dos serviços municipais para “pô-los todos de harmonia com as leis fundamentais da República e do estado”. Para ela o discurso já refletia suas concepções sobre “ordem”, “harmonia”, “civilização” e “progresso”. Como em outros recém-estados, a concepção de civilização que aqui aportou estava associada a um conjunto de valores do mundo europeu e sua atuação administrativa seria contra a “barbárie” e o “atraso” da cidade e da sua população.

Contudo, acreditamos que esse projeto idealizado, e até certo ponto colocado em prática e com um relativo sucesso, não foi completamente capaz de modificar certas tradições culturais, hábitos e costumes de uma população que vivia em outro contexto, Belém habitada por pessoas de diferentes experiências culturais. Para Sarges (2002), a partir do discurso justificador do progresso e do bem-estar dos moradores, munícipes, pode-se estabelecer um contraponto com as realidades à medida que se colhia dados sobre as ações/reações populares às normas que foram implementadas na urbe, entre elas o Código de Polícia Municipal, que ditava as posturas apropriadas aos cidadãos da cidade. Essas medidas de controle do comportamento e disciplinamento configuraram a imposição de um novo tipo de poder que vigiava a cidade e seus habitantes em seus menores detalhes.

Foucault (1999) acredita que, no século XIX, a população começou a ser estudada, analisada e esquadrihada por uma série de políticas que tem como suporte as ciências do homem. Tais políticas procuraram estabelecer um controle e gestão mais efetivos dos membros da população. Tais medidas possibilitaram as autoridades governamentais, os médicos e juristas, a materializarem uma série de estratégias, como aprovação de leis, decretos e regulamentos, com a intenção de controlar a vida das pessoas que aqui já moravam e as que chegavam, em especial, as pauperizadas que acabavam ficando à margem do desenvolvimento urbano e dos padrões imaginados, desejados pela minoria dominante da sociedade local. Vejamos um caso de ação do Juízo de Órfão.

No dia 7 de outubro de 1897 é dada entrada no pedido de tutela, na 2ª Vara do Juízo de Órfão, da menor Theodomira Nunes da Silva. O suplicante, a senhora Josefha Rodrigues, alegava que na rua do Igarapé Pratiguara no Distrito do Mosqueiro, município desta capital, havia uma *“menina de sete para oito anos de idade, de nome Theodomira, cujos referidos paes, José de Almeida e Lindalva de tal, se acham absolutamente impossibilitados de exercerem o pátrio poder, em virtude da incapacidade moral de ambos”*.

A suplicante informava ainda que o pai da menor se entregou constantemente aos vícios da embriaguez e a mãe vive em notória e pública prostituição. Quem recebeu o processo foi o Escrivão de Órfão Aniceto Francisco da Gama Malcher no mesmo dia. Encaminhando o caso para o Curador Geral dos Órfãos Dr.º Rodrigo Lorte, no dia 8 do corrente ano, que tinha por função avaliar a situação da menor e as condições em que vivia, o referido curador dá seu parecer: *“com os factos comprovados, autorizo a destituição do pátrio poder. Na qualidade de Curador Geral de Órfão, venho denuncial-os a V.ª Ex.ª. e requiere se designar dia e hora, com a assistência dos paes, se forem encontrados, decretando por sentença, a destituição do pátrio poder e indico para cargo de tutor o Senhor João Tavares, com que a menor já se achar em poder, sendo bem cuidada e tractada”*. Desta forma, no dia 09 de outubro de 1901, o Juiz de Órfão nomeia *“tutor o cidadão João Tavares, que foi intimado para assignar os respectivos termos na forma da Lei”*. Dando por isso encerrada da tutela de Theodomira Nunes da Silva.

A denúncia da suplicante sobre a degradação que vivia a menor, posteriormente, foi comprovada pelos autos do processo que Theodomira havia sofrido todo tipo de maus-tratos e até violência sexual. Percebemos que as crianças pobres daquele período histórico, como bem demonstra o referido caso de tutela, tiveram uma vida de mazelas e sofrimentos, consequência do completo descaso do mundo adulto, como os pais de Theodomira. A maioria das denúncias que chegava ao Juízo de Órfão demonstrava um conjunto enorme de problemas que essas crianças pobres viviam, como o abandono da família, os maus-tratos praticados por familiares e tutores, e no caso dos ingênuos pelos ex-senhores, exploração de mão de obra etc. O curador do caso foi rápido ao destituir os pais da criança do pátrio poder, visto que eram ameaças constantes para a formação moral da referida menor.

Como percebemos, esta instituição buscava proteger e defender o menor de situações como a relatada acima, de um meio familiar desestru-

turado e das violências ocorridas para com a criança. Em torno desse tipo de família que o Juízo de Órfão do Pará atuou. A família sempre seria o início e o fim de sua atuação. Diante da situação de Theodomira, a justiça em um curto espaço de tempo deu um novo responsável e um novo lar para a criança, deixando-a amparada e cuidada. Segundo Cardozo (2015), a família era o centro das atenções do judiciário, seja para dar ou retirar uma criança. Ela estava em constante vigilância pelas várias instituições normatizadoras da sociedade. Era na família que as crianças aprenderiam normas e tradições, era no universo familiar que ela viria a ser socializada e apresentada à sociedade.

O caso da menor Theodomira faz parte de uma diversidade de núcleos familiares que viviam a mesma situação familiar. Naquele contexto, no Pará, a atenção era para a construção de uma família normatizada, saudável, regular, nesta direção as famílias e as crianças receberam uma atenção especial. O juizado de órfão então, na forma da lei, funcionou cada vez mais como norma, cuja função era, sobretudo, reguladora. Uma sociedade normalizadora “é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. Foi à vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que esta última se formule através de afirmações de direito” (FOUCAULT, 1999).

3. A INFÂNCIA E A FAMÍLIA E/IMIGRANTE NA “FRANCESINHA DO NORTE”

Todo esse vigiar de costumes da população, como destacamos, era em nome do embelezamento da cidade, o que ocasionou um investimento das indústrias estrangeiras que aqui se instalaram. Trazendo como consequência o crescimento populacional de Belém, principalmente pelo processo de migração, tanto estrangeiro como nacional. No período em tela, foi grande o deslocamento dos indivíduos que viviam no interior para a cidade, assim como de outros estados e países em busca de trabalho e oportunidade, o sentimento de esperança inspirava essas famílias de imigrante nos finais do século XIX. Neste cenário eram tantas as incertezas e dificuldades que faziam parte do núcleo familiar migrante. O destino dessas crianças também era incerto. Qual seria o destino da infância imi-

grante, que está longe de sua cidade natal, caso algo de ruim acontecesse com seus responsáveis?

Pesquisando sobre as crianças imigrantes, Scott e Bassanezi (2005) colocam as enormes dificuldades de estudar esses pequenos sujeitos históricos, para elas é a falta de informações em fontes documentais sobre imigração que, em geral, são reticentes no que se refere ao cotidiano dessa criança, à sua vivência no universo familiar, ao seu dia a dia na escola, às suas brincadeiras em casa e na rua ou, ainda, aos momentos de angústia e desamparo, causados pela desestruturação da família. As autoras, também, ressaltam que essa falta de informações nas fontes sobre as crianças imigrantes advém da atenção dada pelas autoridades aos adultos, pois na sua maioria eram trabalhadores em potencial, sendo assim a infância não tem “vez” nos documentos.

Tivemos oportunidades e sorte de encontrarmos registros dessas crianças nos autos fontes dessa pesquisa. Logicamente não nos aprofundaremos, mas teremos dimensão das dificuldades e desestruturas familiares que essas crianças passaram, nos revelando os desafios enfrentados por mulheres, homens e crianças, famílias que buscavam aqui novas oportunidades de vida. Ressaltamos que os autos de tutela aqui estudados podem ser documentos fundamentais para quem busca estudar a infância estrangeira mais detalhadamente. Dessa forma, fuçando, lendo e organizando as fontes coletadas, fomos contemplados com casos da infância estrangeira nos arquivos empoeirados de Belém. Vejamos o caso de Ady Carthey^[5], imigrante inglesa.

No dia 14 de outubro de 1905, o escrivão de órfão da capital, o senhor Odon Rhossard, lavra o termo de tutoria da menor Ady Carthey, de 13 anos de idade, filha de Jorge Carthey e Julia Carthey, ambos já falecidos. A tutela da menor foi concedida a João Ribeiro Malcher. Como era de praxe, o referido escrivão faz a ajuntada e dá o caso concluído. Mas o caso de Ady toma outro rumo. No dia 15 do mesmo mês, o Consulado Inglês do Pará pede explicação ao Juizado de Órfão do Pará da 2ª Vara da capital sobre a menor.

[5] Narrativa do auto de tutela da órfã Ady Carthey. Juízo de Órfão de Belém do Pará. 2ª vara. Tutela. Proc. nº. 98 de 1905. [manuscrito]. Belém do Pará, 1905. Localização. APEP.

O Consul Burnoft Acting British comunica que tinha sido informado que a menor havia sido retirada da casa do senhor Joaquim Silvestre Dias, onde Ady residia. Acrescentou que fazia dias do ocorrido e que a menor havia sido conduzida para outra casa, a do senhor João Ribeiro Malcher. O Consulado enfatiza que Ady era natural de Trinidad, colônia inglesa, e que não entende o ato de concessão de tutela da menor, visto que já haviam requerido tutoria a esse juízo “*que foi por V^a. Ex^o varias vezes negadas*”. E acrescenta que “*por se tratar de uma estrangeira venho pedir a V^a. Ex^a. que vós digneis mandar apresental-a à este consuldo a fim de dar-lhe o conveniente destino*”. E finaliza enfatizando a estima e consideração pelo referido juizado de órfão.

Passado mais de um mês sem resolução do caso e sem a entrega da menor ao consulado, o Consul resolve, em 25 de novembro do mesmo ano, encaminhar um documento ao juiz de órfão onde denuncia tal fato ao governador do Estado. Neste documento o Consul relata que no dia 15 de outubro do corrente ano o consulado recorreu ao juiz de órfão da capital “*a fim de me ser apresentada a menor Ady, órfão natural de Trinidad, e que por ordem daquele juiz foi retirada da casa do Sr^o. Joaquim Dias, hoje se acha empregada, sem haver para isso razão alguma. E como até a presente data, mais de um mez decorrido, sem ter solução alguma e esse respeito, tomei o alvitre de dirigir-me a v^a. ex^a. a fim de dardes as necessárias providencias no sentido de me ser apresentada a menor para ser entregue a uma parente que veio reclamal-a a esse consulado*”.

O consulado também se coloca contra a nomeação de outro tutor para a menina e assim se posiciona: “*constando-me que alguém procura requerer tutoria para aquella menor, protesto contra esse acto, se por ventura já estiver sido despachada a petição nesse sentido, e reitero a apresentação da menor Ady para dar-lhe o conveniente destino*”. A conclusão dos autos segundo juiz foi “*a vista da reclamação do consulado e verificando ser a menor estrangeira que trata o auto. Determino que seja expedido mandado de entrega ao consul reclamante. Belém 26 de Novembro de 1905*”.

Depois de feita a entrega de Ady ao consulado não temos mais pistas do destino da menor. Tudo indica que o cuidado do Consulado Inglês com a infância e a família de descendência inglesa no Pará foi fundamental para o destino final da menina. Sobre tudo quando aponta que Ady “*se acha empregada, sem haver para isso razão alguma*”. Isso somente reforça a exploração do trabalho infantil que essas crianças eram expostas

nos domicílios que viviam. Faz-nos pensar que os juízes de órfão muitas vezes eram coniventes com esse tipo de “costume”, pois, se formos analisar, o sobrenome do tutor nomeado (Malcher) nos remete a uma família tradicional paraense, com influência no âmbito da política no Estado. Para Azevedo (1995), as famílias de posses aproveitavam-se da tutela dos menores órfãos e com o discurso de dar educação, porém tinham em suas casas crianças tuteladas que eram verdadeiros criados e que eram submetidos aos mais variados tipos de serviços domésticos.

Na documentação estudada, os processos possuem uma complexidade sobre a vida da criança e da família, os pais de Ady poderiam ter morrido pela busca de novas possibilidades de renda e sobrevivência da família. Percebemos o empenho, interesse e preocupação do consulado inglês para com o bem-estar da pequena. Não houve um descaso, pelo fato da menor ser pobre e órfã de pai e mãe. O Estado inglês, através do consulado no Pará, interveio de forma ímpar para levar Ady de volta a sua terra ou entregá-la a um parente que já havia procurado o mesmo consulado.

Cancela (2006), analisando a população de Belém, ressalta que em 1872 cerca de 12% da população de Belém era formada por estrangeiros e nas primeiras décadas do século XX esse percentual representava 13% da população. No que diz respeito ao perfil desse grupo, destaca o fato de que 71% dele era formado pelo sexo masculino. Em menor percentual as mulheres, com 29% do total da população estrangeira existente na capital. Em relação à origem, era predominante os portugueses, seguidos pelos espanhóis, franceses, ingleses e turcos.

Outro caso de orfandade estrangeira foi o de Fernanda Vadre^[6]. No dia 19 de agosto de 1900 foi dada entrada na 2ª. Vara do Juízo de Órfão da capital, o processo de tutela da referida menor. O suplicante é o português Carlos Augusto Dias da Silva, morador da capital, casado e comerciante. No documento o senhor Carlos Dias declara que tem em seu poder uma criança de nacionalidade espanhola de quatro anos de idade, filha legítima de Santo Vadre Fernandes que *“enviuando nessa cidade e ficando sem recursos de espécie alguma, entregou lhe a referida Fernanda sua filha”*.

[6] Narrativa do auto de tutela da órfã Fernanda Vadre. Juízo de Órfão de Belém do Pará. 2ª vara. Tutela. Proc. nº. 89 de 1900. [manuscrito]. Belém do Pará, 1900. Localização. APEP.

O suplicante cita uma declaração feita pelo pai da menor onde ele confirma a entrega da criança. E acrescenta “*que vem mui respeitosa-mente pedir a V^a. Ex^a. que attendendo ao facto de ter o suplicante de há muito em seu poder a menor Fernanda, aquém socorreu em ocasião precária a está educando com todo carinho e amor paternaes*”. Carlos Augusto ainda ressalta que atende muito mais aos desejos da menor do que foi pedido pelo pai da menor, ainda pede o suplicante que o Juiz atente para o fato de Santo Vadre Fernandes, desde que lhe entregou a menor desapareceu da cidade, sem que saibam de seu paradeiro. Assim “pede o suplicante que seja por este motivo nomeado tutor da referida Fernanda. Belém 19 de agosto de 1900”.

No mesmo dia o processo é encaminhado ao Curador geral de Órfão da capital, que lê a declaração citada pelo senhor Carlos Augusto, e após verificar a veracidade do documento e comprovar a verdade das assinaturas diz “*está ciente*” e indica o mesmo suplicante para o cargo de tutor da menor. Assim, no dia 22 de agosto, o Juiz de órfão da capital nomeia o mesmo para exercer o cargo de tutor de Fernanda Vadre.

O caso da menina Fernanda demonstra a fragilidade e instabilidade da família estrangeira pobre no Pará. Situações que colocavam para alguns pais, como no caso do pai da menor, a necessidade de transferir os cuidados e educação da filha para outra pessoa. Ser pobre já era motivo mais que suficiente para o Juízo de Órfão intervir na vida familiar, mais ainda quando os próprios pais se declaram como tal. Ao que tudo indica Fernanda encontrou na família de seu tutor um lar.

Situação quase semelhante ocorreu com Angelina^[7]. No dia 23 de julho de 1890 foi dada entrada na 2^a. Vara do Juízo de Órfão da capital, o processo de pedido de tutela da referida menor. O suplicante é o português João Ignácio da Cunha, empregado no comércio, casado e residente na capital na travessa Benjamim Constante, que “*tem em sua companhia e sua família e menor órfã impúbere de nome Angelina, de 5 cinco annos de idade, natural de Portugal, filha legítima dos finados Alfredo José e sua mulher Dona Maria Emilia, ambos portugueses*”.

O senhor João Ignácio coloca na petição que já estava com a menor há mais de três anos e que ele e sua mulher a tratavam como filha. Mas

[7] Narrativa do auto de tutela da órfã Angelina. Juízo de Órfão de Belém do Pará. 2^a vara. Tutela. Proc. n.º. 75 de 1890. [manuscrito]. Belém do Pará, 1890. Localização. APEP

pelo fato que a menor ainda não tivesse tutor que continuasse a tratar da educação e cuidado da mesma, ele propunha “*requerer que v^a. ex^a. nomeie um tutor para o fim requerido, sendo avisado o Curador Geral do Órfão. Belém 23 de julho de 1890*”.

Acontece que no dia 24 de julho, ao cair nas mãos do curador geral de órfão o caso da menor Angelina, como a função do referido cargo é zelar pela proteção da criança e ao investigar sobre a família de Angelina, o mesmo curador descobriu duas tias da menor na colônia de Benevides. Porém ambas não quiseram assumir a responsabilidade da criança. Acionando para isso o Consulado Português que, imediatamente, tomou a frente do caso. No dia 27 do mesmo mês Angelina é entregue ao consulado para embarcar novamente a Portugal, aonde teoricamente iria para as responsabilidades dos avós paternos.

Muniz (1916), ao pesquisar a imigração no Pará, destaca que em 1875 é fundada a colônia Benevides, nessa área permaneceram imigrantes de diversas nacionalidades, como: franceses, italianos, espanhóis, belgas, portugueses e brasileiros, como os nordestinos. Segundo o autor, não é possível identificar ao certo o número de imigrantes com e sem famílias, apenas que esta colônia foi refúgio para muitos que aqui buscavam um porto seguro.

Acreditamos que a família de Angelina era uma dessas tantas outras que encontraram abrigo na colônia acima destacada, visto que suas tias ainda viviam lá. Também é verdade que as condições de salubridades desses lugares não eram nada boas, ocasionando doença e morte, o que poderia ter acontecido com a mãe da menor, deixando seu pai sem condições de criar a filha, levando-o a entregá-la ao senhor João Ignácio. A morte era companhia para esses imigrantes, rondava homens, mulheres e crianças na roça, no mato, na forma de insetos, como cobras que picavam os sujeitos que lidavam com o trabalho agrícola, levando muitos a óbito, deixando, por sua vez, muitas crianças órfãs em situações precárias e difíceis. Os “andarrilhos” de outra nação e suas respectivas famílias abandonaram sua terra natal em virtude da crise de desemprego e estagnação econômica pelas quais quase toda a Europa passava.

Os casos relatados sobre a infância e a família estrangeira nos levam a refletir sobre o que Fonseca (1989) chama de “circulação de criança”, que quer dizer a transferência da responsabilidade de uma criança para um adulto e para outro adulto, ou às vezes para uma instituição, como no caso

de Angelina. O que não deixa de ser um movimento migratório, visto que as crianças vão de um lar para outro conforme o desenrolar dos processos. Esta circulação de crianças não deixa de ser consequência do movimento imigratório dos pais.

Nos autos de tutela de crianças estrangeiras havia um universo imenso de relações em que tais crianças viveram com adultério, abandono, queixa de maus-tratos, sobretudo quando eram postas para prestar serviços nas casas de terceiros, entre outras atividades de trabalho. Como já relatado, era corriqueiro o fim da união entre os pais acontecer pela morte de um dos cônjuges. Tal situação fazia com que a pessoa que ficou responsável pela criança, em face das dificuldades de criação por ordem econômica, optasse pela entrega a um parente próximo, como os avós ou outros adultos, que se responsabilizassem pelos cuidados e criação da criança.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos aqui apresentados, entre outros, que foram encontrados durante a coleta das fontes, nos dão a dimensão não só da circulação dessas crianças em famílias e instituições, como também dos fatores que eram levados em conta nas decisões dos juízes e curadores, que decidiam o destino das crianças e de suas respectivas famílias. Nesse emaranhado de fatos percebemos os conflitos e as disputas que envolviam os mais diversos personagens, como pais, parentes e outros indivíduos de fora do núcleo familiar, e entre toda essa disputa estavam as crianças, que eram os personagens principais nos autos e que muitas vezes se tornavam secundárias, diante dos interesses dos adultos.

A intervenção realizada pelo Juízo de Órfão do Pará não se efetivou no sentido de universalizar uma boa educação para todas as crianças. O que ocorreu, em grande parte, foi o esforço em se consolidar medidas de controle e disciplinamento das camadas pobres. Através de discussões em torno do abandono e orfandade e de como inibir essas questões. Desta forma, os aspectos destacados sempre eram as condições familiares, habitacional, educacional e moral como elementos que implicavam na suposta degenerescência da criança, futuro da nação.

Demonstramos que os pequenos casos aqui relatados sobre a família e a infância e/imigrante coletados nos fundos do Juízo de Órfão do Pará, nos releva a riqueza das informações para o desvelar das histórias do universo familiar, suas formas de moradias e as dificuldades dos pais em criar e educar seus filhos por estarem submersos na pobreza, sendo assim alvo fácil para a intervenção do Juízo de Órfão. Ressaltamos que através de uma pesquisa voltada com olhar para essa população e/imigrante afirmamos que são grandes as possibilidades de conhecimento mais específico da infância, inclusive da criança que imigrou com sua família para as terras do Norte, mais especificamente ao Pará, conhecido no período exposto como a “Francesinha do Norte”.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Pará – APEP

Fundo do Juízo de Órfão do Pará. Série: tutela, 1ª e 2ª Vara Cível.

Centro de Memória da Amazônia

AUTOS DE TUTELA: Autos de tutela. Fundo Cível, Série: tutela, 2ª vara cível: (1870-1898).

FONTES IMPRESSAS

Biblioteca Pública do Estado do Pará; setor de microfilme; jornais.

Diário de Notícias: 16/01/1889.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gislane Campos. **“De Sebastianas e Geovannis”**: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo. (1871-1917). Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”**: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e Relações Familiares na economia da borracha em Belém (1870-1920)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, 2006.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **“Como se fosse meu filho”?** As crianças e suas famílias no Juízo de Órfão de Porto Alegre (1860-1899). Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

CARVALHO, José Pereira de. **Primeiras linhas sobre o processo orfanológico**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Livreiro-Editor, 1880.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

FONSECA, Claudia. Pais e filhos na Família popular (início do século XX). *In*: D’INCAO, Maria A. (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

FOUCAULT, Michael. **Em defesa da Sociedade**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

MUNIZ, João de Palma. **Estado do Grão-Pará**: imigração e colonização. História e Estatística (1616-1916). Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do velho intendente Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia C. No fundo do Baú. Procurando as crianças imigrantes nas fontes documentais paulistas. *In*: RADIN, José Carlos (org.). **Cultura e Identidade Italiana no Brasil**. Joaçaba/SC: UNOESC, 2005.

Orfanato Municipal de Belém: amparar, cuidar e instruir meninas órfãs (1893-1910)^[1]

Antonio Valdir Monteiro Duarte^[2]

Resumo: O estudo em tela, intitulado “Orfanato Municipal de Belém: Amparar, cuidar e instruir meninas órfãs (1893-1910)”, procurou analisar as práticas educativas aplicadas a centenas de meninas que viveram em condição asilar em um período marcado por grandes transformações políticas, econômicas e sociais, alavancado pelo projeto reformador da capital em virtude do bom momento econômico, proporcionado pela exportação da borracha. Ficou evidenciado que as habilidades práticas, como trabalhos manuais, trabalhos de agulha, e mesmo as prendas domésticas, tinham prioridade e ocupavam grande parte do tempo das internas, que viviam sob constante vigilância e disciplina, sendo dirigidas internamente pelas missionárias da ordem religiosa italiana “Filhas de Sant’Anna”, que chega ao Pará no final do século XIX e exerce papel fundamental para os planos dos diversos governos que buscavam afirmar o projeto de reordenamento da capital paraense e, sobretudo, de formação de seus moradores, com destaque para meninas

^[1] O texto faz parte da Tese de Doutorado intitulada “Órfãs e desvalidas: A formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893-1931)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia/MG, sob a orientação do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

^[2] Docente da Faculdade de Educação Física/UFPA, Campus Universitário de Castanhal. E-mail: montearte13@yahoo.com.br

órfãs. O estudo teve como principais fontes documentais os relatórios e mensagens governamentais, contando também com alguns periódicos, livros de matrícula e livros contendo atas de exames da instituição, além de registros iconográficos da época.

Palavras-chave: Orfanato Municipal de Belém/Pará; meninas órfãs; instrução.

ORFANATO MUNICIPAL DE BELÉM: APOYO, CUIDADO E INSTRUCCIÓN A NIÑAS HUÉRFANAS (1893-1910)

Resumen: El estudio en pantalla, titulado “Orfanato Municipal de Belém: Apoyar, cuidar e instruir a niñas huérfanas (1893-1910)”, buscó analizar las prácticas educativas aplicadas a cientos de niñas que vivían en condiciones de asilo en un período marcado por grandes transformaciones políticas, económico y social, apalancado por el proyecto de reforma de la capital debido al buen momento económico, proporcionado por la exportación de caucho. Es evidente que los oficios prácticos, como el trabajo manual, la costura y hasta las prendas domésticas tenían prioridad y ocupaban gran parte del tiempo de las reclusas, quienes vivían bajo constante vigilancia y disciplina, siendo dirigidas internamente por los misioneros de la orden religiosa Italiana “Filhas de Sant’Anna”, que llegó a Pará a fines del siglo XIX y ejerció un papel fundamental en los planes de los diversos gobiernos que buscaban afirmar el proyecto de reorganización de la capital de Pará y, sobre todo, de formar a sus residentes, especialmente a las niñas huérfanas. El estudio tuvo como principales fuentes documentales los informes y mensajes gubernamentales, contando también con algunos periódicos, libros de matrícula y libros de actas de exámenes de la institución, además de registros iconográficos de la época.

Palabras clave: Orfanato Municipal de Belém/Pará; niñas huérfanas; instrucción.

1. INTRODUÇÃO

O clima de prosperidade provocado pela produção do látex aliado à política de imigração dos governos, praticada desde o século XIX, para absorver mão de obra para atuar na agricultura e, também, com o intuito de povoar o vasto território paraense, foram elementos importantes para desencadear uma corrida à região amazônica por famílias de trabalhadores oriundos de vários países e de diferentes partes do Brasil, sobretudo, do Nordeste que, de acordo com Sarges (2002a), será a principal fornecedora de mão de obra a partir de 1877.

É nesse controverso cenário urbano paraense que surge no ano de 1893, por iniciativa de uma associação formada por importantes famílias da sociedade paraense, chamada *Associação Protectora dos Orphãos*, o orfanato que tinha como intuito abrigar, cuidar e educar meninas órfãs e desvalidas que, anos depois, em virtude das dificuldades enfrentadas por esta associação, passa a ser mantida pela Intendência Municipal e dirigida pela ordem religiosa “*Filhas de Sant’Anna*”.

A instituição inicialmente denominada de *Orphelinato Paraense* começa a receber naquele momento todo apoio do poder público municipal e é reconhecida pela sociedade não apenas como um espaço de acolhimento de centenas de meninas órfãs, mas como um importante templo de formação que merecia um olhar especial e atencioso das autoridades, tendo em vista que, além da preparação para a boa esposa e mãe zelosa, as órfãs deveriam estar preparadas para enfrentar “as vicissitudes da vida”.

O presente artigo traz como questão central as diversas práticas pedagógicas direcionadas a essa internas e o sentido dessa formação, tendo como objetivo analisá-las e situá-las naquele contexto político e social, aplicado às meninas que viveram em regime de internato na cidade de Belém do Pará entre os anos de 1893 e 1910.

A pesquisa foi concebida a partir da análise de documentos, dos quais podemos destacar as *Leis e Decretos* de diversas reformas da instrução pública; livros de matrículas; *Relatórios governamentais*; *Fontes Iconográficas*; jornais e, ainda, no sentido que contribuir com a fundamentação teórica e análise dos documentos utilizamos importantes obras, como: Sarges (2002a), Souza (1994), Nagle (1976), Gondra (2007) e Rizzini (2008, 2009).

O estudo demonstrou que a formação das internas estava condizente com o ideário reformador da época, onde a mulher deveria assumir

o papel de boa mãe e prendada, sendo formada em primeiras letras para também assumir uma melhor posição social.

2. ORFANATO PARA MENINAS: ENTRE O CUIDAR E O EDUCAR

O sentimento humanitário de algumas famílias da elite paraense, organizadas em uma entidade filantrópica chamada *Associação Protectora dos Orphãos*, fez nascer no ano de 1893, com o apoio do então governador do estado *Lauro Nina Sodré*, o Orphelinato Paraense^[3] para amparar algumas centenas de meninas órfãs que chegavam de outros lugares e, também, que viviam pelas ruas da capital, esmolando e correndo todos os riscos de uma cidade que via um momento de grande transformação.



Imagem 1

Edifício do Orphelinato, localizado à Avenida São Jeronymo entre Generalíssimo Deodoro e Quatorze de Março.



Fonte: Pará, 1902.



^[3] Orphelinato Paraense foi o primeiro nome da instituição (BELÉM, 1902).



Em seu começo, o humilde estabelecimento inicia sua missão atendendo a um pequeno número de meninas desvalidas – apenas nove – e recebia cotidianamente o apoio e a simpatia da sociedade e, no mesmo ano de sua fundação, recebe o apoio da *Corporação Artística das oficinas dos Srs. Tavares Cardoso e C^a*. – importante *typographia* da época –, que lança, em edição especial, uma revista em homenagem ao Orphelinato, cuja renda obtida com a venda de seus exemplares seria revestida em benefício da referida instituição.

Com o nome de “*Caridade*”, a revista trazia em suas páginas diversos depoimentos em forma de poemas e versos escritos por personalidades do campo intelectual e político paraense – entre eles o governador Lauro Sodré, anunciado na capa como criador do Orphelinato –, exaltando a importância e o valor da instituição.

Para Moncorvo Filho (1924 apud RIZZINI, 2008):

Durante o século XVIII e parte do século XIX, predominava a prática essencialmente caritativa de zelar pelas crianças pobres, que se materializava no ato de recolher crianças órfãs e expostas. O melhor exemplo desse modelo foi a “*Roda dos Expostos*” – instituição que acolhia crianças através de um mecanismo que impedia a identificação de quem ali se abandonava. Estas instituições espalharam-se pelos países católicos, sendo implantadas no Brasil por volta de 1730, através da Santa Casa de Misericórdia. Por mais de 150 anos os asilos de expostos com suas rodas cumpriram seu papel de abrigar os enjeitados da sociedade (p. 111).

No caso do então Orphelinato Paraense, sua realidade irá mudar a partir de 1900, após ser transformado em uma instituição pública, mediante acordo assinado entre a Associação Protectora dos Orphãos e Antonio José de Lemos, então Intendente Municipal de Belém. É neste instante que os recursos provenientes do erário municipal passam a ser públicos, tornando o educandário um dos projetos mais importantes da comuna, especialmente durante a gestão daquele que foi considerado seu maior “protetor” e provedor, Antonio Lemos^[4].

[4] Antonio José de Lemos foi intendente municipal de Belém, exercendo um mandato de 14 anos, entre 1897 e 1911, deixando um grande legado ao ser considerado o grande mentor do projeto reformador da capital paraense num período conhecido como belle-époque (SARGES, 2002).

Através da *Lei de nº 283*, de 27 de dezembro de 1900, aprovada pelo Conselho Municipal de Belém, a Intendência é autorizada a receber, da *Associação Protectora dos Orphãos*, o Orphelinato Paraense, e a partir deste momento inicia-se um período de prosperidade e depois decadência em sua longa trajetória, sendo objeto de grandes investidas, especialmente durante as três primeiras décadas do século XX.

De acordo com os dados do relatório, moravam inicialmente na instituição 46 meninas órfãs de diferentes naturalidades e nacionalidades, como se pode perceber na tabela a seguir:

Tabela 1 – Relação da origem e do número de meninas internas existentes no Orphelinato Paraense no ano de 1900.

NATURALIDADE/NACIONALIDADE	QUANT.
Paraenses	32
Cearenses	03
Amazonenses	02
Pernambucana	01
Fluminense	01
Maranhense	01
Portuguesas	02
Hespanholas	02
Peruana	01
Americana do Norte	01
TOTAL	46

Fonte: Belém, 1902.

Apesar do número reduzido de meninas, a administração acreditava que a instituição poderia rapidamente prosperar e ampliar sua capacidade de atendimento, com mais qualidade e competência. Em seu primeiro relatório publicado no ano de 1902, enviado aos vogais do Conselho Municipal de Belém, Antonio Lemos registra seus primeiros cinco anos à frente da administração e enfatiza as condições em que se encontrava o internato.

Como participei ao Conselho oportunamente, encontrei nas peores condições o predio onde estava installado o Orphelinato:

a carencia de recursos não permittira á Associação Protectora dos Orphãos remediar tão sérios inconvenientes. (BELÉM, 1902, p. 245).

No entanto, o Gestor Municipal soube reconhecer os méritos da Associação Protectora dos Orphãos no cumprimento de seu papel filantrópico junto aos mais necessitados, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas.

N'essa ocasião, tive mais uma vez o grato ensejo de externar merecidos louvores á directoria da Protectora dos Orphãos, e mais especialmente á actividade e dedicação do sr. dr. Cordeiro de Castro, o infatigável paladino d'aquelle instituto, que a elle, sobretudo, deve sete anos de existencia em lucha de todos os momentos com as mais sérias difficuldades. (BELÉM, 1902, p. 244-245).

O interesse público em assumir e garantir recursos para uma instituição surgida sob os cânones da caridade e da filantrópica, na passagem do XIX para o século XX no Brasil, vem a reboque das premissas republicanas, momento em que algumas leis e políticas mais assentadas de assistência a crianças e adolescentes começam a refletir no seio da sociedade, pois, anteriormente, durante o Brasil Império, a preocupação com a infância, segundo Rizzini (2009), girava em torno de uma ação de recolhimento de crianças órfãs e expostas e se pautava na ideologia cristã, de caráter puramente assistencialista, liderada pela iniciativa privada de cunho religioso e caritativo.

Assim, imbuído do espírito republicano e modernizador, o intendente municipal convence mais uma vez os conselheiros e consegue alugar um novo prédio, a custos mais baixos e com maior capacidade para atender aos inúmeros pedidos de internação de meninas órfãs oriundos de seus correligionários da capital e de outras regiões do Estado.

As representações construídas acerca da escola e da instrução da população estavam ligadas também à projeção de grandes e imponentes edifícios que demarcassem um novo sentido e significado ao processo de formação da sociedade. Para Souza (1998), a educação e progresso eram elementos basilares e difundidos pelos republicanos desde a instauração da República em nosso país.

A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (co)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. (SOUZA, 1998, p. 26-27).

A reafirmação no poder da escola e da instrução enquanto estratégia de reedificação das camadas menos favorecidas da sociedade se fortalece com o passar do tempo, e o agora Orphanato Municipal de Belém se configura para a sociedade paraense como uma peça fundamental nesse processo. Àquela altura, a instituição já não era concebida apenas como um depósito ou um espaço de acolhimento para meninas desvalidas, e sim como um ambiente de formação e de instrução de mulheres capazes de atuar nos diversos setores da vida social.

3. AMPARAR, CUIDAR E INSTRUIR MENINAS ÓRFÃS

Aos Collegios uma senhora, casada falando francez e hespanhol, chegada de Paris há pouco a esta capital, oferece-se para ensinar, em collegios e casas particulares, bordados em branco, seda, ouro, tapeçaria e etc. Para informações, por especial obsequio, à rua treze de maio. (Madame Berthe, modista). (A Província do Pará, 1897).

Anúncios como este, acima citado, eram muito comuns nos jornais da capital paraense na transição do século XIX para o século XX, diante de um contexto econômico promissor, a chegada de senhoras, sobretudo da capital francesa, era vista com bons olhos pelas autoridades locais que acreditavam que essa seria uma das vias para se estabelecer um modelo educativo para o grande número de meninas que viviam em internatos na capital.

A preparação da mulher para enfrentar as vicissitudes que se apresentavam no país, a partir da implantação da República, era uma bandeira cada vez mais defendida pelos governantes e pela elite local. A discussão em torno da educação feminina ampliava-se à medida que a região se desenvolvia e atraía um número cada vez maior de famílias e com elas muitas crianças e adolescentes do sexo feminino que eram muitas das vezes colocadas nos internatos e casas de recolhimento espalhados pelo Estado e, especialmente, na capital paraense com vistas a serem cuidadas, educadas e instruídas.

Nesse sentido, a manutenção de instituições, como o orfanato, teve inicialmente como maior objetivo prestar assistência às órfãs desvalidas, porém em seguida a intenção seria formar a partir dos modernos métodos pedagógicos, preconizados pelos intelectuais desde o século XIX.

Desta forma, o investimento no atendimento das órfãs desamparadas seria uma das alternativas encontradas pelo Executivo Municipal para minimizar os problemas sociais e em virtude do oneroso modelo de assistência e instrução exigidas por este tipo de instituição, haveria necessidade do poder público, em algum momento, dispor de uma poderosa estrutura física, material e pedagógica para garantir não só um saudável ambiente para moradia das asiladas, mas também uma consistente formação doméstica e alguma instrução literária e em primeiras letras.

Nos relatórios analisados, além do ensino de *“prendas domésticas”*, era ministrado o estudo de *“primeiras letras”* como parte do processo de formação, no entanto, a maior parte do tempo e do investimento na educação das desvalidas era direcionada para o desenvolvimento das *“habilidades manuais”*, ou seja, para o trabalho prático. Requisitos necessários para a formação da mulher naquele momento, ainda que, no pensamento das administrações, já houvesse a intenção de proporcionar-lhes uma formação técnico-profissional voltada para trabalhos agrícolas.

O espírito moderno, sem desprezar o cultivo dos grandes idéas, que em todas as épocas têm sido o consolo supremo da espécie humana, acha-se agora, mais do que nunca, propenso para a pratica de labores uteis, no convívio commum. Em nosso paiz, principalmente, a missão da mulher tem sido falseada, por lamentaveis defeitos de educação, peculiares á raça latina. A mulher, no emtanto, não póde ficar circumscria ao gracioso papel de orna-

mento do lar. É necessario que ella seja, não só a mãe de familia tradicionalmente bôa e amavel, qual é a mulher brasileira, – mas também a companheira efficaz, de intelligencia culta, que com o esposo compartilhe das luctas quotidianas, tornando menos fadigoso o trabalho d’aquelle. Estes conceitos ganham fóros axiomaticos, applicados ao Orphanato, cujo fim é acolher, instruir e educar meninas pobres e desvalidas, cuja aspiração mais nobre deve ser a existência honrosa, mas laboriosa, das classes modestas. (BELÉM, 1904, p. 255-256).

Essa parcela da população feminina educada, instruída e em muitos casos criada em condição asilar, foi objeto dos mais diversos propósitos governamentais. No entanto, de acordo com o pensamento da época, à mulher pobre restava uma educação simples e modesta, sem perder de vista sua condição e o seu papel de submissão diante da sociedade.

De acordo com as prescrições dos Regulamentos de Ensino do Estado, enquanto o processo didático-pedagógico foi ganhando importância, via-se naquele espaço de acolhimento a possibilidade de elevar a mulher a uma participação um pouco mais efetiva no desenvolvimento e na consolidação do projeto reformador e modernizador da cidade.

Ao ser aceita e matriculada na instituição, a interna era submetida a uma avaliação prévia, aplicada por uma *comissão examinadora* para se verificar o nível de conhecimento pedagógico para posteriormente ser incluída em uma das quatro classes que compunham o curso elementar do ensino primário, não existindo o ensino complementar por um bom tempo na instituição.

Segundo Gondra (2007), na França a entrada de crianças nos internatos seguia uma orientação dos médicos higienistas, acontecendo em alguns casos no período do aleitamento. As mães não hesitavam em confiar seus filhos a outras mulheres ou às mercenárias a tarefa de cuidar dos seus filhos. Ainda, segundo este autor, “isso implica reconhecer a existência de internatos variados, havendo aqueles que recebiam crianças muito pequenas” (GONDRA, 2007, p. 229), e outros, como no caso do Orphanato Municipal, que aceitavam crianças de idades variadas e que, por consequência disso, tinham também classes variadas.

Apesar das peculiaridades e das especificidades comuns ao Orfanato, todo o processo educativo e instrucional das internas estava pautado

nas regulamentações definidas tanto pelos governos estaduais quanto pelos municipais, através de seus setores competentes, ligados à instrução.

As reformas dos programas do ensino primário que vigoraram, pelo menos nas três primeiras décadas do século XX, foram sendo aprimoradas especialmente no tocante às disciplinas, aos conteúdos escolares e ao método de ensino.

Na segunda Reforma da Instrução Primária Estadual, implantada através da Lei de nº 1.695, de 30 de maio de 1910, foram incluídos conhecimentos da área de Zoologia, Botânica, Instrução Moral e Cívica, Desenho, Ginástica Escolar e Trabalhos Manuais e Trabalhos de Agulha – somente para meninas.

Nesse momento, tornando-se uma determinação legal, o Método Intuitivo ou Lições de Coisas nas escolas públicas do Estado, procedimento pedagógico, que a partir dos estudos de Rui Barbosa, passou a ser bastante difundido por todo o país, por ser o mais apropriado e racional para o aprendizado das crianças e adolescentes, uma vez que se baseava nos sentidos, na observação e na reflexão, que tinha como finalidade:

Cultivar na criança as faculdades perceptivas, assimilar-lhe ao espírito a arte de observar, adestrá-la ao encontrar, diante de cada objeto, a palavra apropriada, em achar diante de cada palavra, na inteligência, a concepção da realidade correspondente. (NASCI-MENTO, 1997, p. 11).

Ainda, de acordo com Nascimento, as reflexões lançadas por Rui Barbosa em seus pareceres acerca da Instrução Primária e, especificamente, do método intuitivo estavam fundamentadas em pensadores como Bacon, Comenius e Pestalozzi. A autora observa ainda que Rui Barbosa, ao se utilizar das palavras de Comenius, faz a seguinte declaração:

É pela intuição real e não por descrições verbais que o ensino deve começar. Dessa intuição dimana o conhecimento. Não são as sobras das coisas mesmas, que atuam na inteligência, nas faculdades imaginativas, e, portanto, devem estar submetidas sempre à atenção da mocidade. Palavras, sem o conhecimento das coisas, são palavras vãs. (1997, p. 11).

Segundo Machado (2005), para Rui Barbosa, tanto o método intuitivo quanto as lições de coisas seriam “a cura para três séculos de um ensino abstrato e morto, baseado na repetição”. (p. 99).

Na reforma da instrução de 1910, um dos elementos que merece também destaque diz respeito à implantação dos conteúdos da gymnastica escolar e dos trabalhos manuaes e de agulha (PARÁ, 1910).

Em se tratando do conteúdo trabalhos manuais e de agulha, nos parece que já há algum tempo esta seria uma das práticas mais comuns no interior de instituições que abrigavam meninas desvalidas desde o século XIX, tendo em vista as grandes exposições, onde eram vendidas as peças confeccionadas pelas internas.

Os saberes concernentes aos trabalhos manuais e de agulha eram distribuídos pelos quatro anos do Curso Elementar e também pelos dois anos do Complementar, obedecendo também aos princípios do método intuitivo que, dentre os aspectos pedagógicos já mencionados, poderia ser aplicado em todos os níveis do ensino, mesmo que algumas discordâncias, do ponto de vista pedagógico, fossem observadas.

Grande parte do tempo das órfãs era, decerto, para a realização dos *trabalhos manuais* em que eram confeccionados artigos para exposição e venda em quermesses e eventos beneficentes. Apesar de ser assegurado em lei que a interna deveria ter uma *formação literária indispensável e rudimentos de agronomia* para fazer frente às novas formas de produção.

A representação da mulher e o modelo de sua formação e, especialmente, daquelas que viviam em condição asilar, ainda estavam ancorados na aprendizagem das práticas manuais e prendas domésticas, ainda que já se previsse para o futuro da instituição, de acordo com o pensamento reformador da época, uma formação pautada nos *conhecimentos técnico-agrícolas*, experimentados, inclusive, com grande sucesso, em países europeus.

A formação das meninas que viviam no Orfanato mesmo estando sob a égide da legislação do ensino primário do Município e do Estado não se distanciava da sua principal missão, que era a de formar donas de casa preñadas e com alto conhecimento sobre as práticas domésticas.

Decerto que o disciplinamento e higiene, enquanto parte do processo de educação e avaliação, imposto às órfãs, era um ritual exigido cotidianamente na instituição, seja pelas autoridades externas ou internas. Esta orientação representava a base da formação e era tida como *“lição*

número um” a ser seguida e aquelas que transgrediam as normas recebiam as mais diferentes formas e mecanismos de punição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos acerca da formação no período foram bastante profícuos e a necessidade de se instaurar novos métodos e práticas educativas levaram os diversos governos a implantar, através de leis, novos regulamentos de ensino. Esses regulamentos foram o resultado de debates entre os cidadãos letrados para construir um projeto educativo em que estivessem firmadas as bases de novos métodos, práticas educativas, formas de avaliação, conteúdos e disciplinas de ensino, inclusive para meninas órfãs.

A leitura e a escrita foram conteúdos básicos importantes nos Programas de Ensino Primário nas reformas do período. Estes conteúdos eram ensinados de acordo com a legislação de ensino, a partir dos preceitos das lições de coisas e/ou do método intuitivo, pois, para o discurso político e educacional da época, que estava assentado nos ideários republicanos, para sua eficácia se tornava urgente, dentre outros procedimentos, o aparelhamento do orfanato para que as meninas internas vivenciassem, na própria sala de aula, experiências mais concretas acerca dos conteúdos ensinados.

As evidências apontaram que mesmo partindo da ideia de uma formação pautada em trabalhos manuais, as meninas recebiam ensinamentos rudimentares em primeiras letras para que viessem a assumir outros papéis sociais, muito embora as principais matrizes de formação sinalizavam para a *preparação de mães de famílias*, com fortes inclinações religiosas e habilitadas nas prendas e no trabalho doméstico.

REFERÊNCIAS

BELÉM, O Município de. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902, referente aos anos de 1897-1902**. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902.

BELÉM, O Município de. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1904, referente ao ano de 1903.** Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1904.

GONDRA, José G. Cronologias da vida e formas de escola. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: Itinerários históricos.** São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Helena C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

NASCIMENTO, Terezinha A. Q. Ribeiro do. **Pedagogia liberal modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação republicana.** Campinas: Autores Associados – FE/UNICAMP, 1997.

PARÁ, Album de Belém do. Paris: Imprimé par Phillippe Renouard, 1902.

PARÁ, Estado do. **Decreto de nº 1.695, de 30 de maio de 1910.** Approva os Programmas do Ensino Primario do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. *In*: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912).** Belém: Paka-Tatu, 2002a.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do velho intendente Antonio Lemos (1869-1973).** Belém: Paka-Tatu, 2002b.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo: UDUNESP, 1998.

História da infância: experiências educativas de crianças que viveram o isolamento compulsório no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980)

Tatiana do Socorro Corrêa Pacheco^[1]

Resumo: Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa realizada no doutorado em Educação, que teve como objetivo central explicitar a infância e as experiências educativas de crianças que não possuíam han-seniase, mas viveram isoladas no Educandário Eunice Weaver em Belém/Pará no período de 1942-1980. A singularidade do grupo que frequentou a instituição os tornou atores centrais nesse processo de isolamento, nos direcionando para um estudo histórico que nos possibilitasse apreender e registrar as experiências dos sujeitos que vivenciaram as suas infâncias naquele espaço e tempo. Os procedimentos adotados, para o alcance dos objetivos propostos, foram a entrevista em história oral híbrida e temática

^[1] Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. Mestre e Doutora em Educação pelo Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA. É professora da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. E-mail: tatianacpacheco@gmail.com

e a pesquisa documental. Organizamos as fontes orais em temáticas com base nas experiências mais significativas que emergiram das narrativas dos ex-internos sobre a infância e o cotidiano das crianças na instituição, com o intuito de nos aproximarmos da vida das crianças na instituição, do seu cotidiano e de sua participação na rotina institucional. Autores como Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Erving Goffman e Manuel Sarmiento, nos deram aporte para as análises empreendidas. Os resultados da pesquisa revelam uma história de crianças que foram retiradas do convívio com seus familiares e do convívio social, construindo assim uma forma de se vivenciar a infância baseada no isolamento, no controle dos corpos infantis por meio do disciplinamento e da violência física e psicológica.

Palavras-chave: história da infância-Pará; cotidiano de crianças; infância em instituição.

HISTÓRIA DE LA INFANCIA: EXPERIENCIAS EDUCATIVAS DE NIÑOS QUE VIVIERON EL AISLAMIENTO COMPULSORIO EN EL INSTITUTO EUNICE WEAVER EN BELÉM DO PARÁ (1942-1980)

Resumen: Este artículo presenta algunos resultados de la investigación realizada en el doctorado en Educación, cuyo principal objetivo fue explicar la infancia y las experiencias educativas de niños que no tenían lepra, pero vivían en aislamiento en el Instituto Eunice Weaver en Belém/Pará en el período 1942-1980. La singularidad del grupo que asistió a la institución los convirtió en actores centrales de este proceso de aislamiento, encaminándonos a un estudio histórico que permitiera aprehender y registrar las vivencias de los sujetos que vivieron su infancia en ese espacio y tiempo. Los procedimientos adoptados, para alcanzar los objetivos propuestos, fueron la entrevista en historia oral híbrida y temática y la investigación documental. Organizamos las fuentes orales en temas a partir de las experiencias más significativas que surgieron de los relatos de los ex internos sobre la infancia y el cotidiano de los niños en la institución, con el fin de acercarnos a la vida de los niños en la institución, su cotidiano y su participación en la rutina institucional. Autores como Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Erving Goffman y Manuel Sarmiento,

nos brindaron insumos para los análisis realizados. Los resultados de la investigación revelan una historia de niños que fueron apartados de la convivencia familiar y de la vida social, construyendo así una forma de vivir la infancia basada en el aislamiento, en el control del cuerpo de los niños a través de la disciplina y la violencia física y psicológica.

Palabras clave: historia de la infancia en Pará; cotidiano de niños; infancia en instituto.

1. INTRODUÇÃO

A Lepra, doença que posteriormente passou a ser denominada de hanseníase^[2], marcou a história da humanidade e está incluída em temáticas que envolvem a exclusão social e merece destaque e atenção, por ter acionado por meio do saber médico o isolamento institucional dos doentes e de seus filhos, como a principal medida profilática de controle e prevenção da doença, orientando a organização social e espacial do Brasil, com a criação das instituições de isolamento, como os Leprosários para crianças e adultos hansenianos e os Educandários para crianças filhas de hansenianos que não possuíam hanseníase.

O período de proliferação dos Educandários no Brasil se deu a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, num tempo em que os esforços pelo progresso e civilização recebiam forte influência do saber médico, orientados pelos princípios do higienismo e da eugenia, com propostas de renovação, desenvolvimento e progresso, baseadas na regeneração social, na defesa da pátria, por meio de ações sanitárias e do controle e vigilância dos sujeitos sociais. Num período em que as ações governamentais tiveram um forte caráter intervencionista e centralizador, tais princípios tornaram-se úteis para os processos de dominação e controle social.

O isolamento tornou-se um imperativo legal no Brasil no governo de Getúlio Vargas. As crianças, filhas de pessoas com hanseníase, também

^[2] O nome lepra foi substituído por hanseníase pela Lei n° 9010, de 29 de março de 1995, que dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase. Nesse estudo adotaremos a denominação hanseníase. O termo lepra será utilizado quando fizermos referência a documentos e textos do período em que esta denominação ainda predominava no Brasil.

foram incluídas na política de isolamento compulsório, tendo que passar a infância em instituições pensadas e criadas para o seu atendimento – os Preventórios/Educandários. Entendemos esse processo histórico vivenciado por determinado grupo de crianças com base em Sarmiento (2005). Esse autor compreende a infância como uma categoria social do tipo geracional que ocupa uma posição na estrutura social que é condicionada pela relação com as outras categorias geracionais e, também, é envolvida pelo seu pertencimento de classe, gênero, etnia, religioso, ou seja, a infância como categoria social está envolta por outras categorias sociais que a tornam pertencente a determinado grupo social.

Com base nesse autor podemos afirmar que a infância e as crianças investigadas, neste estudo, foram colocadas histórica e culturalmente na categoria social dos possíveis doentes de hanseníase e esse pertencimento social condicionou e limitou, no início do século XX, o seu lugar e o seu papel no mundo, com a criação das instituições de isolamento que compuseram a história da hanseníase no país e, também, se fazem presentes na história da infância brasileira. Os Educandários foram implantados com a intenção de reduzir o número de hansenianos em todo o país e de proteger as crianças saudáveis do possível contágio da doença pelos pais.

O recorte temporal é referente ao período de inauguração do Educandário em Belém – 1942, e se estende até aproximadamente o período em que a instituição recebeu crianças filhas de hansenianos – 1980. A história da infância estudada possui relação com a história de todo o aparato institucional criado para o tratamento e combate à hanseníase, doença que influenciou nas formas de organização da vida de adultos e crianças de todo Brasil. Infância e doença estão situadas como fatores estruturantes da vida social, por meio da criação de instituições para o controle, educação e cuidados dos sujeitos.

Gouvea (2009) faz referência à realidade das fontes nas pesquisas sobre história da infância e crianças. A autora destaca que a criança não é a narradora e autora de sua história, é o adulto que narra e significa a sua experiência infantil. A autora enfatiza a importância do recurso à história oral na produção da história da infância, enfatizando que a utilização da história oral, [...] produz um relato mais vivo dos processos históricos de socialização, bem como dos espaços de inserção das crianças a partir do olhar dos sujeitos que o experimentaram [...] (GOUVEA, 2009, p. 114).

Foi com essa finalidade que as narrativas dos ex-internos foram buscadas por meio de entrevistas, que foram orientadas pela História Oral Temática que possui como foco central um fato a ser investigado. Além da história oral temática em que valoriza-se e coloca-se em evidência o tema pesquisado, optamos, também, pela história oral híbrida, pois, para Meihy e Holanda (2013), este tipo de procedimento adotado relativiza a força única das narrativas orais, suscitando a equiparação destes com outras fontes, como as fontes documentais escritas, colocando como centralidade na pesquisa a temática estudada. Por isso, definimos o nosso procedimento metodológico como história oral híbrida e temática, pois nesse tipo de procedimento valoriza-se o tema pesquisado e os dados orais entram em diálogo com outras fontes, que podem ser os documentos e os referenciais de análise, “[...] Nesses casos, o que vale mais é a força temática que tira a força da lógica da construção da narrativa oral” (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 130). A objetividade da temática é mais relevante do que a construção do percurso narrativo, como é no caso da história oral pura.

Foi realizada entrevista semiestruturada, acompanhada de um roteiro que orientou as questões a serem levantadas no diálogo com os participantes. As entrevistas foram feitas com 13 ex-internos, com idades entre 44 e 77 anos. Foram atribuídos nomes fictícios aos participantes da pesquisa, para preservar as identidades destes. As narrativas se constituíram como o fio condutor da reconstituição das vivências de infância e das experiências educativas no Educandário Eunice Weaver e foram acompanhadas por outras fontes que compuseram o conjunto das fontes investigadas, pois “[...] o cruzamento das diferentes fontes é fundamental para a apreensão dos processos históricos de formação da infância e compreensão das experiências infantis” (GOUVEA, 2009, p. 110).

Autores como Michel Foucault, Erving Goffman e Mikhail Bakhtin nos deram aporte para as análises empreendidas. Autores do campo da história da infância e dos estudos da criança numa perspectiva sociológica, histórica e cultural, como Rizzini e Sarmento, também contribuíram com as análises. Os registros escritos foram encontrados na biblioteca virtual do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas/RJ, no Arquivo Público do Pará e no setor de obras raras da Biblioteca Arthur Vianna/CENTUR, em Belém/PA.

2. A INFÂNCIA E A CRIAÇÃO DO EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER EM BELÉM/PA NA DÉCADA DE 1940

A história da infância, contada por historiadores e estudiosos, sempre nos reporta aos vínculos e relação da infância com o processo de encarceramento, do isolamento e separação das crianças do mundo adulto. Um processo de institucionalização da infância que historicamente esteve ligada à educação e à saúde das crianças. Ariès (1981) nos alerta para uma história de separação da criança do mundo adulto a partir da compreensão da existência da particularidade infantil que a distingue do adulto.

Sarmento (s.d.) também informa sobre o processo de institucionalização da infância ocasionado pelo pensamento moderno, com a criação de lugares específicos de socialização das crianças, como as escolas. Para este autor, a modernidade confinou as crianças ao espaço privado pelo cuidado da família e pelo apoio de instituições sociais, como creches, orfanatos, asilos de menores, “[...] cujo impulso eugenista inicial se caracteriza exatamente por retirar da esfera pública os cidadãos mais jovens, especialmente se apresentam indicadores potenciais de desviância [...]” (SARMENTO, 2009, p. 19).

Rizzini e Rizzini (2004) relatam que o Brasil possui uma considerável tradição de institucionalização de crianças e adolescentes. A prática de internação de crianças, segundo as autoras, foi iniciada ainda no período colonial com a criação de instituições asilares se estendendo até o século XX. Conforme as autoras, a prática de internação de crianças no Brasil promoveu a criação de uma cultura de institucionalização de crianças e adolescentes que atingiu, historicamente, crianças de diferentes classes sociais^[3], pois as crianças ricas eram geralmente educadas longe da família, em colégios internos, e as de famílias pobres eram encaminhadas aos asilos de assistência e proteção à infância. Esta cultura institucional, segundo as autoras, só iria ser questionada com a criação na década de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Alves (2012) informa que, em Belém, o atendimento e recolhimento das crianças em instituições inicia-se com a atuação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Pará, irmandade que assumiu

^[3] Com maior ênfase às crianças pobres.

o atendimento às crianças em todo país desde o período colonial. Essa instituição também atendia e administrava as instituições asilares para doentes, e os hospitais de isolamento para as pessoas com doenças infectocontagiosas. O isolamento de doentes era um recurso comum no Brasil, em especial aos doentes de hanseníase e, no estado do Pará, foi exercido desde o início do século XIX para os hansenianos e os afetados por doenças contagiosas e incuráveis.

Foi nesse contexto de propagação de doenças, como a hanseníase, que emergiu a preocupação com os filhos saudáveis de hansenianos, pois as crianças que eram acometidas pela hanseníase tinham o mesmo destino de seus pais – o isolamento nos asilos-colônia. E como os grupos familiares de hansenianos eram também compostos por crianças que não possuíam a doença, mas que poderiam ficar desamparadas em função do isolamento dos seus pais, o seu amparo e proteção deveria ser garantido.

Conforme Monteiro (1998), muitas discussões foram travadas entre médicos para tentar encontrar soluções para o problema das crianças saudáveis. Uma alternativa pensada para a resolução desse problema seria o amparo dessas crianças por seus familiares, como tios, avós. Porém, o medo do contágio, os preconceitos e toda a construção histórica e cultural sobre a doença, afastava essa possibilidade. Os discursos médicos desse período colocavam a hanseníase como doença da infância, fortalecendo e justificando dessa forma a implantação do isolamento institucional.

Os estudos do médico paraense Aben-Athar^[4] indicavam a suscetibilidade da criança em adquirir a doença. Este afirmava, em suas teses, que havia uma receptividade na infância para o contágio da hanseníase. As afirmações da predisposição infantil para a doença corroboravam para a necessidade de organização de preventórios como medida fundamental na profilaxia da lepra. Aben-Athar organizou um quadro com o número de doentes recenseados no Pará, no período de junho de 1921 a dezembro de 1923, apresentando um total de 1.317 doentes. Em sua investigação constatou que, desse total, 70% manifestaram a doença entre os 6 e 20 anos de idade, chegando à conclusão de que a hanseníase era uma doença da infân-

^[4] Jayme Aben-Athar era professor da Faculdade de Medicina do Pará, diretor do Instituto de Higiene do Pará, chefe do serviço de profilaxia rural e membro do conselho técnico da Liga Contra a Lepra do Pará, no final da década de 1930. Possuía notoriedade nacional nos estudos que desenvolvia sobre a hanseníase no Estado do Pará.

cia e da juventude entre os nativos de locais em que a presença da endemia é antiga. Com base nesses estudos, afirmava Penna que “[...] a lepra é, pois, o maior inimigo do Brasil, porque inutiliza e mata, exatamente, as fontes de crescimento da sua população – a infância [...]” (PENNA, 1926, p. 15).

No documento lançado para a campanha de criação do preventório em Belém^[5], os discursos que justificavam a necessidade de criação deste espaço tinham como base as explicações de que a hanseníase, particularmente no Pará, era mais frequente nas crianças, por serem estas mais suscetíveis ao contágio, por isso deveriam ser retiradas do contato e convívio com o meio infectante. Dessa forma, na década de 1940, foi inaugurado em Belém o Educandário Eunice Weaver, espaço que foi construído com o empenho conjunto de médicos, de representantes da elite paraense, de representantes da classe média, de políticos e instituições filantrópicas e religiosas.

A medicina como técnica política de intervenção, com o seu efeito regulamentador, seu saber-poder sobre os indivíduos e sobre a população, enfatizava a urgência na construção do Educandário, pois a necessidade de controle do estado sobre o corpo da população, em destaque para o corpo da criança, recebeu uma influência considerável da medicina. A medicina social do século XX, exerceu seu saber-poder sobre os corpos das pessoas com hanseníase e sobre a população em geral para conter o perigo que determinado grupo representava para a população, dividindo a população em dois grupos: “[...] a que é pura e a que é impura, a que tem lepra e a que não tem [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 40).

Com uma estrutura física com barreiras de acesso e contato com o mundo externo, a edificação desse espaço seguia um modelo arquitetônico que primava pela vigilância e controle dos corpos. O Educandário foi construído em uma área com 400 m de frente e 5.000 m de fundo^[6], ou seja, uma área de 200 hectares de terra, que permitiu a construção de um local autorizado legal e, culturalmente, para isolar crianças que não possuíam hanseníase.

[5] Documento intitulado: Campanha da solidariedade em prol da construção do preventório para filhos sadios dos lázaros no Pará, de 1939.

[6] Revista da Semana, 23 de novembro de 1940.



Imagem 1

Cerimônia de inauguração em 12/02/1942.



Fonte: Souza Araujo, 1948.



3. FAMÍLIA E CRIANÇAS: AS RELAÇÕES COM OS PAIS

Na história da infância e das crianças aqui estudadas, estas, em sua maioria, foram separadas dos pais logo após o nascimento, sem a possibilidade de qualquer relação ou construção de vínculos afetivos, outras foram separadas quando os vínculos já existiam, mas todas carregam em suas histórias a separação dos pais. O cuidado, o amor, a presença e a interação familiar, tão importantes para o desenvolvimento da criança, não se fizeram presentes nessa história da infância.

Ao serem questionados sobre a relação e a visita dos pais no período que viveram no Educandário, os egressos da instituição apresentaram as narrativas destacadas no quadro a seguir:



Quadro 1

Família e crianças: as relações com os pais.

<p>Lourdes</p>	<p>Olha, tinha visita dos pais só que eles não tocavam nas crianças. Ficavam separados das crianças a gente levava as crianças para eles olharem, mas eles não tocavam nas crianças. Não podia tocar naquele tempo. Para a gente ver o papai ele ficava ali só de longe para a gente só acenar para ele, assim. Não entrava, era só de longe!</p>
<p>Antônia</p>	<p>Nós convivemos um pouco com o papai. Então para mim, eu era criança, mas eu me lembro benzinho e até hoje eu sinto. Porque para ver o papai, eles só deixavam a gente de longe. E o papai coitado só fazia adeus para a gente, assim. Aquilo era muito triste para a gente mana. Era muito triste ver o nosso pai e não poder abraçar. Para mim, isso era muito triste mesmo. Ver só ele de longe, só dando adeus, sem poder chegar perto da gente. Porque naquele tempo Deus o livre! Aquilo era rigoroso porque essa doença não tinha cura, né? Antigamente, então... Eu lembro que uma vez levaram a gente para dançar uma quadrilha lá, para eles verem os filhos dançarem. Eu me lembro. Coitados! Eles ficaram longe da gente. A gente dançava, mas eles ficaram looonge olhando a gente.</p>
<p>Fátima</p>	<p>A gente chorava muito, a gente não sabia o que era amor de mãe e nem sabia que a gente tinha mãe. No dia que eu soube que a mamãe estava lá no portão do Educandário, eu fiquei muito alegre, aí foi que eu fui conhecer a minha mãe e o meu pai, eu acho que eu tinha uns oitos anos quando eu fui saber que eu tinha pai e mãe. Aí a gente ficava lá no pavilhão, não entravam, eles vinham, traziam eles de lá pra ver a gente. Eu chorava minha irmã! Chorava, chorava, quando a gente se despedia, porque, amor de mãe né, por mais que separe assim, mas mãe né. Aí eu me lembro que eu chorava. Lá no Educandário não deixavam assim a gente abraçar a mãe, porque ia uma monitora com a gente lá, com medo de contaminar. A gente chorava que só! A mamãe chorava, ela chorava mais porque ela via a gente chorar; eu ficava olhando pra trás e chorava.</p>

Luciana	A minha mãe, era muito rara a presença da minha mãe porque a minha trabalhava aqui no abrigo, ela era agente de saúde, a presença mais assídua era do meu pai, por mais que ele fosse todo sequelado ele ia me visitar. [...] Mas aí a gente mantinha uma certa distância, a gente não podia ter contato pele, contato pele pensa, a gente não podia, só no olhar e falar um pouco assim distante. O que eu me lembro direitinho do meu pai, a presença frequente na minha vida, era mais meu pai do que a minha mãe porque ela trabalhava aqui, entendeu?
Conceição	Era, uma vez por mês, só que o meu pai já era mais afastado assim, era muito difícil. Já a minha mãe não, era todo mês, todo mês. Só que lá era assim, porque as irmãs falavam assim mesmo: “- Olha vocês não pegam nada da mãe de vocês! nem dinheiro, refrigerante”. Tinham preconceito devido ter a hanseníase né. Tinha contato, mas só que assim de ficar perto da gente, mas da gente abraçar a mãe, a gente não podia. As irmãs ficavam assim, ficavam andando lá, porque é tipo assim, era o portão e era cheio de árvore de um lado e de outro e a gente ficava sentado no chão mesmo, na beira da calçada assim. A gente não podia abraçar que as irmãs ficavam só dando rodada entendeu. Não podia pegar nada que fosse dado pela mãe da gente. [...] era só a benção de longe mesmo, porque elas ficavam rondando né e ficavam de olho, não tinha como, elas ficavam de olho.
Paulo	[...] quando eu comecei a crescer que eu via que a mamãe ia me visitar, aí que eu via que ela era doente né, e as freiras diziam: “- olha, não toca e nem pega nada delas”. Tanto é que elas visitavam e elas ficavam andando entre a gente lá pra não haver contato. Isso as freiras falavam direto: “não chega perto!” . Antes da visita, quando era marcado a visita, elas já chamavam com a gente: “- não quero te ver pegando nada da sua mãe, do seu pai, não pega dinheiro, não pega na mão dela!”. Era direto, e a gente sentia medo, pra pegar, tinha que ser bem escondido das freiras.
Margarete	Só dos pais que vinham dia de domingo, mas a gente ficava bem longe, não podia chegar perto, eles diziam que pegava só de abraçar, eu não entendia isso. Que eu saiba acho que não pega. Mas a gente não abraçava de jeito nenhum, Visita só dia de domingo, uma vez assim, não era toda vez não, era difícil eles chegarem aqui.

Francisco	<p>Iam uma vez por mês, é de pau de arara que chamavam né, aqueles caminhões né, que tinha uma coberta né, eles vinham uma vez por mês fazer visita, era muito difícil essa visita porque era uma vez por mês e havia separação também eu notava que as freiras separavam a gente dos pais pra não ter aquele contágio, com medo né, então, os pais sentavam num banco a gente ficava em pé, eu sei que havia, não podia tocar, eu me lembro bem que o papai levava alimento né, queijo né, maçã e a gente nem provava, davam para as freiras, mas a gente não via nem a cor, como diz né, do alimento. Eu não sei se elas jogavam fora, com medo né, do contágio, né.</p> <p>Eles iam mas não tinha contato, tomar benção era assim de longe, eu acho que as freiras metiam tanto na cabeça da gente né, que a gente ia adoecer né, se a gente.... havia também esse preconceito né, sei lá.</p>
João	<p>Só esperando de mês a mês a visita da mãe do pai que iam para lá. Era no domingo, parece. Eles entravam lá e chamavam a gente. “Olha, João, tua mãe está aí.” Eu prontamente ia, meu pai também ia. Meu pai era deficiente, não andava também. Chegava lá, tomava benção dele, mas de longe, para não ter aquele contato. “Bença” pai, “bença” mãe!</p> <p>[...] as irmãs mesmo falavam que a gente tinha que ter cuidado com eles lá. Não aceitar coisas que eles levassem para nós, negócio de biscoito, essas besteiras né, que criança naquele tempo gostava muito né?! O problema é que eles não queriam que a gente pegasse nada deles devido a situação.</p> <p>[...] para nós era uma alegria ver a mãe da gente, sinceramente. Mas infelizmente tínhamos que cumprir as regras.</p>
Antônio	<p>Todo segundo domingo de cada mês ia um carro cheio de pessoal daqui da colônia para visitar seus filhos. A mamãe que dizia que eu tinha um medo do meu pai quando eu era pequeno.</p> <p>Que eu tinha medo. Disque eu chorava, chorava, chorava. Não queria chegar perto.</p> <p>É, não queria chegar perto. A mamãe dizia: “o Antônio toda vez que a gente vai visitar ele, ele corre da gente, corre com medo da gente.”</p> <p>[...] se eu não me engano, parece que a gente, eu não sei, eu não me lembro, se a gente ficava uma distância assim um e outro. Porque na época se tinha medo da doença. Se eu não me engano a gente ficava uma distanciazinha, não tô bem lembrado, uma distanciazinha do pai. Mas mesmo na distância eu não queria nem ver; não sei por quê!</p> <p>Para alguns era dito para não chegar muito perto.</p>

Fonte: Transcrições da autora, como resultado das entrevistas no ano de 2015.

Ancorada em Bakhtin (2003), reconstituímos as relações que foram construídas entre as crianças e seus pais durante o período de isolamento institucional, por meio do encontro com discursos e lembranças dispersas, que ao serem reunidas ecoaram o tipo de relação que foi permitida, num processo possibilitado pelo encontro das diferentes vozes que compuseram as narrativas. O impedimento do contato físico, por meio da distância que se mantinha entre pais e crianças, está presente em todas as vozes do diálogo, os sentidos construídos sobre os pais trazidos nas narrativas estão entrecruzados pelo medo que as crianças tinham da doença, com a necessidade de afeto e da presença destes. Os sentidos são compreendidos com base em Bakhtin (2003), como o valor que os sujeitos atribuem às suas experiências, como o conteúdo das experiências valorativas vivenciadas e, que nessas narrativas estão relacionados com o impedimento do contato físico e a impossibilidade da convivência e relação direta com os pais.

Conforme as narrativas, as visitas eram planejadas cuidadosamente para que se evitasse o contato físico entre pais e filhos. As visitas ocorriam somente em um domingo de cada mês. O encontro entre pais e filhos acontecia na área externa do Educandário, os pais não tinham acesso a qualquer área interna da instituição, evitando dessa maneira ambientes fechados e os riscos de contaminação que um ambiente fechado representava. A visita era acompanhada pela presença das freiras e dos funcionários da instituição que ficavam circulando entre as crianças e seus familiares, fiscalizando os comportamentos para garantir que o contato físico não ocorresse.

As narrativas também evidenciam que existiam recomendações e determinações às crianças no período que antecedia as visitas. As freiras determinavam para as crianças que não houvesse qualquer aproximação com os pais, tais como, o toque das mãos, abraços ou outro tipo de contato físico e, que não aceitassem qualquer objeto material, instaurando o medo do contágio como forma de garantir a distância entre pais e filhos.

Todo o período da visita era acompanhado pela presença das freiras e funcionários, pois tais presenças tinham a intenção de intimidar aqueles que pretendiam transgredir as normas médicas e higiênicas da instituição. Numa perspectiva Foucaultiana (2013), entendemos que a vigilância durante as visitas, bem como o medo instaurado nas crianças e as determinações para que não se aproximassem dos pais e não aceitassem qualquer objeto material e alimentício, foram dispositivos institucionais utilizados para o controle dos corpos infantis e adultos. O comportamen-

to das crianças era disciplinado por meio das ameaças de contágio e do medo, desestimulando, dessa forma, o contato físico e, conseqüentemente, a construção de vínculos afetivos.

Entendemos, com base em Foucault (2013), que o corpo dos pais e das crianças eram investidos por relações de poder, dominação e sujeição, um tipo de submissão que era acionada não pela força física, mas pela força do saber médico e pelas determinações políticas, “[...] trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 29). Para o autor, este tipo de poder é concebido como uma estratégia, uma tecnologia política do corpo que é utilizada sobre os que são vigiados, sobre os que devem ser treinados, como as crianças que eram treinadas para o momento da visita dos pais.

O poder e controle dos corpos de todos que, direta e indiretamente, estavam relacionados com a doença, ficam evidenciados nas narrativas. O saber médico determinava quando e como os pais poderiam visitar os filhos, e as estratégias de poder adotadas para o controle das visitas funcionava entre as crianças, muitas não se aproximavam dos pais, outras lembram do medo que tinham da aproximação. No entanto, todos os procedimentos adotados para assegurar a distância física entre pais e filhos não anularam a força afetiva do encontro, dos choros em função dos impedimentos de não poderem abraçar e, também, dos momentos em que os pais partiam de volta para o asilo-colônia. As proibições não anularam nas crianças o desejo de ver os pais e a expectativa do encontro.

Para Goffman (1961), nas instituições totais as perdas de alguns papéis que poderiam ser experienciados pelos internos são irrecuperáveis, como, por exemplo, a impossibilidade de se recuperar o tempo que poderia ter sido empregado na relação com os pais e na criação das crianças pelos seus familiares. Um tempo que não volta para investir em relações que só seriam possíveis com o acesso ao mundo externo. Conforme mencionado anteriormente, a maioria dos entrevistados chegou ao Educandário logo após o nascimento e não tiveram contato ou qualquer tipo de convivência com o meio familiar. Porém, as carências afetivas e a necessidade de referência familiar geravam nas crianças expectativas em ver ou conhecer os pais, como nos narra Pedro, que ia para a fila na expectativa de conhecer os pais, no entanto, nunca os conheceu. Essas são as memórias que compõem a infância de muitas crianças que viveram no Educandário, de poucas ou mesmo de nenhuma lembrança dos pais.

Na tentativa de preservar as crianças e de impedir a proliferação da doença, a relação entre pais e filhos esteve ligada por um contexto de impedimento do convívio e do contato físico e, para tanto, muitos mecanismos foram acionados, como: a separação geográfica com a construção dos locais de isolamento dos pais distantes do local de isolamento dos filhos saudáveis; o uso do parlatório como mecanismo de separação e impedimento do contato físico nas visitas; e, a visita fiscalizada e vigiada nos preventórios para garantir que não houvesse qualquer aproximação entre pais e filhos. Todos os mecanismos mencionados compuseram o conjunto de determinações médicas que deveriam ser adotadas nos asilos-colônia e nos preventórios durante as décadas em que perdurou o isolamento compulsório. Tais, determinações não foram adotadas de única vez e não perduraram por todo o período de isolamento, foram sendo adotadas conforme as decisões e determinações médicas.

4. NO ESPAÇO DE PROTEÇÃO, A INFÂNCIA DESPROTEGIDA: AS NARRATIVAS SOBRE VIOLÊNCIA E TORTURA NA INSTITUIÇÃO

Nas memórias de alguns ex-internos a violência física, a violência psicológica, a violência sexual e as práticas de tortura, como as de manter a cabeça da criança debaixo d'água, foram alguns exemplos da desproteção das crianças num espaço destinado à sua proteção. As funções exercidas pelos alunos com mais idade os dotavam do mesmo poder pelo qual eles já haviam sido submetidos, elevando ainda mais o nível de castigos, humilhações e maus-tratos das crianças mais novas. Dessa forma, como nos lembra Foucault, sabe-se quem não possuía o poder – as crianças.

Destaco algumas narrativas apresentadas no quadro abaixo que indicam o uso dos internos mais velhos como estratégia de funcionamento institucional e as consequências que o poder de vigilância, dado aos internos maiores, trouxe a algumas crianças.

Quadro 2

As narrativas sobre violência e tortura vividas pelas crianças na instituição.

<p>Paulo</p>	<p>Tinha um rapaz chamado Lúcio, ele já era grande e eu tinha uns sete anos, seis anos, ele tinha uma perseguição, ele enchia aqueles bule industrial, botava nescau fazia eu tomar naquele canil do bule até quase eu morrer, ele me botava num porão e amarrava a corda e me apertava aqui que eu só faltava morrer né.</p> <p>Ele dizia porque ele gostava de mim, agora como era que eu poderia entender isso.</p> <p>Ele era morador de lá, era interno, sempre os mais velhos cuidavam dos mais novos, mas esse cuidado já viu né, não tinha estrutura nenhuma. E o pior ainda que tem esses camburões de água que a beirada toda enferrujada ele me tirava de madrugada com olhos fechados ainda eu descia e ele me botava de cabeça pra baixo no camburão. Eu tenho uma marca registrada aqui (mostrou a marca na perna). Isso aqui era um ferimento horrível, porque eu ficava batendo a minha perna e como eu era pequeno, não alcançava o meu braço pra mim sair. Aí quando ele via que eu tava pra me debater que ele me tirava.</p> <p>E depois os outros, os outros moleques já grandes, caguetaram né, falaram para as freiras e as freiras me chamaram e ele ameaçava, “se tu falar, tu vai ver só o que eu vou fazer contigo!”, aí eu dizia que tinha caído numa árvore ou coisa parecida. Eu sei que as freiras investigaram, investigaram e expulsaram ele. Era um momento horrível, perseguição mesmo, perseguição horrível, entendeu. Quer dizer... isso eu era criança! [...] era eles que tinham domínio sobre a gente, os mais velhos. Eles que tinham domínio, e a gente teria que andar na regra deles. Muita coisa acontecia, por exemplo, a gente tá dormindo e o cara vim mijar em cima de ti, na tua cara, muita maldade existia ali, muita, entendeu. Existe coisas horríveis que às vezes a gente não se lembra, eu vou me lembrando assim, e contando né.</p>
<p>Conceição</p>	<p>Mas também a gente era muito assim torturado assim, não pelas irmãs, os funcionários que tomavam conta da gente, entendeu? Antes de tomar banho era peia, antes depois do almoço pra gente deitar era peia, então era uma coisa assim, era castigo no escuro, era muito sofrimento assim, entendeu.</p> <p>Olha o meu castigo, o meu pior castigo que eu nunca me esqueço, porque uma colega minha estava de castigo e eu com pena dela, ela ficava no corredor sozinha no escuro do lado de fora enquanto as meninas ficavam no quarto trancadas, ficava só ela no escuro lá, isso de noite. Aí eu com pena dela, aí eu peguei botei ela no quarto escondido, aí a irmã descobriu, era eu e a Regina e sempre tinha as preferidas e a irmã gostava muito da Regina, aí essa era justamente a irmã que eu gostava né, aí quando foi: “-você vai ficar um mês de castigo no lugar dessa outra”, que era da Sandra; eu fiquei um mês.</p>

Conceição

Eu chorava, eu passava a noite todinha chorando com medo porque já tinha entrado ladrão lá, eu vi o cara debaixo da cama da menina lá; então eu ficava pensando um monte de besteira, ele vai entrar e vai me matar aqui e eu sozinha, um mês no corredor com medo.

Botavam uma cama pra mim especialmente no corredor, perto do porão lá, num canto lá, eu chorava que só, com medo no escuro e eu não podia falar pra mamãe porque se eu falasse era pior pra mim; era enorme o corredor, tinha a escada assim lá embaixo, lá em cima que eu ficava sozinha; esse castigo eu nunca vou, eu nunca me esqueci aliás, nunca.

Ah! a Fátima, o nome da mulher era Fátima, coisa ruim era essa aí! A gente pegava peia, muita peia e ficava muito de castigo, muito ruim. **Égua a gente passava muita coisa lá!** Tinha vezes assim, não tinha um porão né, nós escutamos uma zoada de lá de noite, aí todo mundo com medo, aí essa Fátima fez a gente ir lá no porão e sempre eu estava no meio, parece que ela tinha marcação com a minha cara e a gente com medo, já pensou se tinha um cara lá? Ia matar a gente, estuprar a gente lá, e a gente tudo com medo, escuro, escuro, e daí não, a gente não vai, não vai.

Uma noite também a Dona Iracilda, lá onde eu fiquei de castigo, por isso que eu fiquei com medo de ficar lá, a gente via acender e apagar a luz do quarto. Era lá em cima e a Iracilda não estava lá, não tinha ninguém lá, aí ela dizia: -você vão lá, se não você vão apanhar; aí nós fomos lá: -“Iracilda? Iracilda?”. Aí não tinha ninguém, aí lá vem a Iracilda da creche lá. - Ei Iracilda não é tu que estava lá em cima não? Não tinha ninguém, já pensei eu passei por tudo isso e dormir lá, o castigo bem na porta lá, fiquei com muito medo! E a escada lá também era tudo aberta, se entrarem lá.

Porque uma noite, como o quarto era enorme né, aí quando eu acordei tinha um homem embaixo da cama da Miranda, aí tinha um homem lá debaixo, aí meu Deus quando eu vi o homem lá debaixo da cama, aí meu Deus do céu o que eu vou fazer agora; e o que foi que eu fiz? Eu fiz que nem uma doida assim, (risos) estava todo mundo dormindo, eu me levantei da cama com tudo e dei um pulo assim gritando e fiquei gritando e o cara saiu com tudo de baixo da cama, o mesmo cara do Educandário. Ele ia abusar não sei de quem, só era menina nova lá que tinha lá. Ele era de lá do Educandário, morava lá também do pavilhão dos meninos, não sei como foi que ele entrou lá. Por isso, que eu fiquei com medo de dormir sozinha lá, porque eu tinha passado por tudo isso.

Fonte: Transcrições da autora, como resultado das entrevistas no ano de 2015.

O silêncio das crianças, diante dos maus-tratos e das práticas violentas exercidas pelos que recebiam a função de controlar os internos, se faz presente nas narrativas. Para se livrarem da violência as crianças aprendiam a obedecer e a exercer o silêncio, em função do medo e das ameaças de punição. Um tipo de relação imposta aos internos baseada na submissão, e às crianças cabia obedecer e acatar aqueles a quem era delegado o poder de controle.

O poder de controle e autoridade sobre as crianças era atribuído a qualquer pessoa considerada com condições de impor disciplina aos internos. Esse tipo de autoridade exercida nas instituições totais é definida por Goffman (1961), como autoridade escalonada, que se configura como a autoridade exercida por qualquer membro do corpo dirigente da instituição que possui direitos para aplicar a disciplina aos internados. Esse tipo de prática aumenta consideravelmente as possibilidades de sanção sobre os internos e, em se tratando do controle de crianças, esse poder aumenta e pode ser utilizado de maneira abusiva em função da própria condição do ser criança.

A autoridade escalonada no Educandário Eunice Weaver incluiu os internos mais velhos como membros responsáveis em disciplinar e vigiar as crianças mais novas. Esse modelo hierárquico implantado pela instituição influenciou as relações dos internos menores com os internos maiores, que esteve baseada numa lógica de poder sobre o corpo infantil, que deixava explícito e demarcado que os infantis viviam permanentemente numa condição de submissão.

As narrativas também demonstram algumas resistências das crianças quanto à autoridade escalonada. Nas narrativas de Paulo e Conceição encontramos formas de resistências aos modos de ser criança ensinados pela instituição. Foram submetidos a castigos e punições por não concordarem e por resistirem ao controle e dominação e aos processos de subjetivação a que estavam sujeitos. A não aceitação à violência desenfreada é evidenciada no gesto de solidariedade entre os colegas de Paulo e, também, no gesto de Conceição, que ao se solidarizar com a situação da colega foi colocada no lugar dela.

As atitudes descritas fazem-nos refletir que as relações estabelecidas entre os pares não se reduziam aos condicionamentos sociais impostos pelos adultos, havia uma relação entre as crianças e um convívio com seus pares que estavam para além dos mandos adultos e, indicam que estas, não eram apenas reprodutoras dos comportamentos e normas esperados.

Conforme Goffman (1961), a solidariedade entre os internos, presentes nas narrativas de Paulo e Conceição, não é um gesto aceito e aprovado pelos administradores de instituições totais, que se utilizam da punição para banir o comportamento que pode se tornar ameaçador da ordem, “[...] a solidariedade dos internados pode ser suficientemente forte para apoiar gestos passageiros de desafio anônimo ou coletivo [...]”

(GOFFMAN, 1961, p. 57). Para esse autor, as coerções dirigidas aos comportamentos de solidariedade são acionadas para evitar a lealdade entre os internos e a formação de grupos ou “panelinhas” que possam realizar atividades que são proibidas pelas regras institucionais.

O Educandário definido e identificado como espaço de formação, de socialização, de desenvolver um ser social pleno e saudável, um espaço concebido como o responsável em preparar as crianças para viverem em sociedade, colocou as crianças em uma situação de vulnerabilidade que permitiu a prática de abusos sexuais, violência e tortura que eram silenciados no espaço institucional em função do medo e das ameaças que as crianças sofriam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Educandário foi criado para atender uma política pública sanitária compulsória que preconizava o isolamento de um público de crianças específico – as filhas de hansenianos. Tal especificidade orientou a estrutura e funcionamento institucional pensada para esse grupo de crianças. Uma atenção específica dispensada à infância e a existência de uma cultura e política asilar no país, com a prática de internação, promoveu uma história de isolamento e enclausuramento de grupos de crianças, como medida de segurança da população. A criança foi vista como um perigo social, como uma ameaça à população, por isso deveria ser isolada para retirar do meio social qualquer ameaça que perturbasse a ordem e a saúde da população.

Sanear, curar, higienizar, limpar, vigiar, controlar, moldar, salvar, civilizar, eram palavras que compunham os discursos sobre o corpo infantil no período de implantação da política de isolamento compulsório. A ameaça na infância e a infância como ameaça revelam uma postura dual do estado, em que ora a criança aparece como um ser frágil que precisa de cuidados e educação e ora apresenta-se como um ser perigoso que precisa ser isolado para que, em função do perigo que representa, não ameace a ordem e não promova a degeneração da raça. Foi nesse contexto dual que as crianças saudáveis, filhas de hansenianos, estavam inseridas por possuírem vínculos familiares com os portadores de hanseníase, sendo vistas como possíveis

contaminadas e contagiosas, e, para manter limpa a criança, para torná-la útil, foi acionado o mecanismo de proteção mais tradicional na sociedade brasileira – a internação em instituição.

Que o passado ensine o presente a estabelecer relações com crianças que não estejam apenas permeadas por posturas disciplinadoras rígidas, para que possamos contar outras histórias da infância em instituições educativas, em que o respeito, a escuta e o diálogo possam se fazer presentes de forma mais efetiva. Que possamos ouvir outros sentidos das experiências educativas. As pesquisas no campo da história da infância possibilitam refletirmos sobre os lugares destinados às crianças na sociedade em função da posição hierárquica que estas ocupam nas relações que estabelecem com os adultos.

Que possamos aprender que as crianças possuem a capacidade de recriar o mundo, resistindo às imposições, reinventando a realidade, construindo mecanismos de solidariedade mesmo num cenário desfavorável a isso. As crianças são participantes ativas nas relações que estabelecem com o meio social, não são meras receptoras de ordens, ocupam uma posição ativa e responsiva. E mesmo que seu ativismo não tenha sido autorizado pelos adultos da instituição, estas, o exerciam, discordando das determinações, reinventando o mundo institucional, exercendo outras formas de vida, não só as que eram autorizadas pela instituição.

FONTES

ABEN-ATHAR, Jaime. A Função do Preventório. *In: Campanha da Solidariedade em prol da construção do preventório para filhos sadios dos lázaros, no Pará*. Belém: Papelaria Loyola, 1939.

PENNA, Belisário. O problema brasileiro da lepra. 1ª Conferência realizada na sessão de 22 de julho de 1926 da Academia Nacional de Medicina. *Archivos Rio Grandenses de Medicina*. v. 08, n. 02, fev. 1929, p. 05-16. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br>. Acesso em: 13 nov. 2015.

Revista da Semana. 23 de novembro de 1940. Disponível em: <http://www.bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 jan. 2016.

SOUZA ARAUJO, Heráclides C. **História da Lepra no Brasil**. Vol. II. Período Republicano (1889-1946). Álbum das organizações antileprosas. RJ: Imprensa Nacional, 1948.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laura Maria da Silva Araújo. Proteção e assistência à infância desvalida no Pará (1912-1934). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, IX. **Anais** [...]. João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em: 05 mar. 2016.

ARIËS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GOUVEA, Maria C. Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. *In*: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria C. Soares de (org.). **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MONTEIRO, Yara M. Violência e profilaxia: Os preventórios paulistas para filhos portadores de hanseníase. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 1, Jan/jul, 1998.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. **Corpus estratificado das entrevistas em história oral temática realizada com ex-internos do Educandário Eunice Weaver**. Belém, PA: UFPA, 2015. (Digital inédito).

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As Culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** s.d. Disponível em: <http://www.cedic.iec.uminho.pt/textosde trabalho/textos/encruzilhadas.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes e confluências. *In*: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria C. S. de. (org.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOBRE OS ORGANIZADORES:



SIMEIA SANTOS ANDRADE

Pós-Doutora em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará (2020). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2018). Mestra em Educação pela Universidade Adventista de São Paulo (2005). É professora efetiva da Universidade Federal do Pará/Instituto de Ciências da Arte, atuando no curso de Licenciatura em Dança, da Faculdade de Dança – FADAN e no Programa de Mestrado Profissional em Artes – PROF-ARTES. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Infâncias Amazônicas: Arte, Cultura e Educação de crianças em diferentes contextos – NUPEIA (UFPA/CNPq), associado à Rede Emíli@ de Pesquisa. É membro da Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS.

TATIANA DO SOCORRO CORRÊA PACHECO
Doutora e Mestre em Educação pelo Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. É professora da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.



ROMEU DO CARMO AMORIM DA SILVA JÚNIOR

Mestrando em Artes pelo Programa de Mestrado Profissional em Artes – PROF-ARTES UFPA. Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas. Bacharel em Música com Habilitação em Canto pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. Licenciado em Música pela UEPA. Professor efetivo de Música do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP/Campus Santana. Atuou na Fundação Carlos Gomes como professor das disciplinas: Musicalização; Teoria Musical; Solfejo; Canto Coral e Canto Lírico. Membro do Núcleo de Pesquisa Infâncias Amazônicas: Arte, Cultura e Educação de crianças em diferentes contextos – NUPEIA (UFPA/CNPq).

Este livro foi impresso no papel pólen 80 gr para o miolo e triplex 250 gr para capa. Utilizada fonte Adobe Caslon Pro para textos e Source Serif Variable para títulos. Realizado pela Editora Paka-Tatu.

